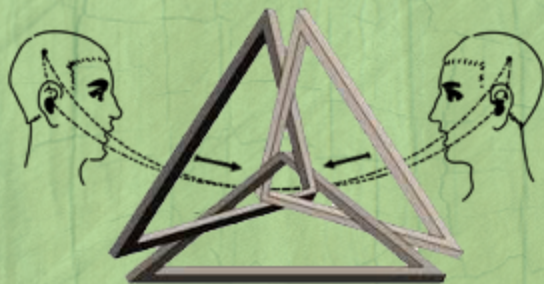


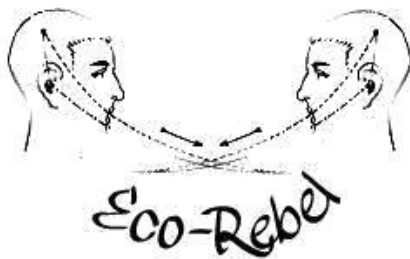
Ecolingüística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 4, número 2, 2018



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



EDITORIAL

Os organizadores

Prezada leitora, prezado leitor,

Com o volume 4, n. 2, 2018, estamos entrando no quarto ano de existência de *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*. Gostaríamos de ressaltar de novo que temos mantido a periodicidade semestral rigorosamente, inclusive lançando cada número no início do semestre. Temos tido uma luta ingente a fim de manter essa regularidade. Grande parte dos textos é de renomados autores internacionais, alguns deles em inglês.

O primeiro artigo do presente número é "Wilhelm von Humboldt e a ecolinguística", do linguista alemão Theo Harden, atualmente professor da UnB. Ele começa salientando que há enormes dificuldades para se entenderem os textos originais de Humboldt, cuja leitura é indispensável a quem deseje penetrar no seu rico e intrincado pensamento. Questões ecolinguísticas como língua como interação, língua relacionada a um grupo de falantes e muitas outras estão ancepidadas em toda a obra do filósofo. No âmbito dos estudos linguísticos, Harden é talvez o maior especialista em Humboldt atuando no Brasil. Esperamos que ele escreva novos artigos para *ECO-REBEL* aprofundando outros aspectos da filosofia da linguagem humboldtiana e sua contribuição para a fundamentação histórica da linguística ecossistêmica.

O texto de Hildo Couto, "A metodologia na linguística ecossistêmica", tenta mostrar que a ecolinguística é necessariamente multimetodológica. O autor começa por uma caracterização do conceito de "metodologia", em geral, e sua paulatina introdução nos estudos ecolinguísticos. Combinando propostas do sociólogo brasileiro-francês Michael Löwy (visão panorâmica) e do ecolinguista inglês Markar Garner (método da focalização), tem-se a ecometodologia da linguística ecossistêmica.

Quanto ao terceiro texto, "A luta de classes e partidos na linguagem da Grande Revolução Francesa", de Konstantin Nikolaevich Derzhavin (1903-1956), reproduzamos o que disse o organizador alemão-oriental do livro em que ele foi publicado originalmente. De acordo

com ele, "K. N. Dershawin analisa, em seu ensaio 'A luta das classes e os partidos na linguagem da grande revolução francesa' (1927), os neologismos da revolução de 1789-1793 como expressão das relações de classe. Seguindo Paul Lafargue, ele articula a tese de que a língua francesa foi posta a serviço de determinadas classes. O texto ressalta a influência que fatores extralinguísticos tiveram até mesmo sobre a gramática. O então frequente uso do prefixo *dé-* (p. ex., em *démoraliser* 'desmoralizar') se explica pelo fato de que as massas revolucionárias recusavam a herança monárquica do passado. Para os patriotas, porém, esse prefixo tinha também um lado positivo. Dershawin vê influência de fatores sociais sobre a estrutura da língua, especialmente sobre a gramática, na verdade de modo simples e direto, mas a ideia de que fatos e especificidades linguísticas se correlacionam de algum modo merece nosso interesse, embora se trate mais de abstrações na língua escrita do que de dialetos sem escrita " (p. 65: o organizador). O texto foi traduzido da versão alemã de Berésin, F. M. (org.). *Reader zur Geschichte der sowjetischen Sprachwissenschaft*. Leipzig: VEB Bibliographisches Institut, p. 72-81. Como a explicação do organizador da coletânea mostra, Derzhavin (grafia mais comum) dá continuidade ao que Paul Lafargue (1842-1911) havia feito em "La langue française avant et après la révolution" (*L'Ère nouvelle*, 1894). Aliás, Derzhavin retomou apenas alguns aspectos do que fora tratado por Lafargue. O texto está sendo publicado aqui por sempre relacionar a língua ao contexto sócio-histórico a que pertence. Em um próximo número de *ECO-REBEL* pretendemos publicar também uma tradução portuguesa do texto original de Lafargue por ser até mais ecológico do que o de Derzhavin.

O artigo de David Stringer, "Quando gafanhoto significa relâmpago: Como o conhecimento ecológico é codificado nas línguas ameaçadas", fala da necessidade de preservarmos as línguas minoritárias e até revitalizar as que já são obsoletas. O motivo é que elas contêm saberes tradicionais que não se atêm à anatomia das espécies, mas enfatizam a suas ecologias. Por isso, preservar, revitalizar e ressuscitar uma língua é preservar, revitalizar e ressuscitar o meio em que são faladas, o que lembra a inextricabilidade existente entre língua (L), povo (P) e seu território (T). O texto é tradução do original em inglês publicado em *Langscape Magazine* v. 5, n. 1, 2016, p. 14-19, boletim da ONG Terralingua (www.terralingua.org). *Langscape Magazine* está disponível em <http://www.terralinguaubuntu.org/Langscape/home.htm>.

O artigo "The acceptance of virtual presentations at international conferences on education", de George Jacobs, Hui Shan Tan e Teh Jie Xin (todos da James Cook

University, de Cingapura), é o único em inglês deste volume. Ele representa um interessante contraponto à proposta da ecologia da interação comunicativa da linguística ecossistêmica. Como sabemos, a interação prototípica é a que se dá na copresença de falante e ouvinte. A proposta dos autores contribui para um alargamento dessa concepção de interação comunicativa, mediante a comunicação virtual.

O artigo "Narrativa da desigualdade na arquitetura da pobreza", de Elza Kioko N. N. do Couto & Antônio Busnardo Filho, encara a cidade como uma linguagem, inclusive como interação comunicativa. Mostra que a aparente "bondade" dos dirigentes ao criar "habitação de interesse social", fá-lo na periferia da cidade, dificultando o acesso dos moradores ao local de trabalho, entre outras dificuldades. Além do mais, a preocupação maior deles é mostrar que construíram casas populares, não necessariamente a qualidade da obra. Ao fim e ao cabo, essa "bondade" acaba não desfazendo as grandes diferenças de classe existentes na cidade.

O texto de Genis Schmaltz Neto, "Meio ambiente espiritual", pretende incluir a religião e a espiritualidade nas abordagens ecossistêmicas, partindo, naturalmente, da visão ecológica de mundo e exemplificando com a comunidade mística do Vale do Amanhecer, das proximidades de Brasília. Como diz o resumo, "o aspecto religioso do ecossistema pressupõe um simulacro cujo enfoque possibilita o vislumbre das características próprias das inter-relações espirituais como mitos, ritos e as transições entre dimensões realizadas por falantes".

O presente número de *ECO-REBEL* apresenta uma resenha da maior coletânea de textos ecolinguísticos já publicada até hoje, *The handbook of ecolinguistics*, organizada por Alwin Fill e Hermine Penz, resenha feita por Elza K. N. N. do Couto.

A seguir, temos minirresenhas. A primeira é do livro *Contra l'imperialisme lingüístic: a favor de la linguodiversitat*, de Pere Comellas Casanova, escrito em catalão. Como se sabe, o objetivo das minirresenhas é apresentar, de modo sucinto, obras ecolinguísticas mais antigas aos leitores de *ECO-REBEL*. Em seguida, vem o livro de Mario Gaio. *Etnicidade linguística em movimento: Os processos de transculturalidade revelados nos brasileiroítalos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora*. Berlim: Peter Lang, 2018, cujo conteúdo já fora resenhado, via tese de que é reprodução, em *ECO-REBEL* v. 3, n. 2, 2017. Em seguida são minirresenhados três livros da Série de E-Books "Linguagem, Falantes e Contexto", do site de ecolinguística, dirigida por Anderson Nowogrodzki da Silva. O primeiro livro é *Ecossistema cultural: as inter-relações entre língua, corpo e*

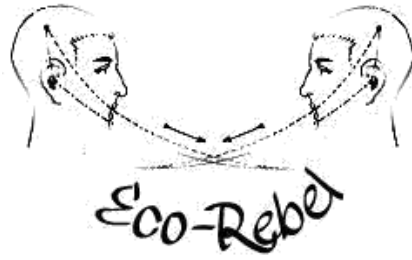
cultura na roda de capoeira, de Zilda Dourado; o segundo, *Ensaaios de ecolinguística teórica e aplicada*, de Davi Albuquerque; o terceiro, *Da fonologia à ecolinguística: Ensaaios em homenagem a Hildo Honório do Couto*, de Elza do Couto; Davi Albuquerque; Gilberto Araújo. O primeiro livro da série já fora resenhado em *ECO-REBEL* v. 3, n. 2, 2017.

Dando continuidade a uma inovação introduzida no número anterior, em seguida vem uma entrevista com Alwin F. Fill, da Karl-Franzens-Universität Graz, Áustria. Ela contém muitas ideias interessantes para um melhor entendimento da ecolinguística, inclusive de sua história. Gostaríamos de acrescentar que Fill participou do IV ENCONTRO BRASILEIRO DE ECOLINGUÍSTICA (IV EBE), Fortaleza 25-27/06/2018. Ele teve uma intensa participação, apesar das dificuldades linguísticas.

Por fim, e com muito pesar, incluímos neste número um Obituário, no caso, da ecolinguista Suani de Almeida Vasconcelos (Universidade Estadual de Feira de Santana), cujo falecimento fora precedido pelo do também ecolinguista Manoel Soares Sarmento. Duas baixas na ecolinguística brasileira.

Boa leitura a todas e a todos!

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 4, n. 2, 2018.



WILHELM VON HUMBOLDT E A ECOLINGUÍSTICA

Theo Harden (UnB)

R e s u m o Este artigo tem como objetivo mostrar que no pensamento de Wilhelm von Humboldt encontram-se vestígios de uma abordagem que pode ser chamada ecolinguística, ou seja, que esse eminente linguista e filósofo de certa forma já antecipou ideias que hoje constituem a perspectiva ecolinguística. Humboldt sempre enfatizou que a pesquisa das línguas e da linguagem não deveria limitar-se à análise da estrutura, mas que seu verdadeiro e último objetivo deveria ser levar ao entendimento sobre o espírito que movimenta as línguas e seus falantes. Por esse motivo, ele substituiu o modelo aristotélico, que vê a diferença entre as línguas como uma mera diferença de sons, por outro, segundo o qual a diferença está no nível das perspectivas de mundo (*Weltansichten*). Além disso, Humboldt introduziu uma dialética que se baseia nas forças complementares do masculino e do feminino, que ligam os processos criativos humanos a essa noção.

P a l a v r a s - c h a v e : Wilhelm von Humboldt, ecolinguística, dialética, visões de mundo.

A b s t r a c t : The aim of the present article is to show that Wilhelm von Humboldt's linguistic and philosophical works already contain traces of an approach which today is known as ecolinguistics and that this eminent thinker did indeed anticipate certain ideas which constitute this particular branch of language research. Humboldt always emphasised that linguistic research cannot be limited to structural issues, but that the true and ultimate goal of linguistics is to understand the spirit which is the driving force behind the languages and their speakers. For this reason, he substituted the Aristotelian model in which the differences between languages are seen as mere differences of sounds by one which identifies the latter on the level of worldviews (*Weltansichten*). Furthermore, Humboldt introduced a type of dialectics which is based on the complementary forces of the masculine and the feminine and he ties this notion to all human creative processes.

K e y w o r d s : Wilhelm von Humboldt, ecolinguistics, dialectics, world-views.

1 Introdução

A obra linguística de Wilhelm von Humboldt é pouco conhecida no mundo lusófono. Em parte porque, com exceção da antologia organizada por Werner Heidermann e Markus Weininger (ver HUMBOLDT, 2006), não existem traduções da obra linguística desse

pensador para o português¹, e também porque a leitura dos textos originais requer amplo conhecimento dos escritos do Iluminismo e certa familiaridade com a língua alemã do século XIX. Essa relativa inacessibilidade é lamentável porque Humboldt influenciou o pensamento linguístico ocidental profundamente e até hoje as suas ideias estão presentes nas várias abordagens teóricas da linguagem. Como acontece com frequência nos processos de apropriação de ideias, os conceitos originais são interpretados inadequadamente, mal-entendidos ou simplesmente distorcidos. Dessa maneira, Humboldt passa a ser citado como um antecessor tanto de universalistas como Chomsky² quanto de relativistas como Sapir e Whorf. Uma razão para essa possibilidade de interpretações diversas já foi mencionada: o estilo de Humboldt é, até para falantes nativos, um verdadeiro desafio. Um elemento ainda mais importante que complementa seu estilo é a inerente dialética no seu pensar, ou seja, sua visão holística das línguas e da linguagem, que permite enxergar apoio para as mais diferentes posições, particularmente quando usada sem se levar o contexto geral em consideração.³

O presente artigo tem como objetivo esclarecer alguns pontos fundamentais no pensamento de Wilhelm von Humboldt que indicam com suficiente nitidez que a área que hoje em dia é chamada de ecolinguística (COUTO, 2007; 2015) já foi parcialmente antecipada por ele.

2 Conceitos e termos

A leitura de Humboldt, como já assinalado, é um desafio até para um falante nativo de alemão familiarizado com textos filosóficos alemães. Humboldt era adepto da escrita de períodos longos com muitas orações subordinadas unidas por uma especialidade da língua alemã: a estrutura parentética.⁴ Além disso, ele usa termos que hoje em dia parecem antiquados e até arcaicos. No entanto, o problema central é a falta de equivalência adequada em português para alguns termos e conceitos importantes. Um conceito que

¹ Além dessa publicação, descobri dois livros recentes de Sebastião Elias Milani (2012). O problema é que o primeiro, aparentemente originado de uma tese de mestrado, está repleto de imprecisões e até de erros, e o segundo, obviamente uma versão mais elaborada do primeiro. Mesmo sem os defeitos mencionados, só se refere a traduções e ignora completamente os textos originais de Humboldt e a vasta literatura secundária que existe, por exemplo, em alemão, inglês, italiano e espanhol (e. g. TRABANT 1986, 1990; BORSCHE 1981; SCHARF 1994; MÜLLER-VOLLMER 1993; DI CESARE 1999). Esse fato compromete seriamente a louvável tentativa de Milani de divulgar o pensamento de Wilhelm von Humboldt no Brasil.

² Aqui devem ser mencionados tanto *Cartesian Linguistics* (1966) de Noam Chomsky quanto a reação violenta de Hans Aarsleff (1970).

³ Veja e.g. Trabant (1998).

⁴ Veja Weininger (2000).

gera problemas é *geistig*. Em princípio, a tradução do substantivo *Geist* não é tão complicada: “espírito”. Porém, o adjetivo dele derivado, *geistig*, não deve ser traduzido como “espiritual”.⁵ Esse adjetivo ocupa uma posição central no pensamento de Humboldt e ocorre com grande frequência na sua escrita. As dificuldades relacionadas a esse termo podem ser ilustradas com a tradução de *Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* para o inglês (1988), na qual Peter Heath traduz *geistig* como *mental*, embora a expressão *mental development* normalmente esteja associada ao desenvolvimento mental e intelectual da criança.⁶ A segunda edição da tradução de Heath ainda traz como título *Humboldt: 'On Language': On the Diversity of Human Language Construction and Its Influence on the Mental Development of the Human Species*. É válido afirmar que esse título cobre apenas uma pequena parte da intenção do título do original.

Mas o que é *Geist*? O dicionário *Brockhaus* de 1837 define esse fenômeno da seguinte maneira:

Espírito é, na percepção geral, um ser consciente de si, mas não corporal, que por isso nem participa da perecibilidade e debilidade do corpo. Tudo que pertence ao espírito tem a característica da eternidade e imortalidade [...].⁷

O próprio Humboldt, no fragmento *Ueber den Geist der Menschheit* (Sobre o espírito da humanidade), no qual ele tenta descrever a força que movimenta os seres humanos, justifica a escolha da palavra *Geist* explicando-a assim:

Nestes dois aspectos, a palavra ‘Geist’ parecia a mais adequada entre todas as outras possíveis: 1. porque é originalmente tomada de algo sensual, da intensificação de bebidas espirituosas pela separação das partes aquosas (espírito do vinho); 2. porque, em rigor, nunca se refere ao puramente não sensual se não houver caracterizações particulares. Diz-se mais corretamente ‘alma e corpo’ em vez de ‘espírito e corpo’, e com frequência ‘espírito puro’. 3. porque exatamente essa palavra é peculiar para o não sensual ao qual concedemos suficiente corporalidade para que possa aparecer o sinônimo de fantasma. As almas dos falecidos vagueiam como espíritos. 4. porque essa

⁵ No título da tradução para o espanhol da obra mais conhecida e citada de Humboldt, *Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*, a tradutora Ana Agud usa “espiritual” (Humboldt 1990), o que, a meu ver, é um erro que leva o leitor a uma direção que tem pouco a ver com a intenção do original.

⁶ Veja e.g. a obra de Jean Piaget (1970).

⁷ Geist ist nach der gewöhnlichen Vorstellung ein selbstbewußtes, nicht leibliches Wesen, welches daher weder an der Vergänglichkeit noch an der Hinfälligkeit des Körpers Theil hat. Alles, was dem Geiste angehört, hat das Merkmal der Ewigkeit und Unvergänglichkeit, [...].<http://www.zeno.org/Brockhaus-1837/A/Geist>.

palavra, nesse contexto, indica algo mais robusto e forte do que o seu sinônimo fantasma (HUMBOLDT GS VOL.II, 1903, 332-333).⁸

Geist é, portanto, uma força invisível, mas palpável, onipresente e universal, que efetua todo movimento que acontece no âmbito dos seres humanos.

Ainda mais difícil é o conceito de *Gemüt* (que muitas vezes ocorre como *Gemüth* nos escritos de Humboldt). Os dicionários português-alemão listam para *Gemüt* os seguintes significados: ânimo, temperamento, natureza, alma, carácter, compleição, índole, coração. Temos, assim, um campo semântico bastante vasto, no centro do qual está a noção de algo relacionado a emoções e disposições individuais como demonstrado no verbete em alemão:

Gemüt, por sua vez, refere-se a toda a existência espiritual do homem em sua primeira fase de desenvolvimento, de modo que a pessoa iletrada é tão dotada de *Gemüt* quanto a educada, e frequentemente mais do que esta porque a instrução é quase sempre unilateral e, neste caso, a imparcialidade do espírito, que é peculiar ao ser humano inculto mas ainda intacto, não é perdida. A relação da mente com o corpo expressa-se na excitabilidade do *Gemüt* por meio dos sentidos e impressões, que se manifesta primeiramente nas sensações e nos sentimentos (BROCKHAUS 1837).⁹

Quando avaliamos esses dois conceitos, vemos que *Geist* e *Gemüt* desempenham papéis diferentes nas atividades mentais e intelectuais. *Gemüt* representa a instância imediatamente estimulada pelas percepções e impressões que o mundo oferece, ou seja, o *Gemüt* recebe informações sensoriais, sons, imagens, cheiros etc., mas é o *Geist* que as transforma em conceitos ou mesmo em palavras, tirando-as do contexto imediato do mundo dos objetos e colocando-as numa esfera mediadora para a qual Leo Weisgerber criou o termo *sprachliche Zwischenwelt*, o mundo intermediário da linguagem, mas a primeira instância é a comunicação imediata com o meio ambiente que oferece ao *Gemüt*

⁸ In beiden Rücksichten schien Geist unter allen Wörtern, deren man sich hätte bedienen können, das Schicklichste; i., weil es ursprünglich von etwas Sinnlichem, dem Verstärken reizender Getränke durch die Absonderung der Theile (Weingeist) hergenommen ist. 2., weil es, streng genommen, nie, es sey denn mit einem besondern Zusatz, das rein Unsinnliche bezeichnet. Man sagt richtiger: Seele und Körper, als Geist und Körper, und sehr häufig reiner Geist. 3., weil es gerade das Wort für dasjenige Unsinnliche ist, dem wir gerade noch genug Körperliches einräumen, um erscheinen zu können, das Synonym von Gespenst. Die Seelen der Verstorbenen wandeln als Geister umher, 4., weil es selbst in dieser Bedeutung mehr Realität hat, etwas Kräftigeres und Stärkeres anzeigt, als das sonst gleichbedeutende Gespenst.

⁹ Gemüth bezeichnet das gesammte geistige Dasein des Menschen auf seiner ersten Entwicklungsstufe, sodaß der ungebildete Mensch ebenso sehr wie der Gebildete mit Gemüth begabt ist, ja oft mehr als dieser, weil die Bildung oft einseitig ist und in diesem Falle die Unbefangenheit des Geistes verloren geht, welche dem ungebildeten, aber unverdorbenen Menschen eigen ist. Das Verhältniß des Geistes gegen den Körper drückt sich in der Erregbarkeit des Gemüths durch Sinneneindrücke aus, welche sich zunächst in den Empfindungen und Gefühlen. <http://www.zeno.org/Brockhaus-1837/A/Gem%C3%BCth>

os estímulos que são transformados em conceitos pelo *Geist*. O elemento importante é que Humboldt ressalta deste modo o aspecto sensual das línguas, que não são apenas produtos de atividades puramente intelectuais.

3 Dialética

Quando se menciona “dialética”, são os nomes de Hegel e Marx que logo vêm à nossa mente e, como Jürgen Trabant observa, no contexto do idealismo e também do materialismo alemão a dialética é vista como uma sublime forma de comer ou até de caçar. O espírito “vê” um fenômeno, “agarra” o que vê e subsequentemente “incorpora” e “digere” esse fenômeno.¹⁰ Deste modo lemos na *Fenomenologia do Espírito* o seguinte:

O iniciado consuma, de uma parte, o aniquilamento dessas coisas, e, de outra, as vê consumir seu aniquilamento. Nem mesmo os animais estão excluídos dessa sabedoria, mas antes se mostram iniciados no seu íntimo mais profundo; pois não ficam diante das coisas sensíveis como em si essentes, mas desesperando dessa realidade, e na plena certeza de seu nada, as agarram sem mais e as consomem (HEGEL, 2011, p. 57).

Esse vir a ser apresenta um movimento lento e um suceder-se de espíritos, um ao outro; uma galeria de imagens, cada uma das quais, dotada com a riqueza total do espírito, desfila com tal lentidão justamente porque o Si tem de penetrar e de digerir toda essa riqueza de sua substância (HEGEL, 2011, p. 417).

O espírito precisa fazer isso, como qualquer “organismo”, para sustentar-se. Mas esse tipo de pensamento ocidental negligenciou uma outra *conditio sine qua non* para a manutenção da espécie: a procriação – na base da qual temos o ato sexual –, a união dos sexos opostos com o objetivo de criar uma nova entidade, um novo ser.

Humboldt nunca se distanciou do Iluminismo, como aconteceu com muitos dos seus contemporâneos, que fugiram das luzes para entrar na escuridão do Romantismo, e ficou firmemente ligado a Leibniz e Kant.¹¹ Para Humboldt a tarefa da filosofia em geral não era apenas criar luz, a filosofia também deveria criar calor. Ou seja, ele viu o concentrar-se na pura razão como insuficiente e inadequada, e, para ele, outra dimensão da existência humana era igualmente importante. Qual é essa outra dimensão? É a sexualidade, que tem

¹⁰ Veja Trabant (2002: 214). No *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade (1928) encontra-se uma metáfora semelhante.

¹¹ Veja Trabant (2002, 202).

um potencial que a razão não tem: o de criar algo novo.¹² Humboldt vê a sexualidade como a raiz que ambos, a razão e a sensualidade, têm em comum.¹³

4 O masculino e o feminino

Ainda relativamente jovem, Humboldt escreveu dois artigos: *Über den Geschlechtsunterschied und dessen Einfluß auf die organische Natur* (Sobre a diferença entre os sexos e a sua influência na natureza orgânica) e *Über die männliche und weibliche Form* (Sobre a forma masculina e feminina), ambos publicados num dos periódicos mais prestigiados da época, o *Die Horen*, organizado por Friedrich von Schiller. São esses dois textos que formam a base das considerações que faço a seguir.¹⁴ Já na primeira página do primeiro artigo, Humboldt afirma que, na sua opinião, a diferença dos sexos não se restringe à mera procriação biológica e que o conceito destas duas forças, o masculino e o feminino, poderia ser aplicado “num campo ilimitado” (HUMBOLDT GS VOL.I, 1913, p. 311).¹⁵ A natureza em si ficaria completamente imobilizada se essa oposição (masculino/feminino) fosse substituída por uma uniformidade “amolecedora”.¹⁶ Então, são forças opostas mas fundamentalmente complementares que criam o movimento contínuo da vida:

Quando, então, mesmo com todas as limitações da finitude, um processo infinito deve surgir, não existe outra possibilidade além de distribuir as qualidades incompatíveis em forças diferentes, ou pelo menos em estados diferentes da mesma força, e levá-las, pelo impulso de uma necessidade, a uma atuação mútua (HUMBOLDT GS, VOL.I, 1913, p. 312).¹⁷

Na opinião de Humboldt, encontramos essas forças na diferença entre os sexos e na procriação, mas, como já foi dito, o conceito pode ser generalizado e, nesse caso, “designa

¹² Kant, que recebeu uma cópia do artigo ficou pouco entusiasmado e numa carta para Schiller ele afirma que este aspecto sexual para ele era “um abismo do pensamento para a razão humana” (SCHILLER, VOL. 35, 1943, p. 182).

¹³ Sexualidade ocupou um lugar importante também na vida privada de Humboldt. O casamento dele foi baseado numa notável tolerância mútua. Veja Hazel Rosenstrauch (2012).

¹⁴ As traduções das citações são minhas a menos que se trate de traduções já publicadas.

¹⁵ “[...] ein unermessliches Feld [...]”

¹⁶ Die Natur wäre ohne ihn nicht Natur, ihr Räderwerk stände still, und sowohl der Zug, welcher alle Wesen verbindet, als der Kampf, welcher jedes einzelne nöthigt, sich mit seiner, ihm eigenthümlichen Energie zu wafnen, hörte auf, wenn an die Stelle dieses Unterschiedes eine langweilige und erschlaffende Gleichheit träte.

¹⁷ Wenn also, bei allen Schranken der Endlichkeit, ein unendliches Wirken zu Stande kommen sollte, so blieb nichts anders übrig, als die zugleich unverträglichen Eigenschaften in verschiedene Kräfte, oder wenigstens in verschiedene Zustände derselben Kraft zu vertheilen, und sie nun durch den Drang eines Bedürfnisses zu gegenseitiger Einwirkung zu nöthigen..

meramente uma diferença tão peculiar entre forças diversas que só quando ligadas (essas forças), formam um todo e uma necessidade mútua de criar esse todo na realidade” (HUMBOLDT, GS VOL.I, p. 312).¹⁸

O feminino e o masculino são essas forças opostas e ao mesmo tempo interdependentes que trabalham para a criação de algo novo, e esse novo não é o produto de um ato relativamente agressivo como a digestão, mas o produto de uma união sensual.

Humboldt atribui características clássicas a essas forças: o masculino é o elemento que dá; o feminino, o que recebe. No entanto, Humboldt enfatiza que não se trata simplesmente de um relacionamento entre um ativo (masculino) e um passivo (feminino): as duas partes contribuem para a criação. A imaginação é uma parente do *Gemüt*, que Humboldt considera o elemento feminino, é uma força produtiva e ativa. Ela se casa com a razão e cria algo novo, e essa criação é exteriorizada pela razão, o elemento masculino. Deve-se ressaltar aqui que Humboldt não vê esse processo como sendo de dominância, ou seja, o masculino dominando o feminino, muito pelo contrário: nenhuma dessas forças pode atuar sem a outra, são equivalentes, mas desempenham papéis diferentes.

Humboldt estende esse modelo de síntese sucessivamente aos processos da língua e, na sua obra mais conhecida, que pode ser vista como um resumo de seus estudos linguísticos e filosóficos, *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*, ele descreve a interação das forças acima mencionadas:

A atividade subjetiva forma um objeto no pensamento, pois nenhuma espécie de imaginação pode ser vista como um simples mirar receptivo sobre um objeto já existente. A atividade dos sentidos tem que se casar com a ação interna do espírito de forma sintética. E dessa união a imaginação então se desprega, torna-se objeto perante a força subjetiva e volta como objeto nessa força. Para esse processo, a língua é imprescindível, pois nela as aspirações do espírito abrem um caminho pelos lábios e desse modo as criações dessas aspirações voltam ao ouvido do falante. A imaginação é transposta na objetividade real sem ser tirada da subjetividade (HUMBOLDT, 1913, GS VOL. VII, 55).¹⁹

¹⁸ [...] bezeichnet er nichts anders, als eine so eigenthümliche Ungleichartigkeit verschiedener Kräfte, dass sie nur verbunden ein Ganzes ausmachen, und ein gegenseitiges Bedürfniss, diess Ganze durch Wechselwirkung in der That herzustellen.

¹⁹ Subjective Thätigkeit bildet im Denken ein Object. Denn keine Gattung der Vorstellungen kann als ein bloss empfangendes Beschauen eines schon vorhandenen Gegenstandes betrachtet werden. Die Thätigkeit der Sinne muss sich mit der inneren Handlung des Geistes synthetisch verbinden, und aus dieser Verbindung reisst sich die Vorstellung los, wird, der subjectiven Kraft gegenüber, zum Object und kehrt, als solches aufs neue wahrgenommen, in jene zurück. Hierzu aber ist die Sprache unentbehrlich. Denn indem in ihr das geistige Streben sich Bahn durch die Lippen bricht, kehrt das Erzeugniss desselben zum eignen Ohre zurück. Die Vorstellung wird also in wirkliche Objectivität hinübersetzt, ohne darum der Subjectivität entzogen zu werden. Die Objectivität erscheint aber noch vollendeter, wenn diese Spaltung nicht in dem Subject allein vorgeht, sondern der Vorstellende den Gedanken wirklich ausser sich erblickt,

A diferença entre os sexos serve aqui como modelo para todas as diferenças que se encontram na natureza. Devido ao fato de o espírito relacionar as atividades da razão e da imaginação, ele aprende a usar a forma sensual dos objetos como espelho da natureza essencial desses mesmos objetos. Isso aplica-se preferencialmente a objetos nos quais o espírito percebe um relacionamento de parentesco, segundo o princípio de que fenômenos semelhantes se reconhecem mutuamente, ou seja, o espírito de um ser humano reconhece o espírito de outro ser humano.

Entretanto, essa objetivização dentro da subjetividade é apenas o primeiro passo. Outra pessoa, um *Tu*, é necessária para que o processo se complete.

No entanto, a objetividade parece ainda mais completa se essa divisão não acontecer apenas no sujeito, mas quando o indivíduo imaginando realmente vê o pensamento além de si, o que só é possível se houver um ser diferente que esteja imaginando e pensando da mesma forma. No entanto, não há outro mediador que não a linguagem entre pensamento e pensamento (HUMBOLDT, 1913, GS VOL. VI, p. 26).²⁰

O que fica óbvio nessa citação é a ênfase que Humboldt dá à dialogicidade, não apenas da língua, mas também do pensamento, que, para ele, está inseparavelmente ligado à língua: a comunhão é elemento indispensável para o funcionamento de ambos.

O projeto de Humboldt, conseqüentemente, não termina com a análise da estrutura da língua, com a comparação de diversos idiomas nem com o estudo de um elemento (por exemplo, do verbo) em todas as línguas conhecidas, como ele propôs em sua palestra *Über das vergleichende Sprachstudium in Beziehung auf die verschiedenen Epochen der Sprachentwicklung*, e que ele considera imprescindível, mas estende-se à pesquisa daquela força que movimenta os seres humanos, o espírito.

Nesse projeto, a língua ocupa uma posição eminente porque é a ferramenta que cria um mundo entre os objetos da realidade e o pensamento, ou, como Humboldt afirmou em sua mais conhecida citação: “Pois ela [a língua] é o eterno trabalho do espírito de capacitar o

was nur in einem andren, gleich ihm vorstellenden und denkenden Wesen möglich ist. Zwischen Denkkraft und Denkkraft aber giebt es keine andre Vermittlerin, als die Sprache.

²⁰ Die Objectivität erscheint aber noch vollendeter, wenn diese Spaltung nicht in dem Subject allein vorgeht, sondern der Vorstellende den Gedanken wirklich ausser sich erblickt, was nur in einem andren, gleich ihm vorstellenden und denkenden Wesen möglich ist. Zwischen Denkkraft und Denkkraft aber giebt es keine andre Vermittlerin, als die Sprache.

som articulado para a expressão do pensamento” (HUMBOLDT, 1913, GS, VOL. VII, p. 46).²¹

O pensamento deve ser visto como um processo dinâmico e criativo que é individual e universal ao mesmo tempo porque acontece no indivíduo mas tem por base a língua que esse indivíduo já encontrou pré-formada:

Através da dependência mútua entre pensamento e palavra, fica evidente que as línguas na verdade não são meios para a representação da verdade conhecida, mas muito mais para a descoberta do que era anteriormente desconhecido. A diferença entre as línguas não reside nos sons e signos, mas na diferença de concepções de mundo em si. Aqui se encontra o maior e o último objetivo de toda pesquisa linguística (HUMBOLDT, 2006, p. 46).²²

Dessa maneira, fica bem claro que, para Humboldt, o estudo das línguas e da linguagem não se limita àquela área que é tradicionalmente vista como “linguística”, mas se refere a um empreendimento muito mais abrangente, ou seja, como já foi mencionado acima, aos estudos antropológicos. No fundo de tudo isso, encontramos o intercâmbio entre os seres humanos, a comunhão²³ motivada e acionada pelo espírito, pelas forças do feminino e do masculino que só quando se encontram e se reúnem criam algo novo.

A visão humboldtiana das línguas e da linguagem é holística, orgânica e genética. Mesmo enfatizando a necessidade de análises estruturalistas e detalhadas, Humboldt ressalta que essas só podem ser um primeiro passo. O verdadeiro objeto da pesquisa linguística é o *Geist*, o espírito que movimenta não apenas as línguas, mas os indivíduos e as nações.

Um bom exemplo dessa perspectiva encontra-se na palestra sobre a estrutura gramatical da língua chinesa, (*Ueber den grammatischen Bau der Chinesischen Sprache*). Começando com a peculiaridade da escrita chinesa, Humboldt se refere ao conceito da natureza dupla da linguagem, à combinação entre som e pensamento. Porque se trata de uma combinação, existe a possibilidade de dar ênfases distintas aos componentes, dar mais peso a um e negligenciar o outro. A língua chinesa obviamente dá preferência ao pensamento porque, na escrita, não existem indicações referentes à pronúncia. Ideogramas representam conceitos puros. Por exemplo, o número 2 representa uma

²¹ Sie [die Sprache] ist nemlich die sich ewig wiederholende Arbeit des Geistes, den articulirten Laut zum Ausdruck des Gedanken fähig zu machen.

²² Durch die gegenseitige Abhängigkeit des Gedankens, und des Wortes von einander leuchtet es klar ein, dass die Sprachen nicht eigentlich Mittel sind, die schon erkannte Wahrheit darzustellen, sondern weit mehr, die vorher unerkannte zu entdecken. Ihre Verschiedenheit ist nicht eine von Schällen und Zeichen, sondern eine Verschiedenheit der Weltansichten selbst. Hierin ist der Grund, und der letzte Zweck aller Sprachuntersuchung enthalten. (vergl. Sprachstudium, bei Heidermann nachsehen)

²³ Veja Couto 2017.

quantia claramente definida e quem conhece o sistema não precisa se preocupar com a pronúncia. O fato de a língua chinesa funcionar assim indica, para Humboldt, que a língua, ou mais precisamente, seu espírito ou *Geist* favorece o pensar, e porque não há tanta preocupação com os sons, que seria a parte material e sensual, consegue representar o pensamento de forma mais clara e perspicua do que outras línguas, nas quais os conceitos sempre são representados junto com os elementos linguísticos. Um substantivo em português, *e.g.*, contém o gênero, um verbo traz a marca do tempo ou pessoa etc. Em outras palavras, o espírito da língua portuguesa exclui certas possibilidades, de forma que pensar em português significa ter que incluir, por exemplo, uma categoria como “gênero”. Na opinião de Wilhelm von Humboldt, isso não é um defeito. Pelo contrário. A ligação mais estreita entre o pensar e os sons articulados oferece a possibilidade de fazer justiça a esses dois elementos.

5 Considerações finais

A obra de Wilhelm von Humboldt serve como referência para muitas abordagens de pesquisa linguística, particularmente quando a leitura é seletiva. O que é negligenciado com frequência é que o projeto de Humboldt é muito mais abrangente do que simples estudos linguísticos. A visão é o estudo da humanidade, um estudo antropológico em cujo fundo duas forças atuam de forma dialética e dialógica para o progresso contínuo dos seres humanos. Esse diálogo tem como ponto de partida a comunhão com o meio ambiente. As impressões sensoriais e sensuais formam a base de toda comunhão humana. Esses traços compõem o aspecto universalista do pensamento de Humboldt, mas esse filósofo sempre ressaltou que, na base dessa condição universal, existem infinitas maneiras de ver o mundo, o que vai além do mero relativismo para abrir a possibilidade de descobrir verdades ainda desconhecidas.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o pensamento de Wilhelm von Humboldt contém, parcialmente, muitos elementos que hoje em dia são apropriados pela ecolinguística.

Referências

- AARSLEFF, Hans. The History of Linguistics and Professor Chomsky. *Language*, v. 46, n. 3, 1970, p. 570-585.
- BORSCHÉ, Tilman. *Sprachansichten. Der Begriff der menschlichen Rede in der Sprachphilosophie Wilhelm von Humboldts*. München: Beck, 1981.

- BROCKHAUS. Disponível em: <http://www.zeno.org/Brockhaus-1837/A/Geist> e <http://www.zeno.org/Brockhaus-1837/A/Gemüt> (acesso: 23/04/2018).
- CHOMSKY, Noam, *Cartesian Linguistics: A chapter in the history of rationalist thought*. New York and London: Harper & Row, 1966.
- COUTO, Hildo H. do *Ecolinguística*. Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, Hildo H. do. Linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 01, n. 01, p. 47-81, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15135/10836> (acesso: 30/04/2015).
- DI CESARE, Donatella. Introduzione. In: Di Cesare, Donatella (org.). *Wilhelm von Humboldt: La diversità delle lingue*. Roma: Laterza, 1991, p. XV-CX.
- _____. *Wilhelm von Humboldt y el estudio filosófico de las lenguas*. Barcelona: Anthropos, 1999.
- HEGEL, Georg, W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 6ª Edição.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. *Wilhelm von Humboldts Werke (= Wilhelm von Humboldts Gesammelte Schriften)*. Leitzmann, Albert (org.). Berlin: Behr's Verlag, 1903.
- _____. *On Language: The Diversity of Human Language-Structure and Its Influence on the Mental Development of Mankind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *Humanist without portfolio: an anthology of the writings of Wilhelm von Humboldt*. COWAN, Marianne (org.). Detroit: Wayne State University Press, 1963.
- _____. *Linguagem, Literatura, Bildung*. HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus (orgs.). Florianópolis: UFSC, 2006.
- _____. Sobre o estudo comparado das línguas em relação com as diferentes épocas do desenvolvimento das línguas. In: Heidermann, Werner; Weininger, Markus J. (orgs.), 2006, p. 20-93.
- _____. Über den Geist der Menschheit. In: LEITZMANN, Albert (org.). *Wilhelm von Humboldts Werke*. Vol.II, Berlin: B. Behr's Verlag, 1903, p. 324-334.
- _____. Über den Geschlechtsunterschied und dessen Einfluß auf die organische Natur. In: LEITZMANN, Albert (org.). *Wilhelm von Humboldts Werke*. Vol. I, Berlin: B. Behr's Verlag, 1903, p. 311-334.
- _____. Über die männliche und weibliche Form. In: LEITZMANN, Albert (org.). *Wilhelm von Humboldts Werke*. Vol. I, Berlin: B. Behr's Verlag, 1903, p. 335-369.
- _____. *Wilhelm von Humboldt. Über die Sprache*. TRABANT, Jürgen (org.). Tübingen: Francke, 2002.
- MILANI, Sebastião, E. *Aspectos historiográficos-linguísticos do século XIX*. Humboldt, Whitney e Saussure. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2012.
- _____. *Historiografia linguística de Wilhelm von Humboldt*. Conceitos e métodos. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2012.
- MÜLLER-VOLLMER, Kurt. *Wilhelm von Humboldts Sprachwissenschaft*. Ein kommentiertes Verzeichnis des sprachwissenschaftlichen Nachlasses. Paderborn: Schöningh, 1993.
- PIAGET, Jean. *A Construção do Real na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ROSENSTRAUCH, Hazel. Aufklärung und Sinnlichkeit – Das fatale „und“ bei Wilhelm von Humboldt. *Sexuologie* 19 (1–2), 2012, p. 66–69.

SCHARF, Hans-Werner. *Das Verfahren der Sprache*. Humboldt gegen Chomsky. Paderborn: Schöningh, 1994.

TRABANT, Jürgen. *Apeliotes oder Der Sinn der Sprache*. Wilhelm von Humboldts Sprach-Bild. München: Fink, 1986.

_____. Nachwort. In: TRABANT, Jürgen (org.) *Wilhelm von Humboldt*. Über die Sprache. Tübingen: Francke, 2002, p. 201-218.

_____. *Traditionen Humboldts*. Frankfurt/Main: Suhrkamp. 1990.

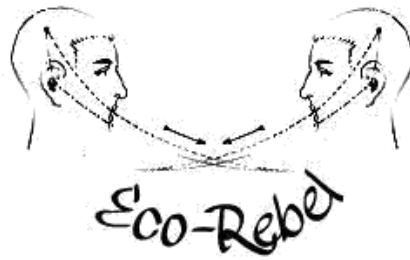
_____. Verspätete Bemerkungen über den unendlichen Gebrauch von endlichen Mitteln (UGVEM). In: HENTSCHEL, Elke; HARDEN, Theo (orgs.) *Particulae particularum*. Tübingen: Stauffenburg, 1998, p. 333-347.

WEININGER, MARKUS, J. A 'Verbalklammer': *estruturas verbais descontínuas em alemão*. Florianópolis: UFSC, 2000.

Recebido: 30/03/2018.

Aceito: 13/04/2018.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 4, n. 2, 2018.



A METODOLOGIA NA LINGUÍSTICA ECOSISTÊMICA

Hildo Honório do Couto (UnB)

Yo soy yo y mi circunstancia.
(Ortega y Gasset).

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a questão da metodologia na ecolinguística. Antes de entrar no assunto propriamente dito, ele discute perfunctoriamente o próprio conceito de metodologia. Em seguida, apresenta um esboço histórico da metodologia na ecolinguística, começando com o sociólogo Michael Löwy, passando por Mark Garner, Hans Stroher e Joshua Nash. São eles que estabeleceram as bases para a ecometodologia, que é naturalmente multimetodológica. Para pôr em prática a proposta multimetodológica, adota a proposta do método da focalização de Garner – mesmo que seja com o auxílio de um especialista. Partindo de uma postura holística – a visão ecológica de mundo – o ecolinguista pode investigar fenômenos em nível microscópico mediante uma aproximação do foco e, em seguida, retornando à posição englobante para avaliar os resultados.

Palavras-chave: Ecometodologia; Focalização; Perspectiva; Visão geral; Ecolinguística.

Abstract: The objective of this article is to discuss methodology in ecolinguistics. It begins with a brief discussion of the very concept of methodology. Next, it sketches a history of methodology in ecolinguistics, beginning with the sociologist Michael Löwy, through Mark Garner, Hans Stroher and Joshua Nash. Building upon them ecomethodology is presented. In order to apply it Garner's focussing method is adopted, even if with the help of a specialist. It consists in zooming in and focussing tiny details of the object of study. With the results in hand, the investigator goes back to the holistic position – the ecological view of the world – in order to evaluate them.

Keywords: Ecomethodology; Focussing; Perspective; Holistic view; Ecolinguistics.

1. Introdução

A questão da metodologia é uma das mais espinhosas para qualquer modelo teórico. A respeito, existem duas posições extremas. De um lado temos aqueles que a menosprezam, caso de Noam Chomsky. Em Chomsky (1988), respondendo à pergunta sobre qual era seu método de investigação, ele respondeu:

Quanto a método de investigação, na verdade eu não tenho nenhum. O único método para investigação é olhar bem para um problema relevante e tentar levantar algumas ideias sobre como ele poderia ser explicado, mantendo a mente aberta para outras possibilidades de explicação. Mas, isto não é método. É apenas ser razoável e, até onde sei, esta é a única maneira de tratar de qualquer problema, quer seja ele um problema em seu trabalho como um físico quântico ou qualquer outro.

Há algumas áreas como a da Psicologia em que as pessoas fazem longos estudos sobre métodos de investigação. Há outras como a Física em que você não estuda métodos de investigação. De modo que no MIT o Departamento de Física não tem cursos sobre métodos experimentais, mas muitos departamentos de Psicologia usam grande parte do tempo sobre o que chamam metodologia (Chomsky 1988: 189).

De outro lado, temos aqueles que dedicam quase dois terços de seus ensaios falando de metodologia, o que já se pode vislumbrar nas palavras de Chomsky, que criou sua teoria contestando justamente essa visão. A área da psicologia a que ele se refere é o behaviorismo. Veremos, no entanto, que tanto a posição de Chomsky quanto a do behaviorismo são reducionistas, conseqüentemente, radicais e até mesmo parciais, uma vez que só veem um lado da questão.

Felizmente, há também abordagens teóricas que mesclam teoria com questões metodológicas. É o que fazem o materialismo dialético e o materialismo histórico, o que parece fazer um certo sentido, ligados ao movimento marxista. Eles não distinguem teoria de metodologia, além de seguir o procedimento dialético. Essa postura é a que mais se aproxima da visão ecolinguística subjacente a este ensaio.

No caso de abordagens novas em qualquer área do saber, sobretudo nas ciências humanas, uma das primeiras perguntas que se ouve é sobre que metodologia elas adotam. Com a ecolinguística não poderia ser diferente, embora os primeiros estudiosos não tenham se dedicado ao assunto, pois sua tarefa mais urgente era mostrar que ela existia e tinha direito a um lugar ao sol. Como veremos, a variante brasileira da ecolinguística chamada linguística ecossistêmica tem levado o assunto a sério. Apesar de ser um dos ramos mais novos da ecolinguística, já dispõe de uma meia dúzia de reflexões sobre questões metodológicas, embora todas elas espargidas por diversos ensaios dedicados a outros assuntos. Em cada um deles há uma seção ou apenas um ou alguns parágrafos falando de metodologia. Porém, pelo menos Albuquerque (2015) e Silva (2015) são inteiramente dedicados à ecometodologia.

Diante de tudo isso, meu objetivo neste artigo é sistematizar tudo que já tem sido dito, tanto no Brasil quanto em outros países, e tentar mostrar como alguém que deseje estudar determinado fenômeno da linguagem da perspectiva da ecolinguística ou, mais especificamente da linguística ecossistêmica, pode proceder. Enfim, tentar deixar claro o que vem a ser a metodologia da linguística ecossistêmica, a **ecometodologia**, que é eminentemente uma multimetodologia.

Aliás, a ecolinguística não está sozinha no uso da multimetodologia. Ela é adotada também na psicologia ambiental ou ecopsicologia, na sociologia ambiental ou ecossociologia, na antropologia ecológica ou ecoantropologia (a expressão "antropologia ambiental" tende a não ocorrer). Enfim, toda ciência que adota o paradigma ecológico é, em princípio, multimetodológica.

2. Método

Meu objetivo não é discutir modelos de metodologia, que existem em grande quantidade. O que pretendo fazer é mostrar como a questão pode ser abordada ecolinguisticamente. A etimologia da palavra já dá um direcionamento sobre seu significado. Composta de *metá* (alvo, meta) e *odós* (caminho), a própria forma da palavra já diz que ela indica o caminho que se deve percorrer para ir do modelo teórico para os dados ou dos dados para o modelo teórico, para se atingirem os objetivos da pesquisa. O primeiro procedimento (teoria --> empiria) tem sido chamado de **método dedutivo**, ou hipotético-dedutivo; o segundo (empiria ---> teoria), **método indutivo**. Geralmente os praticantes de um e de outro são radicais, ou melhor, unilaterais; só consideram o lado a que se dedicam, ignorando por completo o outro. Veremos que a ecometodologia pode ir nas duas direções, partindo preferencialmente da empiria e indo na direção da teoria, como fazia o "pai" do método empírico, Francis Bacon (1561-1626), e retornando à empiria, percorrendo esse ciclo quantas vezes forem necessárias (COUTO, 2017b). Mas, ela pode também partir da teoria e ir na direção da empiria retornando em seguida à teoria, e vice-versa, em ambos os casos ciclicamente.

Um ótimo exemplo de uso do **método indutivo**, do estruturalismo americano, é o que foi praticado por Kenneth L. Pike, um dos formuladores da fonêmica e criador da tagmêmica, que se expandiu para a análise dos fenômenos culturais, como se pode ver no monumental *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior* (Glendale, CA: Summer Institute of Linguistics, 1954-1960). Nos anos oitenta do século passado,

ele proferiu uma palestra no extinto Summer Institute of Linguistics, em Brasília. Na ocasião, ele disse que ao chegar a um grupo indígena com o qual não há nenhuma língua para comunicação, o linguista treinado em transcrição fonética mostra uma folha de árvore a alguém que se mostrar mais simpático e, se ele proferir algum som, transcreve-o como pode. Depois o linguista mostra uma pedra e transcreve o som que essa pessoa do grupo proferir. Mostra a água e transcreve, e assim sucessivamente. Ao chegar lá pela décima ou vigésima palavra, ele já estará começando a ter uma vaga ideia da fonética-fonologia da língua local. Ao chegar a umas 400 a 500 palavras, ele já terá ideia até mesmo de alguns aspectos da morfologia e da sintaxe. Com mais alguns dias de interação com os membros da comunidade e coletando mais dados, agora inclusive pequenas frases, o investigador já estará tendo uma ideia razoável da gramática dessa língua. Isso se completará quando ele estiver bastante familiarizado com a cultura local e começar a coletar narrativas.

É o melhor exemplo de aplicação do método indutivo na linguística de que já tive notícia. Eu tive o privilégio de assistir a essa palestra. Eu gostaria de acrescentar que os termos 'ético' e 'êmico' usados pelos antropólogos e outros cientistas sociais foram criados por Pike, baseado em 'fonética' e 'fonêmica'. Seu livro *Phonemics (Fonêmica)*, de 1947, aplica essa metodologia no estudo dos sons das línguas com a finalidade de estabelecer o quadro de fonemas e, logo a seguir, criar uma ortografia para a língua em questão. Esse era fim último do procedimento criado por Pike.

Um bom exemplo de aplicação do **método dedutivo** nos estudos linguísticos é a gramática gerativa de Noam Chomsky. No início, quando ela ainda era chamada de 'gramática gerativo-transformacional', seu praticante fabricava frases com base nas regras abstratas e as testava junto a falantes nativos, a fim de averiguar se as "aceitavam" ou não. Eu me lembro de ter visto linguistas aplicando testes de 'aceitabilidade', com base no 'desempenho (*performance*)' dos falantes. De qualquer forma, isso era um aspecto menor da teoria, pois o que importava era a 'gramaticalidade', uma vez que era ela que refletia a 'competência' dos falantes para produzir frases 'gramaticais'. Como parte dessa 'competência', eles eram capazes de julgar o que era 'agramatical'. Vale dizer, trata-se de um procedimento diametralmente oposto ao apresentado por Pike, que Chomsky menosprezava como sendo meros *discovery procedures* (procedimentos de descoberta).

Uma questão com a qual todo cientista tem que se avir é a da neutralidade relativamente ao objeto investigado, evitando que seu engajamento viesse o resultado. Em época

recente, duas posições foram defendidas. A primeira é a da objetividade total, ou seja, de que o cientista deve se manter inteiramente neutro frente ao objeto de estudo. Essa é a posição do positivismo de Comte e Durkheim (LÖWY, 1985). Por outro lado, temos a posição do agrobiólogo soviético Trofim Denisovitch Lyssenko, de acordo com a qual não há neutralidade na ciência, toda pesquisa é engajada, reflete a ideologia perfilhada pelo pesquisador que, no caso dele, era o materialismo dialético e histórico (BENSUSSAN. 1982: p. 536). Como toda posição rigidamente unidirecional, para a visão ecológica de mundo aqui perfilhada as duas posições são radicalmente parciais. Na verdade, a neutralidade absoluta é impossível, mas deixar que a ideologia e as preferências do investigador direcionem os resultados é condenável. Além da detalhada discussão apresentada por Löwy (1985), vejamos o que dizem outros cientistas sociais e estudiosos de física.

Uma questão importante é a da unimetodologia *versus* multimetodologia. Boaventura de Sousa Santos é claramente a favor da multimetodologia. Em Sousa Santos (1996), ele afirma que "o conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade". Para ele,

"um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos, essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica. Sendo certo que cada método só esclarece o que lhe convém e quando esclarece fá-lo sem surpresas de maior, a inovação científica consiste em inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação dos métodos fora do seu *habitat* natural" (48-49).

Na própria física, tida como a rainha das ciências, foi demonstrado que o processo de investigação afeta o resultado. Partindo da "teoria do *bootstrap*" de Geoffrey Chew, cuja base matemática é a "matriz S" (*scattering matrix*), ou seja, "matriz do espalhamento", Capra (1995) diz que "uma metodologia que não utiliza perguntas bem definidas e que não admite nenhum fundamento firme para o nosso conhecimento certamente parece pouquíssimo científica". Para Chew, no entanto, continua o autor, é preciso entender que não há descrições verdadeiras, mas aproximadas, é preciso "reconhecer o papel crucial da aproximação nas teorias científicas" (p. 54). Afinal, "os cientistas não lidam com a verdade; lidam com descrições limitadas e aproximadas da realidade" (p, 55). Em termos

linguístico-ecossistêmicos, é preciso aceitar a multidisciplinaridade e a multimetodologia. A propósito, Capra diz: "passei vários anos integrando ideias de disciplinas diversas num arcabouço conceitual que começava a se delinear com lentidão" (p. 56). Isso porque ele "aprendera com Chew que é possível usarmos modelos diferentes para descrever aspectos diversos da realidade" (p. 57). Com as devidas cautelas, não há a necessidade de ter medo do ecletismo. Tudo isso porque, como nos mostra o perspectivismo (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 43-67, 180-190), só conseguimos ver um pequeno aspecto do objeto investigado de cada vez. Para vê-lo na íntegra é preciso integrar diversas abordagens teórico-metodológicas. Para fazer isso, precisamos da ajuda de especialistas nas diversas áreas, uma vez que o conhecimento está altamente fragmentado. Por fim, na própria física sabe-se que o instrumento de medição afeta o objeto investigado.

Por isso, a linguística ecossistêmica utiliza a visão multilateral da ecometodologia. Ela tem consciência de que tanto os métodos indutivos quanto os dedutivos contêm uma parcela de verdade. Por isso, é preciso pôr os dois a dialogar entre si, enfim, entre indução e dedução tem que haver uma interação dialética. Por um lado, como vários investigadores já disseram, nós achamos o que procuramos, o que pressupõe um ponto de vista prévio, ou seja, algum laivo de teoria, postura dedutiva. Por outro lado, só podemos ter algum ponto de vista se já temos alguma ideia do objeto, o que pressupõe algum tipo de conhecimento ou contato prévio com ele, o que implica uma postura indutiva. Vale dizer, é difícil dizer o que veio primeiro, o ovo ou a galinha. Tudo isso justifica a posição dialética da ecometodologia.

3. Pequeno histórico da metodologia na linguística ecossistêmica

Poderíamos começar pelos pensadores que adotaram a ideia do perspectivismo, como o já mencionado Ortega y Gasset e alguns outros. No entanto, vou partir do sociólogo marxista brasileiro-francês Michael Löwy. Diante da visão de mundo do proletariado e da burguesia, ele apresenta a seguinte pergunta, reportando-se ao livro *Ideologia e utopia* de Karl Mannheim: "qual é a posição que tem as maiores chances de chegar ao máximo de verdade?" Löwy afirma que, para Mannheim, "a consciência burguesa tem um interesse social vital a esconder de si mesma, os limites de sua própria racionalidade, isto é, a burguesia não só tem a necessidade de esconder do proletariado a situação real, mas de si mesma, porque ela precisa de ilusões para acreditar em sua função histórica. O

marxismo, ao contrário, representa um *observatório mais elevado* (grifos no original, hhc) do que a burguesia" (LÖWY, 1985, p. 81). Com efeito, "o ponto de vista do proletariado, então, não é o ponto de vista de tal ou qual fração, tal ou qual categoria, tal ou qual grupo, seja em função de critérios econômicos, nacionais, culturais ou religiosos, mas a busca de um ponto de vista universal, porque o que define o ponto de vista do proletariado é a sua universalidade, que é, digamos, o ponto de vista da totalidade, que está além dos interesses de categorias, de frações, de localidades" (LÖWY, 1985, p. 108). A "visão social de mundo" do proletariado é um "ponto de vista superior" (p. 104), como a visão que se tem a partir da cumeeira da casa ou do topo de uma montanha.

Deixando de lado o viés marxista do autor, é preciso reconhecer que a imagem do observatório de cima da montanha é justamente o que interessa à ecometodologia, que a adotou, juntamente com o método da focalização de Mark Garner, comentado abaixo. Uma das observações mais interessantes de Löwy é a de que "o que define a ciência como tal é a tentativa de conhecimento da verdade" (p. 110), vale dizer, a procura pela verdade, o que tem a ver com as "descrições aproximadas" de Fritjof Capra, segundo as quais, a nova ciência representa uma "mudança de descrições verdadeiras para descrições aproximadas" (1998, p. 133ss.).

O próximo passo no que levou à ecometodologia da linguística ecossistêmica foi dado, mais de onze anos após as ideias de Löwy, pelo alemão Hans Strohner que, aparentemente, as ignorava. Apesar disso, Strohner é duplamente importante para os objetivos aqui colimados. Primeiro, porque foi ele quem primeiro usou a expressão "linguística ecossistêmica" (*ökosystemische Linguistik, ökosystemische Sprachwissenschaft*) por escrito, justamente no ensaio a que estou me referindo (STROHNER, 1996), o que faz dele o iniciador dessa vertente da ecolinguística, seguindo seu colega na Universidade de Bielefeld, Peter Finke, e o discípulo deste, Wilhelm Trampe. Segundo, porque ele foi o primeiro a falar explicitamente em metodologia no seio da própria ecolinguística.

O ensaio Strohner (1996) porta o título de "Die neue Systemlinguistik: Zu einer ökosystemischen Sprachwissenschaft" (A nova linguística do sistema: por uma linguística ecossistêmica). A seção 3 desse ensaio se intitula justamente "Methodologie". O autor começa dizendo que "ao lado da teoria, a metodologia é o segundo pilar de uma ciência". Em sua opinião, "mais do que no âmbito da teoria, o destino futuro da ecolinguística se mostrará no da metodologia". Por isso, "uma linguística ecossistêmica

tem a oportunidade de desenvolver uma metodologia que envolva uma solução cooperativa de problemas de modo mais adequado do que a metodologia da linguística estruturalista ou de uma linguística funcionalista ingênua" (p. 56).

Strohner diz que o método proposto contém três passos, que ele descreve pormenorizadamente: (1) a empiria produtora de hipóteses (*hypothesenerzeugende Empirie*), (2) a modelização teórica, (3) a empiria comprovadora de hipóteses (*hypothesenüberprüfende Empirie*). Isso antecipa o ciclo dialético da ecometodologia apresentado mais abaixo. O autor encerra a seção sobre metodologia afirmando que mesmo quando o investigador estiver tratando de "questões específicas" elas devem ser encaradas como "parte necessária da metodologia integrativa da linguística ecossistêmica" (p. 57).

Quem expôs a ecometodologia quase nos termos da linguística ecossistêmica foi o ecolinguista britânico Mark Garner, que, também ele, não menciona nenhum dos dois autores que refletiram sobre o assunto antes dele (GARNER, 2004). Como a ecometodologia linguístico-ecossistêmica é quase idêntica à desse autor, eu falarei dela na seção 5 abaixo.

O ecolinguista australiano Joshua Nash dedica a seção "4: Theories, methods and techniques" de sua tese de doutorado, sobretudo a subseção 4.3, à questão da metodologia (NASH, 2011). Albuquerque (2015, p. 136) apresenta uma síntese da proposta desse autor, mostrando que "sua contribuição maior para a metodologia da ecolinguística foi a de elaborar duas propostas de metodologia importantes, são elas: o trabalho de campo ecolinguístico e o minimalismo empírico". O primeiro aspecto "leva em consideração a relação entre a comunidade, os informantes, o pesquisador", com este agindo como se pertencesse à comunidade. Mais ou menos como os antropólogos que vivem anos a fio nas comunidades indígenas cuja cultura vão investigar. Quanto ao minimalismo empírico, "consiste na escolha de um objeto de estudo reduzido por parte do pesquisador para que possa ser melhor estudada a maior parte das inter-relações que ocorrem dentro do ecossistema escolhido para investigação". Por fim, acrescenta Albuquerque, para Nash "cada ecologia é única" (p. 138). Como aconteceu com Strohner e Garner, tampouco Nash menciona as reflexões anteriores que eu menciono no presente artigo.

As primeiras reflexões sobre metodologia no âmbito da ecolinguística brasileira – linguística ecossistêmica – foram expostas em Couto (2013c, p. 289-291), em que a própria palavra 'ecometodologia' foi sugerida pela primeira vez. Partindo do pressuposto

de que a ecolinguística é uma nova maneira de se encararem os fenômenos da linguagem, ou seja, de que adota a visão ecológica de mundo, pode-se considerá-la como uma plataforma a partir da qual se pode estudar todo e qualquer fenômeno da linguagem. Salienta-se que as diversas teorias parcelares são como janelas que permitem ver um restrito domínio do objeto de estudo, com o que ele pode ser estudado em suas minúcias. A **ecometodologia** é vista como o ponto de vista da cumeeira da casa, ou o topo da montanha de Löwy, de onde se pode ter uma visão do todo (holismo).

Em Couto (2013a), temos dois pequenos capítulos (p. 115-123) dedicados à metodologia na ecolinguística, inclusive citando os três precursores (Löwy, Nash, Garner). Há um detalhamento maior de como proceder para analisar minúcias de determinado setor. Essas propostas iniciais são retomadas sem grandes acréscimos em dois outros ensaios posteriores. Em Couto (2016b) temos nova tentativa de mostrar como conciliar a visão englobante com o estudo de dados finos de domínios específicos dos fenômenos da linguagem. No ensaio Couto (2017b), por fim, há uma seção intitulada "Holism and multimethodology", em que se apresenta o **método da focalização** (*focussing method*) de Garner. Esse método representa uma implementação e um aperfeiçoamento da proposta inicial de Michael Löwy.

Atualmente, já existem dois ensaios dedicados exclusivamente à metodologia na ecolinguística produzidos por membros do eixo Brasília-Goiânia, isto é, os já mencionados Albuquerque (2015) e Silva (2015). O primeiro deles é o que mais se aproxima da presente proposta. Também ele apresenta um pequeno histórico da ecometodologia, falando dos principais precursores, exceto Löwy, que pode ser considerado o primeiro. Quanto a Silva (2015), é de caráter mais filosófico. Enfatiza a ideia de que a pesquisa em ecolinguística deve partir do ecossistema integral da língua (ex-ecologia fundamental da língua), mas dissecá-lo em seus componentes natural, mental e social, mediante as inter-relações que sempre existem entre eles. Ele exemplifica com uma "mexerica de três gomos": pode-se estudar um gomo específico, mas sem esquecer que ele só faz sentido em suas inter-relações com os outros dois e com o todo da mexerica de que fazem parte. Por fim, distingue a **metodologia de coleta** e a **metodologia de análise** dos dados, outra questão que merece ser investigada, mas que, infelizmente não será abordada aqui.

4. A metodologia em outras eco-ciências

Começamos pela psicologia ambiental, pelo motivo de a psicologia em geral ter sido uma das primeiras a adotar uma postura que se poderia chamar de ecológica. Poderíamos recuar pelo menos aos gestaltistas e, entre eles, Kurt Lewin (1890-1947). Lewin é um dos inspiradores do tripé do ecossistema linguístico, mesmo sem mencionar a ecologia, termo que não era comum em sua época.

No caso específico da psicologia ambiental, começo com a pesquisa de Hartmut Günther, da Universidade de Brasília. De acordo com esse pesquisador, "ao menos no presente, não há teoria e/ou método que, por si só, seja capaz de explicar a complexidade do comportamento humano". Por isso, continua, "na medida em que os resultados baseados em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas complementem uns aos outros, poderemos eventualmente adquirir uma *Gestalt* mais completa da natureza da psicologia humana". Isso porque, "dadas as múltiplas interfaces da Psicologia Ambiental apontadas acima, tanto dentro quando além da psicologia, o multilateralismo teórico e metodológico é apenas uma consequência lógica, necessária". Por isso, "uma consequência prática deste viés é um interesse predominante em soluções de problemas práticos antes do que o ganho em campos de batalha sobre teorias, não sem esquecer, contudo, a advertência de Lewin de que "nada é mais prático do que uma boa teoria" (GÜNTHER, 2005, p. 180).

Não param por aí as observações de Günther que são semelhantes ao que propõe a linguística ecossistêmica. Na mesma página, ele diz que a psicologia ambiental tem um "referencial necessariamente interdisciplinar", o que "implica não somente em uma aceitação e uso de múltiplas abordagens teóricas e metodológicas, mas em uma abordagem multilateral para lidar com as relações entre campos de estudo". Como se vê, ao lado de multidisciplinaridade, o autor fala também em multilateralidade, que sugere a necessidade de se encarar o fenômeno observado em todas as direções, vale dizer, como inserido em uma rede de interações.

Uma outra ideia interessante encontrável neste ensaio é a do "método como uma consequência da questão" (p. 181). Isso coincide com minhas primeiras palavras sobre ecologia. Em Couto (2013a, p. 119), está relatada a resposta a uma pergunta de Joshua Nash sobre como é a metodologia ecolinguística. "Sem pensar muito, respondi que ela é dada pelo objeto de estudo", embora logo em seguida eu tenha ficado com medo de ter dito uma asneira. Os argumentos de Günther me trouxeram um certo alívio. Eles mostram que eu não fui o único a pensar assim. Metodologia sugerida pelo objeto a ser investigado parece uma atitude inevitável na multimetodologia.

Por fim, Günther asseverou que é preciso "pensar cientificamente e comportar-se praticamente" (p. 181), o que, de certa forma, é uma paráfrase do conhecido dito "pense globalmente, aja localmente", surgido entre os ambientalistas. Para mais argumentos no mesmo sentido, pode-se consultar Günther & Rozestraten (2005).

Vejam os que se disse em termos de metodologia na sociologia ambiental. Em Dunlap & Catton (1979) e Catton & Dunlap (1980), o que vemos é apenas um histórico desta orientação na sociologia, sua tentativa de se afirmar como disciplina acadêmica. Eles criticam a posição de Émile Durkheim de que fatos sociais viriam de fatos sociais, mostrando que pode haver influência do meio no surgimento deles, embora o contrário também ocorra. Eles condenam o **paradigma do exceptionalismo humano** e defendem o **novo paradigma ambiental**. Um sociólogo que se aproxima do assunto é Stevens (2012), sugerindo que a ecossociologia pode se valer dos achados da ecopsicologia, logo, usar sua metodologia pelo menos em parte. Enfim, pode até ser que os sociólogos ambientais não defendam a multidisciplinaridade explicitamente, mas ela fica implícita na aceitação do modelo do ecossistema biológico, com todas as suas características, como a abertura, a visão abrangente (holística) etc.

Na antropologia ecológica ou ecoantropologia, tem prevalecido o método da observação participante. Esse método frequentemente se combina com o etnográfico, lembrando a proposta de Joshua Nash mencionada acima. Afinal, para se conhecer a cultura de determinado grupo étnico, o pesquisador geralmente mora por um longo período no seio desse grupo, participando do dia a dia de seus membros, adquirindo uma visão de conjunto de toda sua vida e cultura. Com isso, a metodologia acaba sendo multimetodológica (NEVES, 1996). Aliás, a antropologia é a ciência social que apresenta mais afinidades com a ecolinguística.

5. A ecometodologia linguístico-ecossistêmica

A ecometodologia da linguística ecossistêmica é basicamente a proposta de Löwy e Garner, combinadas. O primeiro usou a metáfora do topo da montanha, por oposição à visão de quem está intimamente ligado a um lado específico do objeto investigado. O segundo, mostrou como esse procedimento pode ser posto em prática no momento de se estudar um fenômeno fino tanto da exoecologia quanto da endoecologia linguística. Garner acha que "o método analítico e reducionista tradicional não é apropriado para o

estudo dos fenômenos da linguagem de um ponto de vista ecológico". Partindo dessa visão de mundo, ele sugere o **método da focalização**, que ele descreve da seguinte forma:

"conceito de focalização implica prestar bastante atenção a um problema ou fenômeno contra o pano de fundo do contexto em que ele ocorre. Em um filme, a câmera pode focalizar, por exemplo, a face de um ator a fim de chamar a atenção para uma expressão particular, mas, durante o tempo em que os outros elementos da cena estiverem fora de foco, estão ainda lá como um pano de fundo essencial para entender a expressão. Mesmo se a face toma conta de toda a tela temporariamente, excluindo todo o resto, a câmera pode retroceder a fim de abarcar o contexto maior" (Garner 2004, p. 202).

A descrição do método da focalização é a melhor exposição de como deve proceder quem pratica linguística ecossistêmica no momento em que precisa estudar determinado fenômeno muito específico da língua, como a nasalidade vocálica em português, as orações relativas, as construções clivadas etc. Praticar uma visão de mundo holística não significa que o cientista seja onisciente, que possa investigar todo e qualquer aspecto de seu objeto. Quando o linguista ecossistêmico precisa estudar um domínio específico da perspectiva de determinada janela (sintaxe, morfologia, fonologia; contato de línguas, análise de discursos etc.) solicita a ajuda de um especialista e avalia os resultados obtidos a partir da visão da cumeieira (como mostrou Löwy) que é a da visão ecológica de mundo.

Por tudo que acaba de ser dito, nota-se que a ecometodologia é inicialmente, e preferencialmente, de base empírica, porém também dialética. Ela começa preferencialmente pelo objeto de estudo (objeto que já estava sendo procurado por alguma perspectiva teórica) e inclui um diálogo com o modelo teórico (modelo teórico escolhido devido ao objeto que o investigador tinha em mira). Enfim, contrariamente às metodologias tradicionais, a ecometodologia pode partir tanto do objeto quanto do ponto de vista teórico, pois sempre os fará dialogar entre si. O que é mais, de qualquer "lado" que partir, terá sempre em mira o outro no momento da partida. Não separa teoria de empiria, nem vai de uma à outra de modo mecanicamente unidirecional, como já sugerira Garner.

Como tentei mostrar em Couto (2018), algumas tendências da ecolinguística são ecológicas sobretudo pelo objeto de estudo (ontologia), no caso, questões do ambientalismo. Elas tratam basicamente de textos-discursos de cunho ambiental, antiambiental ou pseudoambiental, que seriam objetos mais apropriados para a linguística ambiental (COUTO, 2017a). Outras são ecológicas pela teoria (epistemologia), mediante

o uso metafórico de conceitos ecológicos. A ecolinguística crítica, praticada por alguns estudiosos europeus, chega a apresentar as duas características. A linguística ecossistêmica, por seu turno, é ecológica epistemológica, ontológica e metodologicamente. Com efeito, a metodologia das ciências tradicionais em geral vai da teoria para o objeto de estudo, ou do objeto para a teoria, de modo unidirecional. Na linguística ecossistêmica pode-se ir nas duas direções, procedimento típico da visão ecológica de mundo, compatível inclusive com o multilateralismo de Günther. A grande diferença relativamente à tradição é que de qualquer perspectiva que se parta, vai-se na direção da outra, num procedimento dialético. Enfim, a metodologia não precisa ser dada só pela teoria. O objeto de investigação pode também sugerir qual é a metodologia mais adequada a ser utilizada em determinada investigação. Essa segunda postura é a preferida pela linguística ecossistêmica, fazendo-a dialogar com a outra.

A linguística ecossistêmica tem uma postura muito clara que, no fundo, significa adotar a metodologia de qualquer uma das demais ciências sociais e, talvez, as da natureza e da ciência em geral, uma vez que ela é multimetodológica, por ser multidisciplinar. Essa ecometodologia decorre naturalmente da visão ecológica de mundo. Vale dizer, ela é pura e simplesmente uma sistematização do que fizeram os principais precursores comentados acima, quais sejam, Löwy, Strohner e Garner. A proposta de Joshua Nash também é muito interessante, inteiramente válida e está perfeitamente em sintonia com a ecometodologia da linguística ecossistêmica. Ela apenas não tocou na questão da dialética entre visão holística (da totalidade de Löwy) e estudo de dados finos de domínios específicos de determinado fenômeno da língua. Nash parece se ater à visão da janela, não mencionando a da cumeeira.

6. Exemplos de aplicação da ecometodologia

Vimos que a ecometodologia é decididamente multimetodológica. Isso implica ser multiteórica, pois praticamente todos os modelos teóricos têm seu modo de tratar os dados, quer dizer a todos eles está associada, explícita ou implicitamente, uma metodologia de como devem ser aplicados. Assim sendo, gostaria de dar alguns exemplos de investigações especializadas que foram utilizadas para conclusões gerais, de caráter abrangente. Primeiro, temos a pesquisa do vocabulário da linguagem dos ciganos calon do norte de Goiás feita por Melo (2005). Partindo de algumas poucas sobrevivências do léxico romani original, ele pôde ter alguma ideia pelo menos de sua morfologia. A

pesquisa de Couto (2013b) sobre um pequeno grupo de ciganos kalderash de Aparecida de Goiânia (GO) constatou que eles formavam uma comunidade de fala específica, em um bairro da cidade. Notou também que, embora ainda mantenham grande parte da sua variedade de romani (romanês), ela se encontra em obsolescência. Inclusive a cultura está se deteriorando, mesmo porque eles se tornaram evangélicos, com o que muitos de seus hábitos tradicionais passaram a ser vistos como algo "errado", "pecaminoso" etc.

Um exemplo mais interessante de uso de dados obtidos em uma pesquisa de dados bastante específicos para conclusões gerais é o de Mane (2001). Ele fez uma descrição fonológica das variedades linguísticas da Guiné-Bissau conhecidas como mancanha, manjaco e pepel, tradicionalmente tidas como três línguas distintas. Mane constatou que as três têm basicamente a mesma fonologia. Isso foi um argumento para o autor afirmar que se tratava de três variedades ("dialetos") da mesma língua. Vale dizer, uma pesquisa bastante especializada forneceu argumentos para se discutir a polêmica questão sobre qual é a diferença entre língua e dialeto.

Todos esses exemplos mostram casos em que o estudioso usou um modelo teórico específico, foi a campo, coletou dados e os analisou tecnicamente de acordo com os procedimentos previstos na aplicação do próprio modelo. De posse dos dados analisados, o investigador avaliou-os de uma perspectiva mais ampla. Nos três casos, usaram-se teorias e metodologias indutivistas, que permitiram tirar conclusões mais amplas. O procedimento de Pike comentado acima pode ser tido como outro exemplo: partindo de dados fonéticos, lidando com produção sonora concreta pelos falantes das línguas, chegou-se a um sistema fonológico, de interesse para a teoria fonológica.

7. Observações finais

Como disse Hans Strohner, há íntimas relações entre teoria e metodologia. Na verdade, uma não vive sem a outra; nem em casos extremos como o de Chomsky, que disse que não tinha "método/metodologia". O praticante de gramática gerativa precisa ter, como o praticante de qualquer modelo teórico, algum modo de coletar, analisar e interpretar os dados com que trabalha. Por exemplo, os próprios 'testes de aceitabilidade' das versões iniciais dessa teoria já eram um tipo de metodologia de ação, de aproximar dados e teoria. Como sabemos, e creio ter ficado claro em toda a argumentação acima, a metodologia não passa de um modo de ligar teoria e dados.

Vimos que as teorias altamente especializadas, como a teoria fonêmica do estruturalismo americano, podem e devem usar uma unimetodologia bastante específica. Dada a orientação filosófica em que se baseia sua fundamentação epistemológica, não é possível praticar a multimetodologia. O procedimento de Pike mencionado acima é um exemplo, sobretudo se forem acrescentadas as "regras de identificação de fonema" e todo o procedimento de sua aplicação, muito bem explicitados no livro *Phonemics* (1947) do autor. Algo parecido deve ser válido para qualquer outro modelo teórico especializado. Nas disciplinas que perfilham a visão ecológica de mundo, bem como todas as que procuram encarar seu objeto de modo holístico, as coisas não são tão lineares assim. Como disse Günther para a psicologia ambiental, nas ciências "holísticas", como a linguística ecossistêmica, temos o "método como uma consequência da questão" de pesquisa, como consequência do objeto a ser investigado. Enfim, ainda seguindo esse autor, podemos dizer que a ecometodologia da linguística ecossistêmica é multimetodológica e, por encarar seu objeto como formando uma rede e sendo parte de uma rede maior, qualquer "ponto" das interconexões sobre o qual focalizarmos a atenção se relacionará com diversos outros de modo multilateral.

***Nota:** O assunto deste texto foi objeto de uma palestra proferida no III Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística (III EBIME), Feira de Santana-BA, Universidade Estadual de Feira de Santana, 5 e 6 de setembro de 2017.

Referências

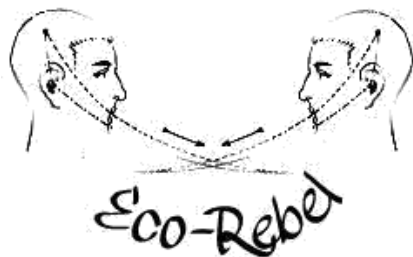
- ALBUQUERQUE, Davi Borges. Palavras iniciais sobre metodologia em ecolinguística. *Via litterae* v. 7, n. 1, 2015, p. 131-142.
- BENSUSSAN, Gérard. 1982. Lyssenkisme. In: *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 536.
- CAPRA, Fritjof. *Sabedoria incomum*. São Paulo: Cultrix, 10ed., 1995.
- _____. *Pertencendo ao universo*. São Paulo: Cultrix, 10ed, 1994.
- CATTON JR., William R. & DUNLAP, Riley E. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. *American behavioral scientist* v. 24, n. 1, 1980, p. 15-47.
- CHOMSKY, Noam. *Language and problems of knowledge: The Managua Lectures*. Cambridge: The MIT Press, 1988.
- COUTO, Elza K. N. N. do. *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Campinas: Pontes, 2013a.
- _____. O meio ambiente dos ciganos de Aparecida de Goiânia (GO). *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 13, n. 1, p. 213-236, 2013b.
- COUTO, Hildo Honório do. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, p. 235-313, 2013c.
- _____. Ecological approaches in linguistics: an historical overview. *Language sciences* 41, 2014, p. 122-128.

- _____. Comunidade de fala revisitada. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)* v. 2, n. 12, 2016a, p. 47-72. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/20035/14225> (acesso: 25/01/2017).
- _____. Ecolinguística. In: MOLLICA, Cecília & FERRAREZI JR., Celso (orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas*. São Paulo: Contexto, 2016b, p. 87-95.
- _____. Linguística ambiental. Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2017/03/linguistica-ambiental.html> (acesso: 12/07/21-17), 2017.
- _____. Ecosystemic linguistics. In: FILL, Alwin & PENZ, Hermine (orgs.). *Routledge handbook of ecolinguistics*. Londres: Routledge, seção I, B 2018.
- DUNLAP, Riley E. & CATTON JR., William R. Environmental sociology. *Annual review of sociology* 5, 1979, p. 243-273.
- GARNER, Mark. *Language: An ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.
- GÜNTHER, Hartmut. 2005. A psicologia ambiental no campo interdisciplinar de conhecimento. *Psicologia USP* v. 16, n. 1/2, p. 179-183.
- _____; ROZESTRATEN, Reinier J. A. 2005. Psicologia ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. *Textos de Psicologia Ambiental* n. 10, Lab. Psic. Amb., UnB.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez Editora, 1985, p. 81.
- MANE, Djiby. Djiby Mane. *Manjaco, mancanha e papel: três línguas ou três dialetos de uma única língua?* Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2001.
- MELO, Fábio José D. de. *O calon dos ciganos do nordeste de Goiás: uma língua obsolescente*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2005.
- NASH, Jushua. *Insular toponymies: Pristine place-naming on Norfolk Island, South Pacific and Dudley Peninsula, Kangaroo Island, South Australia*. Tese de Doutorado, Universidade de Adelaide, Austrália, 2011.
- NEVES, Walter. *Antropologia ecológica*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Origem e epílogo da filosofia*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
- SILVA, Samuel Sousa. Por uma metodologia própria para a ecolinguística e a ADE. *Via litterae* v. 7, n. 1, p. 143-155, 2015.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 8ª ed., 1996.
- STEVENS, Paul. Towards an ecosociology. *Sociology* v. 46, n. 4, 2012, p. 579-595.
- STROHNER, Hans. Die neue Systemlinguistik: Zu einer ökosystemischen Sprachwissenschaft. In: Fill, Alwin. *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 1996, pp. 49-58.

Recebido: 07/02/2018.

Aceito: 20/06/2018.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 4, n. 2, 2018.



A LUTA DAS CLASSES E PARTIDOS NA LINGUAGEM DA GRANDE REVOLUÇÃO FRANCESA

Konstantin Nikolaevich Derzhavin

Resumo: O artigo tem por objetivo mostrar os reflexos que a Revolução que se deu de 1789 a 1793 teve na língua francesa. Seguindo uma análise mais extensa do fenômeno feita por Paul Lafargue (1842-1911), o texto mostra que a língua se adapta aos acontecimentos sociais, praticamente em todos os níveis. Entre eles temos a introdução de neologismos, a ressignificação de palavras já existentes, a intensificação no uso de determinados padrões de construção como, por exemplo, a intensidade no uso do prefixo *dé-* (des) e dos sufixos *-eur* (-or).

Palavras-chave: Revolução, neologismos, evolução linguística, adaptação linguística.

Abstract: The objective of the article is to point out some influences of the 1789-1793 Revolution in the French language. In the same line of a previous and more extense analysis done by Paul Lafargue (1842-1911), the essay shows that the language adapts to the social upheavals practically at all levels. Among them there are many neologisms, change of meanings of already-extant words, intensification of the use of some patterns of construction as, for instance, the intensive use of the prefix *dé-* (de-) as well as of suffixes like *-eur* (-or, -er).

Keywords: Revolution, neologisms, language evolution, language adaptation.

Como importante meio para a organização da consciência de classe daqueles que de alguma forma fazem parte das peripécias da luta social do século revolucionário (1789-1793), a língua reflete a Revolução como se vê no modo de se expressar do falante da Assembleia Constituinte, nas réplicas dos heróis do teatro patriótico, nas canções satíricas de rua, no como elas se envolveram nas possibilidades de comunicação visando a polêmica, propaganda, reforço, engajamento e desmascaramento.

A língua servia sobretudo aos objetivos imediatos da luta revolucionária, e esse seu por assim dizer papel oficial era enorme. Grande era também seu papel não oficial, ou seja, o de refletir a Revolução, possibilitar a simples comunicação quotidiana nas condições da realidade revolucionária. A força original da língua corria paralela à força original da

Revolução. Criatividade linguística caminhava lado a lado com criatividade social e política.

Para designar novos conceitos surgiam novas palavras. O dia a dia dos anos revolucionários gerou novos termos. As novas condições sociais alteraram os significados das palavras. Ao ponto de o vocabulário ter sido não menos fortemente renovado do que o direito civil, o sistema de circulação da moeda ou a organização do exército.

A Revolução levou a um aburguesamento completo da língua francesa, sem dó nem piedade, a sua completa assimilação da realidade social, sua subordinação a determinadas exigências de classe. À língua "monárquica" foi contraposta a língua "republicana". A primeira não era mais apropriada harmônica e estilisticamente como a de 1694, época da primeira edição do dicionário da Academia, ao qual se contrapôs o dicionário da Revolução. A sensação de que as ideias e o conteúdo ideológico da época teriam mudado tanto, de que o âmbito do sistema linguístico acadêmico, de que as concessões benevolentes a "termos da ciência, arte e indústria" foram dadas, tudo isso veio à tona.

Durante a Revolução, cada partido e cada classe depositaram no termo geral *liberté* (liberdade) os próprios conteúdos ditados pelos interesses da luta social, interesses que se desviavam com bastante força das explicações gerais, como, por exemplo, as do dicionário da Academia de 1694 ("em relação à cidade ou ao campo – forma de governo em que a maior força do povo se mostra").

O termo *égalité* (igualdade) era explicado pela edição do dicionário anterior à Revolução meramente como conceito para igualdade correlativa de duas ou mais coisas. Após a Revolução e nos anos imediatamente antes dela, ele passou a ser um termo com conotações político-sociais, que na linguagem revolucionária tem um papel não menor do que o termo *liberté*.

As palavras vêm e vão de acordo com os acontecimentos políticos e com a dialética da luta de classes do século revolucionário. Isto é a primeira manifestação da não aceitação da herança lexical do passado. A segunda manifestação consiste em contrapor novas formas vocabulares às antigas. As novas manifestações mostram que as categorias antigas não foram propriamente abandonadas por completo, mas revistas, refundidas e reorganizadas.

Sem sombra de dúvida aqui tivemos uma adaptação às novas categorias na consciência das massas, adaptação que pode ser vista nos nossos dias na introdução do sistema métrico na URSS.

Se olharmos para as novas palavras introduzidas pela Revolução e para as inovações vocabulares revolucionárias, notaremos que se faz necessário apontar várias circunstâncias que são decisivas para um julgamento correto desse momento da língua revolucionária. O curto espaço de tempo, no qual um neologismo qualquer nem sempre pode ser atribuído a uma data histórica precisa, foi naturalmente decisivo. Um segundo problema é a quantidade de dados. O valor e a função de um neologismo, sobretudo a função determinada pela classe social, só podem ser determinados em contexto. Lendo os documentos da época encontramos neologismos em cada frase, em cada linha. Se quisermos determinar sua abrangência, é preciso pesquisar todos os discursos no parlamento, todas as revistas, os protocolos de decisões judiciais e partidárias, as ordens militares, os atos da chancelaria, as canções de rua revolucionárias. Necessário se faz também analisar o vocabulário das cerca de 2.000 peças teatrais surgidas nos dez anos da Revolução. Completamente não investigado, por infelizmente não poder ser recuperado nos dias atuais, está o vocabulário da "quarta categoria", da massa parisiense. Sua linguagem retratada nos documentos diários da época, sobretudo nos inacessíveis arquivos de decisões judiciais que, mesmo que desfigurados, podem ser mantidos. A terceira circunstância, finalmente, é a dificuldade de determinar precisamente – pelo que se tem até agora –, se a palavra em questão é realmente nova ou apenas uma nova interpretação de uma velha expressão. A rigor, muitos exemplos que apresentamos no trabalho sobre significação das palavras e também no que foi dedicado aos neologismos – uma vez que ao que parece foram assim interpretados –, foram do mesmo modo rejuvenescidos com sua introdução no uso linguístico. Por outro lado, muitos neologismos não passavam de velhas palavras de especialidades profissionais revividas, com um espectro de uso limitado, mas que por diversos motivos podem adquirir âmbitos de uso mais amplos.

A designação 'neologismo' da época da Revolução precisa ser entendida em uma concepção de material vocabular bastante variegado. Sua presença e inovação deve ser determinada preponderantemente de acordo com sua avaliação social.

Com o objetivo de refletir uma ideia geral da criatividade linguística da Revolução, registramos aqui algumas configurações vocabulares revolucionárias típicas, tematicamente ordenadas.

O terror revolucionário deu lugar às palavras *térrorisme* (terrorismo) e *terroriste* (terrorista), que se juntaram à própria palavra *terreur* (terror), que adquiriu uma nova

significação, levando as duas outras consigo. As execuções em massa de 2 e 3 de setembro de 1792 levaram às novas expressões *septembriser* ("setembrizar") (= ajustar as contas com o inimigo do povo), *septembriseur* (inspirador do acertador de contas) e *septembrisade* (acerto de contas); dos afogamentos em Nantes e Savenay surgiu a designação *les noyades* (os afogamentos); os fuzilamentos após o controle do levante de Lyon em 1793, deu *les mitraillades* (as metralhadas). É claro que a palavra *guillotine* (guilhotina) também não pode ser deixada de lado, originária do nome do membro da assembleia constituinte, doutor Guillotine, que inventou o instrumento de execução em 1789. Dessa palavra vieram os derivados *guillotiner* (guilhotinar) e *guillotineur* (guilhotinador).

Como vestígio lexical das canções surgidas na Revolução francesa encontram-se *Carmagnole* e *Marsellaise* (marselhesa). A *Carmagnole* recebeu esse nome da pequena cidade de Carmagnola de Savoy. A palavra designa não apenas a bem popular canção, mas também seu cantor, além de ser um sinônimo de *sansculotte* (sem ceroulas). *Carmagnole* era outrossim o casaco que os companheiros parisienses, os operários etc. usavam, ou seja, aqueles dos quais em grande parte se recrutavam os *carmagnoles* e os *sancullotes*.

A própria canção chamava-se *carrillon national* (carrilhão nacional). Interessantemente, sua melodia originou-se de uma canção provençal de que Maria Antonieta gostava muito. A Marselhesa levou o adjetivo *marsellaise* (marselhesa) a adquirir a conotação revolucionária de 'revolucionário, patriótico'.

Todos os neologismos introduzidos são, como não é difícil de reconhecer, produtos da realidade revolucionária. Todos eles têm a ver, de um modo ou de outro, com o cotidiano revolucionário ou com a organização ou a economia revolucionária, a guerra revolucionária, o terror etc. Elas revelam também alguns pontos de vista de classe, uma vez que até mesmo um termo neutro como *publiciste* (publicista) tinha antes uma significação mais precisa do que hoje e foi intimamente associado a socialidade (*Gesellschaftlichkeit*) e serviço à sociedade. Um trabalhador dos jornais reais não se chamava "publicista", nem quando escrevia sobre os mesmos temas que os trabalhadores dos jornais burgueses.

Tais neologismos refletem de modo imediato os acontecimentos revolucionários e a luta das forças revolucionárias da França. Mais exemplos ainda podem ser relacionados à evolução da Revolução Francesa em todos os detalhes de sua luta partidária e grupal.

Os neologismos que não têm muito a ver tematicamente com os interesses do dia a dia têm uma nova significação, no caso, as inovações vocabulares cujo sentido não se refere diretamente a algum aspecto da realidade revolucionária, mas que, apesar disso, são produtos da Revolução. Trata-se de muitos verbos e adjetivos que, a despeito de não terem uma significação sócio-política específica, encontram-se no contexto imediato da obra da Revolução.

Eis alguns exemplos:

O verbo *abominer* (abominar) aparece como sinônimo mais forte e incisivo de *détester* (detestar); o verbo *activer* significa 'acelerar'; *agitable*, 'discutível'; *agrémenter*, 'adornar'; *agressif*, 'agressivo'; *approximatif*, 'aproximativo'; *baser*, 'fundamentar'; (*établir*, 'fundar, instituir'; *fondeur*, 'aquele que estabelece a base'); *caméléoniser/caméléoner*, 'mudar de orientação política'; *se caméléoniser*, 'adequar-se, aderir a'.

Será que a força social originária não imprimiu sua marca revolucionária inclusive no que diz respeito aos modos de formação das palavras?

No que diz respeito aos modos de formação de palavras, é claro que eles refletem a luta da força revolucionária originária, influenciando a semântica e o vocabulário da época de modo bastante intenso e duradouro.

Sobressaem-se principalmente inúmeros novos verbos, tradição que o romantismo francês seguiria mais tarde. Isso não se deu por acaso. A dinâmica da Revolução e sua força destrutiva e construtiva forçaram a introdução de muitos verbos novos. Entre eles estão em primeiro lugar os que têm a terminação *-iser*, que sabidamente indica o processo pelo qual um objeto adquire uma propriedade distinta. Aqui encontram-se construções como *centraliser* (centralizar), *athéiser* (ateizar), *mobiliser* (mobilizar), *nationaliser* (nacionalizar), *démocratiser* (democratizar). Esses verbos emergiram na pena de jornalistas ou na boca de falantes e espelhavam em grande parte o estilo da linguagem da agitação e da propaganda, marcando os acontecimentos como eles correspondiam aos interesses das classes que faziam a Revolução.

No que se refere à prefixação nos verbos, salta especialmente à vista a tenacidade e a frequência com que o prefixo *dé-* (*des-*) foi usado: *démoraliser* (desmoralizar), *dépopulariser* (despovoar), *défédéraliser* (desfederalizar) etc. Isso mostra antes de tudo que a Revolução deixava de lado a herança monárquica, feudal e clerical do passado. Por outro lado, a tradicional partícula negativa *dé-* revela algo de positivo na boca dos patriotas. A força originária do negar sem dúvida se confundiu e se misturou com a força

originária da afirmação. Na boca dos patriotas, todas as construções em questão significavam não apenas destruição, mas também construção. O verbo *démonarchiser* (desmonarquizar) se tornou sinônimo de *républicaniser* (republicanizar); o verbo *désanoblir* (desenobrecer) foi o precursor de *sans-cullotiser* (tornar-se *sans-cullote*). Na primeira fase da Revolução, os verbos com o prefixo *dé-* apontavam para a incipiente renovação e reorganização das relações sociais e corporativas. Eles representavam uma fase de transição para a criação de novos verbos, que surgiam no contexto das exigências políticas e econômicas das classes que se encontravam no leme da Revolução, a fim de impor seus objetivos sociais e políticos. No caso da construção de substantivos e adjetivos as coisas se deram de moto bem diferente. Aqui tudo se mostrou de modo mais preciso do ponto de vista social.

As construções criadas pelo povo (*compositions populaires*) encontram-se sobretudo no domínio do cotidiano e das experiências das massas. Assim, encontramos o sufixo *-eur* (-or) por exemplo em *affameur* (açambarcador de gêneros alimentícios), *guillotineur* (guilhotinador), *enrichisseur* (novo rico) etc.

Com essas breves observações encerramos a análise da linguagem da Revolução, melhor dizendo, do reflexo linguístico da luta das classes e dos partidos revolucionários, mediante os quais a burguesia francesa preparou o caminho para plena liberdade econômica e política.

A linguagem da Revolução Francesa está imediata e inextricavelmente imbricada na luta social e de classe da época. Ela não é apenas seu reflexo, mas também sua arma imediata. Tomemos a relatividade de diversos termos correntes ou a obsolescência de antigos e o surgimento de novas palavras: por trás de todos eles notamos de um modo mais ou menos nítido os interesses de classe e a luta das forças sociais que a tudo estimula.

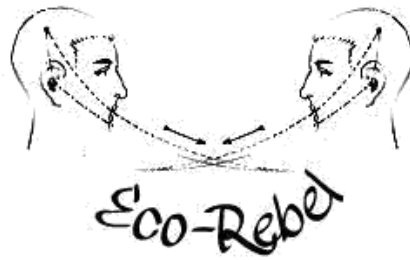
A época da Revolução foi de grande mudança de valores na história da língua francesa. Ela foi também de construção, de valorização do emocional na linguagem da jovem burguesia que preparou seu caminho na direção do século XIX na luta por sua predominância social, inclusive por meios linguísticos: com frequência de modo revolucionariamente patético, às vezes com ironia demolidora; às vezes propondo o ideal da linguagem tecnicamente prática da filosofia, amiúde perturbada por contradições semânticas. A língua francesa do século XIX surgiu dessas contradições, anunciando a precisão e exatidão objetivas do racionalismo burguês juntamente com a força originária

da sentimentalidade subjetiva e individualista já anunciada por Rousseau, o patrono da revolução burguesa.

Nota

*Konstantin Nikolaevich Derzhavin (1903-1956): estudioso de língua e literatura espanhola e francesa e, a partir de 1945, de cultura eslava. Foi membro da Academia Búlgara de Ciências. Texto traduzido do alemão por Hildo Honório do Couto).

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 4, n. 2, 2018.



**QUANDO GAFANHOTO SIGNIFICA RELÂMPAGO:
COMO O CONHECIMENTO ECOLÓGICO É CODIFICADO NAS LÍNGUAS AMEAÇADAS**
David Stringer (Indiana University)

Resumo: Em resposta à extinção de línguas indígenas e de espécies endêmicas em escala mundial, surgiu um movimento internacional, interdisciplinar, com o objetivo de conservar a diversidade biocultural. A ideia fundamental das iniciativas nesse sentido é a de que as correlações entre diversidade cultural e biodiversidade (e ameaça) podem apontar soluções para a crise atual. Este artigo trata de um aspecto dessa empreitada – como o conhecimento ecológico é codificado em línguas ameaçadas – antes de considerar como os linguistas podem contribuir para o crescente compartilhamento dessas práticas. A mais óbvia codificação de conhecimento ecológico tradicional se dá no léxico mental: palavras que se referem a objetos, eventos e estados do mundo natural, exemplificadas com línguas como kayapó, piaroa e minangkabau. Igualmente importantes para a transmissão de conhecimento tradicional são as histórias contidas nas narrativas, nos mitos e nas recitações cerimoniais, como vistas em chehalis, wayampi e bininj gunwok. Os linguistas que se engajam nessa luta interdisciplinar pela conservação ambiental e pela justiça podem contribuir não apenas com o trabalho de campo primário, com a análise linguística ou a experiência com programas de educação multilíngue, mas também despertando a consciência sobre a beleza e o valor da diversidade cultural através da extensão social.

Palavras-chave: Diversidade biocultural; línguas ameaçadas; léxico mental; narrativa; conhecimento ecológico tradicional.

Abstract: In response to world-wide extinction of both indigenous languages and endemic species, an international, interdisciplinary movement has arisen with the goal of conserving biocultural diversity. The fundamental insight of biocultural conservation initiatives is that established correlations between cultural diversity and biodiversity (and endangerment) may point to solutions to the present crisis. This paper highlights one understudied aspect of this endeavor – how ecological knowledge is encoded in endangered languages – before considering how linguists may contribute to this growing community of practice. The most obvious linguistic encoding of traditional ecological knowledge is in the mental lexicon: words that refer to objects, events, and states in the natural world, as shown in examples drawn from languages such as Kayapó, Piaroa, and Minangkabau. Equally important for the linguistic transmission of ecological knowledge are the narratives found in stories, myths and ceremonial recitation, as exemplified by Chehalis, Wayampi, and Bininj Gunwok. Linguists who join this interdisciplinary struggle for environmental conservation and social justice may contribute not only

through primary fieldwork, linguistic analysis, or expertise in multilingual education programs, but also by raising consciousness of the beauty and value of biocultural diversity through social outreach.

Key words: Biocultural diversity; endangered languages; mental lexicon; narrative; traditional ecological knowledge.

Línguas ameaçadas e conservação da diversidade biocultural

Há apenas 20 anos atrás, muitos linguistas ficaram chocados diante do novo sentido de urgência levantado por Michael Krauss ao escrever seu pequeno e clássico artigo sobre o *status* das línguas do mundo, no qual ele lamentava que a linguística estava para "aparecer na história como a única ciência que viu sem reação o desaparecimento de 90% do próprio objeto a que se dedica". Poucos anos depois, Krauss participou da fundação de Terralingua com Luisa Maffi e David Harmon. Durante as últimas duas décadas tem havido uma bem-vinda emergência de envolvimento de linguistas no movimento para apoiar comunidades tradicionais ameaçadas, em sua luta para manter suas línguas ancestrais. À medida que o campo da conservação da biodiversidade mudou o foco de proteção de espécies individuais para a conservação de ecossistemas, mais linguistas têm se convencido de que a revitalização de línguas está intimamente ligada à preservação dos ambientes em que são faladas, além de compartilharem uma visão da conservação da diversidade biocultural.

A atual extinção em massa tanto de línguas como de espécies deu lugar a um movimento vibrante e interdisciplinar com vistas à manutenção e revitalização da diversidade linguística, cultural e biológica sobre o único planeta a que chamamos nossa morada. Uma questão chave nesta empreitada, de uma perspectiva global, é como o conhecimento ecológico é codificado em línguas ameaçadas. Segredos de ecossistemas locais frequentemente podem ser revelados se as comunidades recebem apoio em seus esforços para manter suas línguas, uma vez que se tem visto pela enésima vez que o conhecimento ecológico tradicional (CET) se forma e se organiza linguisticamente. Vale a pena parar um pouco e pensar em como exatamente isso se dá, de modo que podemos fundamentadamente perguntar o que é perdido quando uma língua é perdida, e o que se ganha quando o uso da língua é reativado. Por essas questões somos levados a apreciar a beleza e engenhosidade da linguagem humana, como um conjunto finito de instrumentos

que dá lugar ao surgimento de um âmbito quase infinito de expressões de conhecimento biocultural.

O léxico mental como um depósito de conhecimento ecológico tradicional

Na linguística corrente, o léxico mental é geralmente tido como algo mais do que uma lista de vocábulos na memória: ele contém morfemas livres (palavras plenas como *livro* e palavras funcionais como *algum*), morfemas presos (elementos como *in-* ou *-ável* em *indomável*), construções (*quanto mais [eu leio], mais [eu entendo]*), expressões idiomáticas (*fazer a caveira de*). O modo mais óbvio de codificação de CET é nas palavras que se referem a objetos, substâncias, eventos, processos e estados do mundo natural. Por exemplo, o kayapó do Brasil distingue 56 tipos de abelhas, agrupadas em 15 famílias, como descrito pelo etnobiólogo Darrell Posey. Após uma análise científica, esses 56 tipos foram em seguida divididos em 66 espécies em termos de taxonomia genética. No entanto, em muitos sentidos o sistema de classificação popular kayapó é mais rico em informação ecológica. Enquanto a taxonomia científica nos fornece descrições anatômicas e informação sobre as relações entre espécies, a classificação kayapó nos diz muito mais sobre como diferentes abelhas se comportam, sobre seu papel no meio ambiente local e sobre a interação dos humanos com elas. Este tipo de sistema, que, de uma forma ou de outra toda língua tem, é chamado de taxonomia popular. Nesse caso, os nomes podem depender de características comportamentais (p. ex., padrões de voo, agressão, som produzido no voo, lugares frequentemente visitados), geometria de ninho e nicho ecológico (lugares preferidos para nidificação, posição da entrada, características da estrutura da entrada, se ocorre em floresta inundada, em floresta húmida ou em savana), características físicas (p. ex., formato, cor, odor, marcas, tipos de asas, secreções) ou uso para os humanos (p. ex., qualidade e quantidade de mel, qualidade das resinas ou da cera, edibilidade do pólen ou da larva). Uma classificação como essa, baseada na observação do contexto ecológico, é aparentemente mais relevante para os esforços de conservação do que as tipologias científicas.

Os linguistas estão começando a se dar conta de que a revitalização de línguas está intimamente ligada à preservação dos meios ambientes em que são faladas.

Menos evidente aos não linguistas é o fato de que o conhecimento ecológico também pode ser codificado em morfemas gramaticais, que amiúde não podem aparecer sozinhos como itens da frase. Por exemplo, as línguas têm diversos tipos de morfemas funcionais para classificar substantivos referentes a coisas do mundo. Em inglês, objetos e substâncias podem ser diferenciados por artigos, quantificadores e marcas de plural (p. ex., *I saw [chicken / a chicken / some chicken / chickens] on the table*). Esse sistema não chega nem perto da complexidade das classificações de nomes que algumas línguas têm. Como foi documentado por Laurence Krute e Stanford Zent, a língua piaroa da Venezuela dispõe de acima de 100 classificadores nominais, cerca de 75 dos quais são usados com nomes referentes a plantas ou partes delas, especificando informações botânicas ou ecológicas. Imediatamente após o nome há uma posição de classificação que deve ser obrigatoriamente preenchida, com poucas exceções. Por exemplo, o acréscimo de *-ræ* classifica o objeto como um tipo de penca de fruta ramificante e pendente; se se tratar de *-k'æ*, entende-se que o objeto é uma planta herbácea em formato de roseta; se se adjungir *-ya* a substância é categorizada como uma seiva fina que flui facilmente.

Às vezes a classificação de nomes não é marcada diretamente no próprio nome, mas apenas em numerais, quando se trata de coisas contáveis, ou em possessivos, quando se trata de propriedade. Assim, em minangkabau (Indonésia), classificadores numéricos são usados para diferenciar entre objetos parecidos com sementes (marcados com *incek*), flores ou folhas com talo (*tangkai*), touceiras de plantas (*kalupah*), ao passo que o baniwa (noroeste da Amazônia) tem um classificador numérico especial (*-?a*) para tipos de excremento devido à importância de identificar dejetos animais durante a caça. A linguística da posse também pode ser reveladora. Na língua tinrin (Nova Caledônia), não podemos simplesmente dizer "meu" ou "teu". É necessário especificar o tipo de coisa possuída, por exemplo, minha coisa plantável, minha coisa queimável, minha coisa mastigável ou minha coisa que é fruta comestível. No havaiano, os classificadores de posse indicam se o nome é alienável (separável do falante, possuído por escolha) ou inalienável (inseparável). Assim, partes relacionadas ao parentesco e ao corpo são inalienáveis porque não escolhemos nascer ou ter um nariz. No entanto, podemos escolher se temos cônjuge ou crianças, de modo que eles são alienáveis. Interessantemente, a terra é inalienável, como em muitas línguas do Pacífico.

A atual extinção em massa de línguas e espécies tem dado lugar ao surgimento de um movimento vibrante e interdisciplinar com o objetivo de manter e revitalizar a diversidade linguística, cultural e biológica sobre o único planeta que podemos chamar nossa morada.

Que outros componentes da faculdade da linguagem poderiam ser relevantes para a codificação e transmissão de CET? Se a noção de CET pode ser codificada na gramática das línguas em larga escala, muitos linguistas consideram a sintaxe e a fonologia largamente independente da cultura e do meio ambiente. Por exemplo, as chamadas línguas V-2 (que exigem que o segundo constituinte da sentença seja um verbo finito) são encontráveis tanto nas cidades dos Países Baixos quanto nas aldeias das altas montanhas da Caxemira. Construções com verbos seriais (p. ex., *Jojo take flowers give Ama = Jojo pegar flores dar Ama*, significando algo como *Jojo dá flores a Ama*) podem ser encontradas nas florestas da Alta Amazônia, nas areias do Deserto de Kalahari e nas congestionadas ruas de Beijing. Do mesmo modo, na fonologia, o uso de consoantes "emparelhadas" ou geminadas são encontradas da Itália ao Japão; línguas de ritmo acentual existem desde as Ilhas Faroé até a Tailândia; por fim, as tentativas de associar línguas tonais ao clima fracassaram quando examinadas mais de perto. Como diz o linguista John McWhorter, a gramática é como uma corrente de lava se movendo e transformando lentamente, com fenômenos gramaticais da mesma faculdade da linguagem universal desaparecendo e emergindo em línguas específicas ao longo do tempo. Dessa perspectiva, o conhecimento biocultural é codificado não nas regras da gramática, mas em morfemas livres e morfemas presos do léxico mental.

Transmissão de CET mediante mitos, narrativas e cantigas

Como vimos, o léxico mental pode ser extremamente específico de cada cultura e incrivelmente sofisticado. No entanto, igualmente importante para a transmissão linguística de conhecimento ecológico em muitas culturas são as histórias encontráveis nas narrativas, nos mitos e nas recitações cerimoniais. As crianças frequentemente começam a desenvolver CET mesmo antes de efetivamente participar em caças, pescas ou procura de sustento mediante imersão na cultura oral. David Harrison discute vários exemplos tirados da pesquisa antropológica em seu livro *When languages die* (quando línguas morrem). De acordo com uma transcrição feita por Katherin van Winkle Palmer, o deus Honné informou ao povo Chehalis do estado de Washington (EUA) exatamente

quão longe os salmões nadariam rio acima e quando iriam desovar. Todos que ouviram o mito da criação ficaram sabendo como Squawahee, o salmão cabeça-de-aço, nadaria mais rio acima e viveria mais do que outras espécies. Ele subiria no outono, ficaria todo o inverno e desovaria na chegada da primavera quando o som do faisão poderia ser ouvido.

O povo wayampi do Alto Amazonas codifica conhecimento ecológico em uma cantiga. Como relatado por Allen Jensen, durante os festivais organizados em épocas específicas do ano, os participantes evocam nos mínimos detalhes – mediante dança, música e recitação – o comportamento de pássaros específicos, mamíferos, peixes, insetos, répteis e plantas, às vezes vinculando essas observações a seu calendário agrícola. No festival do tarutaru (cuco de bico preto), quando uma brisa sopra no começo da estação seca e as estrelas das Plêiades aparecem de manhã cedo, o tarutaru bebe mandioca fermentada e começa a cantar. Ele continua cantando até as batatas doces começarem a brotar e as Plêiades aparecem no céu do anoitecer. Famílias de pássaros na língua wayampi podem divergir de agrupamentos feitos por cientistas, mas, como no caso da classificação das abelhas dos kayapós, a taxonomia popular codifica informação que de outra forma poderia escapar nas malhas da rede. Por exemplo, o tucano de garganta branca é o membro principal, prototípico de um grupo que inclui não apenas outros tucanos, mas também um certo tipo de falcão. Esse pássaro difere dos outros pela aparência, mas se assemelha em termos de comportamento compartilhado porque, como sempre no caso de um falcão, ele é comedor de fruta ou frugívoro.

Um exemplo que junta codificação lexical e narrativa de conhecimento ecológico é encontrável no grupo de línguas bininj gunwok de Western Arnhem Land (Austrália), como descrito por Nicholas Evans. Nessas línguas, o termo *alyurr* é usado para descrever gafanhotos laranjas e azuis, conhecidos como as crianças do relâmpago. O termo é usado também para o mato em que as criaturas podem ser encontradas e, às vezes, pelo próprio relâmpago. Eles aparecem para procurar o pai, *Namarrgon*, o Homem do Relâmpago, anunciando assim a chegada das chuvas na época do ano em que maçãs selvagens amarelas, ameixas verdes e ameixas pretas podem ser colhidas. Nesse caso, o léxico codifica a relação entre o inseto, a planta e o tempo. O conhecimento antigo provê um sinal para a mudança das estações; o surgimento dos gafanhotos está ligado à disponibilidade de fontes seguras de alimento. Se a codificação de conhecimento ecológico no léxico mental de uma língua dada é claramente decisiva para o entendimento

da relação entre povos e lugares, a transmissão oral de conhecimento biocultural por intermédio de histórias e cantigas parece ter a mesma importância em muitas culturas.

A diversidade biocultural: comunidade de prática como uma taxonomia popular

À medida que mais linguistas respondem à demanda para participar dos esforços para estancar a onda da morte de línguas e proteger a diversidade biocultural, vale a pena perguntar que contribuição o recém-chegado pode dar para essa empreitada interdisciplinar. É claro que trabalho de campo é indispensável. Ademais, a análise linguística pode suplementar esse trabalho de campo. Por fim, a maioria das línguas indígenas encontra-se em contextos multilíngues e, onde há escolas, programas de educação bilíngue devem ser implementados com denodo de modo a preservar línguas originais e respeitar direitos linguísticos humanos. Um desafio educacional adicional é o cultivo da consciência da sociedade em geral, especialmente das novas gerações.

Um projeto de extensão comunitário desse tipo teve começo na Indiana University no ano passado, quando estudantes de graduação apresentaram *slides* e interagiram com mais de 600 crianças de escolas elementares, a maioria com idades entre oito e dez anos. Algumas crianças ficaram admiradas com a beleza da diversidade: "Eu estou tão feliz eu não sabia nada sobre esses animais e esse povo. O mundo é colorido. Eu estou surpreso". Outros ficaram horrorizados diante da destruição em massa de *habitats*: "Se as pessoas sabem que derrubando os recursos da floresta matarão todos esses animais e forçarão as pessoas a fugir, por que afinal o fazem ... Por que não se preocupam? Por quê?" Elas reconheceram que era necessário um apoio às comunidades indígenas: "Eu nunca havia pensado nisso, mas humanos estão pondo humanos em perigo". Muitas se sentiram motivadas para a ação: "Talvez possamos financiar um projeto para replantar muitas árvores e finalmente criar uma floresta". Que essas crianças realmente entenderam a supostamente complexa questão da diversidade biocultural ficou evidente em seus sinceros comentários, o que dá motivos para esperança de que a atual apatia social pode ser superada.

Uma consideração final para linguistas chegando a esta crescente comunidade de prática é que precisamos estar preparados para sair dos limites de nossas áreas específicas e adotar uma postura mental interdisciplinar, ficando abertos a novas ideias e a perspectivas diferentes. A fim de se ter o máximo de eficiência, o movimento da diversidade biocultural deve ser apoiado. Como os pássaros wayampi, devemos nos definir não

apenas em termos de ancestralidade (intelectual), mas também nos termos do comportamento atual e dos nichos ecológicos, com poleiros nas árvores tanto para os tucanos quanto para os falcões frugívoros.

**David Stringer é professor associado de Second Language Studies da Indiana University, dos EUA. Sua principal área de pesquisa é aquisição da semântica lexical e da sintaxe, com foco em universais da linguagem e em cognição. Outras áreas de atividades de pesquisa incluem multilinguismo e sociedades pós-coloniais e manutenção da diversidade biocultural.*

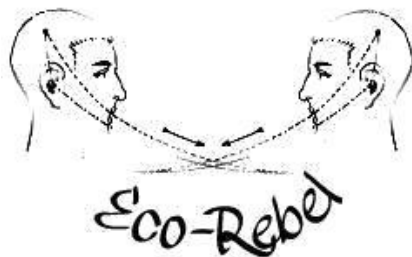
References

- EVANS, N. *Dying words: Endangered languages and what they have to tell us*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.
- KRAUSS, M. The world's languages in crisis. *Language* v. 68, n. 1, 1992, p. 4–10.
- HARRISON, K. D. (2007). *When languages die: The extinction of the world's languages and the erosion of human knowledge*. New York: Oxford University Press.
- NETTLE, D. & ROMAINE, S. (2000). *Vanishing voices: The extinction of the world's languages*. New York: Oxford University Press.
- POSEY, D. A. & PLENDERLEITH, K. (2002). *Kayapó ethnoecology and culture*. New York: Routledge.
- ZENT, S. (2009). Traditional Ecological Knowledge (TEK) and biocultural diversity: A close-up look at linkages, delearning trends and changing patterns of transmission. In: P. Bates, M. Chiba, S. Kube & D. Nakashima (Eds.), *Learning and Knowing in Indigenous Societies Today* (pp. 39–57). Paris: UNESCO.

"Originally published in *Langscape Magazine* Vol. 5:1, Summer 2016, pp. 14-19. *Langscape Magazine* (<http://www.terralinguaubuntu.org/Langscape/home.htm>) is a publication of Terralingua (www.terralingua.org). Reprinted in Portuguese translation with permission".

Traduzido do inglês por João Nunes Avelar Filho (UEG-Formosa).

Texto convidado



**THE ACCEPTANCE OF VIRTUAL PRESENTATIONS AT
INTERNATIONAL CONFERENCES ON EDUCATION**

George M. Jacobs (James Cook University – Singapore)

Hui Shan Tan (James Cook University – Singapore)

Teh Jie Xin (James Cook University – Singapore)

A b s t r a c t : International academic conferences represent one manifestation of globalisation. At these conferences, academics come together to exchange ideas and experiences and to make contacts. Education is one of many academic fields on which a wide range of international conferences take place. Unfortunately, many people fly to such conferences, just contributing to climate change and other forms of ecological damage. This article focuses on the use of ICT for virtual presentations at these conferences, one way to enjoy the benefits of global interchange while lessening damage to the environment. Virtual presentations can be defined as presentations where the presenters do not attend the conference in person but instead do their presentations asynchronously or synchronously by electronic means. Thus, via virtual presentations, academics share and interact without travelling to the conference venue. This article has three parts. The first part explains ideas for doing virtual presentations. The second part of the article presents a study of conference organisers' reactions to virtual presentations at international conferences on education. The third part discusses pros and cons of virtual presentations.

K e y w o r d s : Virtual presentations; climate change; international conferences; presentations via distance; environmental activism.

R e s u m o : Encontros acadêmicos internacionais são uma das manifestações da globalização. Neles os acadêmicos se encontram para trocar ideias e experiências e para estabelecer contatos. A educação é uma das áreas acadêmicas sobre as quais há uma grande quantidade de encontros internacionais. Infelizmente, muitas pessoas voam para esses encontros contribuindo assim para a mudança climática e outras formas de danos ecológicos. Este artigo trata do uso de ICT (*information and communication technology*) em apresentações virtuais nesses encontros, um modo de usufruir os benefícios das interações globais ao mesmo tempo que em que evita aumentar os danos ao meio ambiente. Apresentações virtuais podem ser definidas como aquelas em que os apresentadores não comparecem pessoalmente, mas, ao contrário, apresentam seu trabalho assincronicamente ou sincronicamente por meios eletrônicos. Assim, fazendo sua apresentação virtualmente, os acadêmicos compartilham ideias e interagem sem viajar para o local do encontro. Este artigo consta de três partes. A primeira faz sugestões para fazer apresentações virtuais. A segunda apresenta um estudo das reações dos

organizadores dos encontros a apresentações virtuais em encontros internacionais sobre educação. A terceira discute as vantagens e desvantagens das apresentações virtuais.

P a l a v r a s - c h a v e : Apresentações virtuais; mudança climática; congressos internacionais; apresentações à distância; ativismo ambiental.

Introduction

Observers have long noted that we live in an increasingly globalised world (LINDAHL, OBAKI, & ZHANG, 2003), a world in which people interact with others around the globe to exchange ideas, information, products, etc. Developments in information and communication technology (ICT), such as smart phones, social networks and the internet, have boosted globalisation (ARDALAN, 2011) by providing new means of interaction with people in other countries. Indeed, ICT has greatly facilitated people's ability to interact without travel. For instance, people thousands of kilometres apart can easily, cheaply and synchronously communicate via ICT tools.

International academic conferences represent one manifestation of globalisation. At these conferences, academics come together to exchange ideas and experiences and to make contacts. Education is one of many academic fields on which a wide range of international conferences take place. Such conferences often involve air travel, as conference participants travel long distances to attend. Unfortunately, air travel constitutes an important cause of human produced environmental damage, e.g., Clark (2010) estimated that in the United Kingdom, air travel account for about 14% of that country's greenhouse gas emissions.

This article focuses on the use of ICT for virtual presentations at these conferences. Virtual presentations can be defined as presentations where the presenters do not attend the conference in person but instead do their presentations asynchronously or synchronously by electronic means. Thus, via virtual presentations, academics share and interact without travelling to the conference venue. This article has three parts. The first part explains ideas for doing virtual presentations. The second part of the article presents a study of conference organisers' reactions to virtual presentations at international conferences on education. The third part discusses pros and cons of virtual presentations.

Ideas for Doing Virtual Presentations

This section of the paper offers ideas on doing virtual presentations. As new technologies are created and popularised, no doubt the formats discussed here will change or become outdated. Before beginning this discussion of formats for virtual presentations, it should be acknowledged that even before ICT, including video, became popular, presentations were done by absentee presenters who, for whatever reason, elected not to attend a conference and asked colleagues or the conference organisers to read their papers or display their poster presentations for them.

Formats for Virtual Presentations

Many formats exist for virtual presentations. Asynchronous virtual presentations can be prepared for conferences by several overlapping means. Videos offer one possible format. Another format involves PowerPoint and other slide show software that allow presenters to narrate each slide. Software such as Camtasia (TechSmith, 2015) can combine video with slide shows. Also, virtual presenters can appear live, i.e., synchronously, via an expanding range of technology options (GOOD, 2014). One combination format used by the authors of this article has been to prepare their presentation in advance for asynchronous viewing at their scheduled conference session and then to do the post-presentation question and answer synchronously.

Virtual presentations can be used for many different types of conference sessions, including plenaries, paper presentations, panel sessions and poster sessions. Perhaps, looping video can be used for the latter. Workshops might even be facilitated via synchronous communication. Furthermore, sessions such as paper presentations can have a workshop element by such means as pausing the presentations for interaction among participants.

Virtual presenters need cooperators at the conference. Perhaps, the ideal is when the cooperators co-author the presentation with the virtual presenters. In that way, the cooperators are well versed in the topic, in case questions arise or something goes wrong with the technology and some adlibbing is required to rescue the presentation from possible 'death by technology'. If co-authors presenting is not a viable option, the actual presenting of virtual presentation can be entrusted either to colleagues who are attending the conference in person or to conference staff, such as education students at a university near the conference venue. In either case, the cooperators need to be briefed about what the presenters have in mind, for instance, if presenters wish to intersperse group activities

(groups include twosomes), cooperators need to understand how to facilitate these activities.

Promoting Interaction via Virtual Presentations

The current section of this paper offers ideas for promoting interaction among participants as part of virtual presentations. A prime rationale for holding conferences in education and other fields is to promote interaction among in-service and pre-service professionals. This interaction can take place inside or outside of conference sessions.

Interaction inside sessions. Although the literature on education (e.g., IBÁÑEZ, GARCÍA RUEDA, MAROTO, & KLOOS, 2013; JOHNSON, JOHNSON, & STANNE, 2000; KYNDT, RAES, LISMONT, TIMMERS, DOCHY, & CASCALLAR, 2013; SLAVIN, 1991) seems to support the value of interaction among students, it is the experience of the authors of this article that many conference presenters, both in-person and virtual presenters, restrict their sessions to one-way communication from the presenters to the session participants, with the exception of Q&A time. Furthermore, some presenters make a unilateral decision to sacrifice Q&A time in order to share more content with their audiences. This decision may seem justifiable, because when time is permitted for audience input, it is not unusual for there to be little input from the floor. Similarly, when conference presenters allocate time in their sessions for interaction among participants, many participants may hold back from engaging in such interactions. Careful planning can make interaction among participants more likely and effective. Here are several suggestions based in part on the literature on cooperative learning. Most of these suggestions are relevant to both in-person and virtual presentations.

1. It should be made clear in the conference program that interaction among the audience is planned for the session. Thus, people who would rather not interact can opt to attend other sessions.
2. The session can start with the presenters asking the audience to form pairs and then asking the just formed pairs to introduce themselves to each other. Doing tongue twisters is another way to break the ice.
3. Pauses can be inserted at various points in the presentations, and the pairs can be given questions to answer or tasks to do, such as sharing their experiences

on the topic of the presentations, giving their opinions on points made by the presenters or reflecting on how ideas from the presentations have been or could be applied to the audience's own work. The pausing can be built into virtual presentations, e.g., by inserting two minutes of empty time in a video, or by the on-site person in charge of the presentation pausing the video or waiting before moving to the next slide in the presentation.

4. To strive for fairly equal participation among the members of the pairs, presenters might want to designate a particular amount of time for each person to speak or to ask participants to write first before they share with their partner, in order to help more reflective participants prepare what they might wish to share.

Interaction outside of virtual presentations. Building their professional networks represents an important reason for academics to attend conferences in education. Of course, nowadays, ICT offers many alternative ways of boosting professional networks, such as via Linked-in and via Facebook groups, e.g., Teachers Voices (RENANDYA, 2015). Ways to use virtual presentations as network building tools include:

1. Virtual presentations can be posted online ahead of, not just during and after, conferences. Pre-conference posting of presentations enables interaction to take place even before the official time slot for the presentations.
2. Presenters can include multiple online means by which they can be contacted.
3. Tools, such as chat and polling, can be used for presenters to communicate with their audiences during the presentation, and session participants can also use chat and other tools to communicate with each other.

The Study

This part of the paper explains the aims, procedure, materials and results of a study of the receptiveness towards virtual presentations of organisers of international conferences on education.

Aims

ECO-REBEL

The researchers who conducted this study had two aims. First, the researchers wanted to gather and disseminate information about the current state of play as to virtual presentations at international conferences on education. International conferences were chosen because those might be the conferences for which more academics would wish to do virtual presentations, given the greater distances presenters would have to travel compared to national and local conferences. ‘International’ was a bit difficult to define, because a conference with just one person from another country could be considered international. The researchers based inclusion in this category on whether the conference seemed to be seeking participants from other countries, rather than only having invited speakers from other countries. Education conferences were chosen because those are the conferences with which the researchers have experience.

The second aim of the research was to encourage more and better virtual presentations at education conferences. The researchers hoped to achieve this aim by raising the issue of virtual presentations with conference organisers and publishing the study’s results, along with ideas for how to do virtual presentations. The research questions asked in the study were:

- (1) Did conference organisers allow virtual presentations?
If such presentations were allowed,
- (2) Were there any specifications as to the types of virtual presentations, e.g., were only asynchronous presentations allowed?
- (3) What percentage of standard conference registration fees did virtual presenters have to pay?
- (4) What were the concerns of conference organisers who did not allow virtual presentations?

Procedure and Materials

In 2015, the researchers used the Google search engine to locate international conferences on education that had been held or were to be held that year. Conferences on the area of education were chosen, as education is the main area of the authors’ academic work. The names of conferences obtained thereby were supplemented by conferences identified by the researchers based on their experience as presenters or as non-presenting participants at international conferences on education. In this manner, 77 international conferences on education were identified. The researchers were able to answer the research questions

ECO-REBEL

based on a perusal of the websites of 11 of the 77 selected conferences. To obtain the necessary information for the other 66 conferences, the researchers emailed the conference organisers, using email addresses obtained from the conference websites or the contact forms on those websites. When no response was received, a follow-up email was sent a month later. Eventually, organisers of 41 conferences responded, for a response rate of 62%. Additionally, to gain insight into why virtual presentations were not permitted, the researchers contacted the organisers of 38 conferences that had indicated that they did not allow virtual presentations. Sixteen replied, for a response rate of 42%.

Results

The researchers investigated the policy towards permitting virtual presentations of 77 international conferences on education. Data were obtained for 52 of these conferences. The first research question asked if conferences allow virtual presentations. Of the 52 conferences investigated, 73% ($n=38$) did not allow virtual presentations, and 26% ($n=14$) allowed virtual presentations. The second research question asked about the types of virtual presentations allowed. Of the 14 conferences that allowed virtual presentations, data were obtained for 10 of those conferences. Of these, only two conferences allowed video conferencing, such as Skype and WebEx, while most of the conferences ($n=8$) preferred asynchronous media such as pre-recorded PowerPoint slides, authorSTREAM and Youtube. Additionally, some conferences proposed a combination of asynchronous presentations and real-time telecommunication software to conduct post-presentation discussion.

The third research question asked what percentage of the standard registration fees did virtual presenters have to pay. Data for this question were found for all 14 of the conferences that permitted virtual presentations. Of these, virtual presenters had to pay the full fees as all but two of the conferences. The fourth question asked about concerns of conference organisers who did not allow virtual presentations. A total of 16 conferences provided data on this question. Their concerns are displayed in Table 1. [Note: the organisers of some conferences listed multiple concerns.]

[please place Table 1 about here]

Discussion and Conclusion

This section of this paper explores the pros and cons of virtual presentations, based on respondents' views, as well as the researchers own experiences with virtual

presentations. Additionally, suggestions are made about the future of virtual presentations.

Possible Benefits of Virtual Presentations

This section of the article explains possible benefits of virtual presentations at international conferences on education. The examples that illustrate these possible benefits are based on the authors' experiences in organising and participating in education conferences, and in education generally.

1. Virtual presentations fit well with current trends towards online learning. For example, in flipped classroom methods (Center for Teaching + Learning, n.d.), students might watch lectures before class via such learning tools as TED Talks, Crash Course and teacher-made videos. Also, online courses offered by universities and other institutions often features virtual presentations.
2. Preparing virtual presentations pushes presenters to learn IT tools and to master new features of tools the presenters already know. For instance, in addition to updates of PowerPoint, perhaps the most common presentation software, competitors to PowerPoint, such as Prezi, offer new presenters potentially more effective ways to share their ideas.
3. Presenters are not the only ones being pushed by virtual presentations. Institutions that host international conferences on education need to have new hardware and software both to produce virtual presentations for their staff and to be able to host conferences. Furthermore, conference organisers need to upgrade their skills in order to meet the needs of virtual presenters.
4. Virtual presentations can save money both for conference organisers and for participants. Organisers save on cost of bringing and housing invited speakers, for whom many conference provide airfare and accommodation. Ordinary presenters who present virtually save on transportation, accommodation and conference registration fees (although the research reported above indicated that most conferences charge a reduced registration fee to virtual presenters). Furthermore, those presenters who work for education institutions on a contract basis, rather than for a salary, e.g., part-time lecturers at a university, do not have to give up paid work when they present virtually. As one academic (MILLINER, personal communication) wrote to the researchers, 'Given the unfortunate trend of

ECO-REBEL

universities hiring more teachers part-time, virtual presentations provide a cost-efficient and effective way for academics to grow their skills and develop their CV’.

5. Some presenters may have difficulty travelling due to health reasons. For instance, one 95-year-old presenter videotaped a talk at a conference rather than undertake the many hours of travel, not to mention the jet lag that he would have had to endure to attend in person. Similarly, people with family difficulties, such as family members on their deathbeds, also benefit from the option to present virtually.
6. Another way virtual presentations benefit presenters lies in the fact that they do not need to obtain conference leave from their institutions. Such leave may be in short supply for many academics, e.g., some institutions only support international conference leave every two or three years.
7. The trend towards globalisation has facilitated the movement of people from one country to another. However, people from some countries, particularly poor countries, may face difficulties obtaining the visas necessary to attend international conferences.
8. Virtual presentations may produce better presentations for a few reasons. First, often virtual presentations need to be prepared in advance so that the conference organisers and presenters’ colleagues who will be facilitating the sessions can make the necessary preparations. This advance preparation encourages presenters to plan ahead, rather than preparing their presentations only a few hours in advance. Second, recording a presentation allows presenters opportunities for “do overs”, as they can rerecord when they make errors. Third, presenters who suffer debilitating stage fright may be more relaxed when presenting without the audience directly in front of them. Similarly, academics with more introvert personalities may find it more comfortable to interact virtually with conference participants. Fourth, virtual presentations facilitate people from the same institution doing a virtual presentation together, whereas in-person presentations by two or more academics would require everyone presenting to obtain leave and pay the necessary expenses.
9. It can be difficult to maintain connections made at international conferences. Indeed, our experience is that such connections have lifespans of less than a year.

ECO-REBEL

However, as connections made at conference would usually find life via virtual means, connections made at virtual presentations might enjoy longer lives as the connections' life mode matches their birth mode.

10. Perhaps, the main benefit of virtual presentations is that they are easily shared. Conversely, in the case of in-person presentations, conference organisers often face the unpleasant task of chasing presenters to submit their full papers, and conference participants often have to wait to read the presentations until they appear in the form of a journal article or in the conference proceedings. Sharing by academics becomes easier because virtual presentations are already in a ready-to-share format. Furthermore, when academics share their virtual presentations via such fora as academia.edu or YouTube, academics who were unable to attend a particular conference can view the presentations.
11. Last but not least, given the increasing manifestations of humans' adverse impact on the environment, conferences might want to consider how they can shrink their environmental footprints. With transportation by air (perhaps the main way people travel to international conferences) being the most environmentally damaging means of transport, reducing air travel would, along with offering plant based food options for conference participants, constitute a green action by the conference and its sponsors. However, it should be noted that people can purchase offsets for their air travel (GEILING, 2014)

Possible Problems of Virtual Presentations

While virtual presentations offer many benefits, the researchers in the present study found that many international conferences on education do not allow virtual presentations. This section of the paper considers some of the problems with virtual presentations which may lead conference organisers to exclude such presentations. The examples that illustrate these problems are based on the authors' actual experiences in organising and participating in conferences.

1. The conference venue may not have the necessary facilities for virtual presentations. For example, despite the proliferation of internet access and increasingly lower prices for such access, wireless internet connections remain unreliable in many places, even in wealthy countries. For instance, in late 2014, two of the authors were scheduled to use Skype to present at an international

ECO-REBEL

conference in a developed country, but at the time scheduled for their presentation, the conference organisers emailed saying that the internet was down at the conference venue.

2. The presenters may lack the optimal software or hardware. For instance, one time when recording a presentation, two of the authors of this paper had difficulty with the sound, and had to search for a better microphone and test the ones that they found. In the end, regardless of the microphone, the sound did not work, and they had to change software.
3. Presenters may have the tools, but lack the knowledge of how to use them. For instance, PowerPoint presentation software has a function that allows presenters to record their voices. However, not all the authors know how to use it.
4. Virtual presentations reduce the revenue earned by the conference organisers, because virtual presenters may, quite reasonably, be charged less than those who present in person, as virtual presenters do not use resources such as food, which is often provided to in-person participants. Furthermore, the city and country hosting the conference loses tourism revenue. Indeed, the governments of many countries, such as Singapore, provide funding to conferences in anticipation of the revenue that overseas conference participants will generate.
5. Virtual presentations recorded in advance lack the flexibility of in-person presentations. For instance, in-person presenters can adapt what they do in their session to take into account what took place earlier in the conference. Similarly, in-person presenters can “think on their feet” to adjust their presentations based on participants’ reactions as the session unfolds. In contrast, with virtual presentations, even when they are done live, presenters can often see only a small fraction of the participants in their sessions. Thus, virtual presenters are less able to gauge audience reactions.
6. This seeming inflexibility might make it difficult for virtual presenters to facilitate conference sessions, especially workshops, at least without co-facilitators who can carry a fair amount of the facilitation duties.
7. Perhaps the main objection to virtual presentations lies in the view that face-to-face interactions as part of or outside of official conference sessions provide a substantially richer experience. For instance, technology is not yet available that would enable conference participants to hug or shake hands with long time

colleagues whom they only meet at conferences. For instance, one of the authors used to see a colleague only at the conferences of an organisation on which both serve on the governing board, but now that one of the colleagues has switched to doing virtual presentation, they may never meet again in person. Thus, the affective elements enjoyed when everyone is together in person may seem lacking when some of the presenters appear virtually.

In comparing in-person and virtual presentations, it is useful to consider Couto's (2018) argument that "the center of language is communicative interaction" (p. 153). Couto (p. 154) explained that "successful acts of communicative interaction presuppose communion between the interlocutors" and that "when there is communion ... there is satisfaction about simply being together." However, does "being together" necessitate being in the same physical space? Can communion also be achieved via affordances of modern technology? Furthermore, did earlier technologies, such as letters and telephone calls, also allow people to achieve some form of communion as part of their communicative interaction?

In support of virtual presentations, yes, it can be argued that presenters who fly to speak in person at conferences are enabling a richer form of communicative interaction than are those presenters who share their thoughts and feelings virtually. At the same time, though, what message is being communicated to the wider world by those presenters who fly to conferences and by those conference organizers who discourage virtual presentations? Are they saying, "Look at us. We can afford to fly to conferences. Yes, we know that flying contributes to climate change, but ..."

Conclusion

This article has explored the role of virtual presentations in international conferences on education. The researchers found that virtual presentations are not accepted by the majority of the international conferences on education that were sampled for this study. This result might seem surprising, given advances in presentation technology and the growing use of such technology in education. However, as discussed above, conference organisers have reasons for discouraging virtual presenters.

ECO-REBEL

At the same time, academics who wish to share their work virtually have many alternatives to presenting at traditional conferences: videos, e.g., via YouTube; presentation slides, e.g., via Slide Share; papers, e.g., via academia.edu; and academic discussion groups, e.g., via Facebook groups. Additionally, many of these ways of sharing ideas have tools for promoting the building of community among academics, such as the message and sessions functions in academia.edu.

Another alternative to traditional conferences are 100% online conferences. For instance, in 2004, one of the researchers presented at the First International Online Conference of Second and Foreign Language Teaching and Research (SINGHAL & LIONTAS, 2004). In 2015, the K12Online Conference announced it will use such technologies at iTunes, Youtube, Twitter and podcasts. The conference extends over 12 days, and participation is free. The Art of Education Conference is a two-times-a-year online conference for art teachers (<http://www.theartofed.com/aoeconference>). It is not free, but a table on the conference website estimates that attending the online conference costs about an eighth of what it would cost to attend a similar conference in person.

One other idea to consider on the topic of virtual presentations at international conferences is to question the value of international conferences generally, especially given the adverse impact of air travel on climate change. Perhaps, academics should adopt a slogan from the environmental movement, 'Think globally, act locally' (GEDDES, as cited in BARASH, 2002), i.e., rather than looking overseas for opportunities to share with and learn from others, educators should do more to network with stakeholders in their own communities.

In conclusion, Stibbe (2015) in a seminal work on ecolinguistics, explains the dominance of consumerist ideology in contemporary society. Traditional in-person international conferences on education represent one form of this ideology, just going online and purchasing an airplane ticket to the conference location and securing a hotel reservation at or near the conference venue. Such conferences will probably continue to take place many years into the future. However, as technology improves and becomes more accessible, and as concerns about costs and environmental consequences of attendance at international conferences mount, educators will continue to explore alternative means of interacting with fellow professionals in other countries, including virtual presentations at international conferences. Conference organisers might wish to welcome such presentations and to facilitate good quality virtual presentations.

ECO-REBEL

Note

*Acknowledgements: The authors wish to thank Anita Lundberg and Nicolas Greliche for their input into the conceptualisation of this paper.

References

- ARDALAN, K. Globalization and information technology: Four paradigmatic views. *Technology in Society*, 2011, 33(1), 59-72.
- BARASH, D. *Peace and conflict*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.
- Center for Teaching + Learning (n.d.). “*Flipping*” a class. Retrieved from <http://ctl.utexas.edu/teaching/flipping-a-class>
- CLARK, D. Aviation Q&A: The impact of flying on the environment. *The Guardian*. Retrieved from <https://www.theguardian.com/environment/2010/apr/06/aviation-q-and-a> (2010, April 6).
- COUTO, H. H. do. Ecosystemic linguistics. In A. F. FILL & H. PENZ (Eds.), *The Routledge handbook of Ecolinguistics*. New York, NY: Routledge, 2018, p.149-161.
- GEILING, A. Can eco-conscious passengers do anything to fly green? *Smithsonian.com*. Retrieved from <http://www.smithsonianmag.com/travel/if-you-travel-and-care-about-environment-you-should-buy-carbon-offsets-180952222/?no-ist> (2014, August 11).
- GOOD, R. Best free video conferencing tools 2014. Retrieved from <https://www.pinterest.com/robingood/best-free-video-conferencing-tools-2014> , 2014.
- IBÁÑEZ, M. B., GARCÍA RUEDA, J. J., MAROTO, D., & KLOOS, C. D. (2013). Collaborative learning in multi-user virtual environments. *Journal of Network and Computer Applications* 36(6), 2013, p. 1566-1576.
- JOHNSON, D. W., JOHNSON, R. T., & STANNE, M. B. *Cooperative learning methods: A meta-analysis*. Minneapolis, MN: University of Minnesota, 2000.
- KYNDT, E., RAES, E., LISMONT, B., TIMMERS, F., DOCHY, F., & CASCALLAR, E. A meta-analysis of the effects of face-to-face cooperative learning. Do recent

studies falsify or verify earlier findings? *Educational Research Review* 10, 2013, p. 133-149. doi:10.1016/j.edurev.2013.02.002

LINDAHL, R. A., OBAKI, S., & ZHANG, S. Curriculum Planning for a Globalized World. *International Journal of Educational Reform* 12(2), 2003, p. 165-75.

RENANDYA, W. A. (2015). *Teachers voices: Language teachers professional development group*. Retrieved from

<https://www.facebook.com/groups/teachervoices>.

SINGHAL M., & LIONTAS, J. (2004). Proceedings of the First International Online Conference of Second and Foreign Language Teaching and Research. Retrieved from <http://www.readingmatrix.com/onlineconference/proceedings2004.html>

SLAVIN, R. Synthesis of research on cooperative learning. *Educational Leadership*, 48(5), 1991, p. 71-82.

STIBBE, A. (2015). *Ecolinguistics: Language, ecology, and the stories we live by*.

Abingdon, United Kingdom: Routledge.

TechSmith (2015). *Camtasia*. Retrieved from <https://www.techsmith.com/camtasia.html>

Recebido: 03/02/2018.

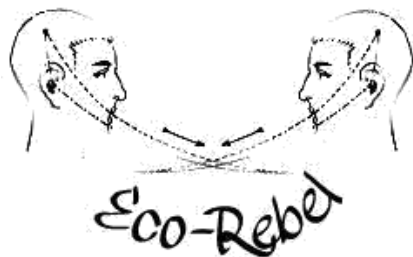
Reformulado: 25/04/2028.

Aceito: 30/05/2018.

Table 1

Conference organisers' concerns about virtual presentations

Lack of reliably strong internet connections at the conference venue	5
Hardware problems (e.g., projectors) due to either availability or cost	3
Software problems due to either lack of knowledge or cost	2
Insufficient people to attend to the needs of virtual presenters	2
Loss of income for conferences, as virtual presenters usually pay lower or no conference fees	3
Loss of tourism income for the conference's host country	1
Difficulties in interaction between virtual presenters and their audience during presentations	6
Reduced opportunities for informal interactions between virtual presenters and in-person conference participants	5
Lower quality of virtual presentations as compared to in-person presentations	3
Virtual presenters do not attend other presenters' sessions, thus depriving other presenters of audience	4
Unreliability of virtual presenters	3



NARRATIVA DA DESIGUALDADE NA ARQUITETURA DA POBREZA

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/NELIM)

Antônio Busnardo Filho (FIAM/FAMM)

Resumo: O presente trabalho tem como proposta analisar, a partir da Análise do Discurso Ecológico/Ecológica (ADE), os efeitos de sentido no discurso legal que trata da questão da Habitação de Interesse Social (HIS), considerando a própria cidade como um discurso, ampliando a análise para além do texto da lei. Os discursos sobre a preocupação com a população carente sinalizam a segregação do espaço público, que setoriza a cidade e o uso do solo, a partir de interesse de empreendedores. Isto gera a desigualdade e aquilo que aqui se permitiu chamar de arquitetura da pobreza. Considerando as propostas do Ministério das cidades e do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, e as HIS, no espaço urbano, encontra-se a possibilidade de aproximação da compreensão das cidades e do discurso/narrativa, a partir da aparente bondade das elites políticas que erguem impessoais conjuntos habitacionais na periferia das grandes cidades, que não diminuem o sofrimento dos desprivilegiados, mas afirmam a manutenção de um discurso de classes.

Palavras-chave: cidade; urbano; análise do discurso ecológico; ecolinguística; desigualdade.

Abstract: The objective of this article is to use Ecosystemic/Ecological Discourse Analysis (EDA) to discuss the meanings inherent in the legal discourse about social-house programs, by looking at the city as a discourse in itself, therefore going far beyond the legal discourse. The latter shows a segregation of the public space, which sectorize the town and the soil use in favor of the entrepreneurs. This results in inequalities and what came to be called poverty architecture. Considering the program of the Ministry of the Cities of São Paulo and the social-house programs it is possible to begin to understand the cities and the “generous” attitude of the élites when they build huge social-house condominiums in the periphery of the cities. This bring suffering to the poor because they are obliged to live distant from their jobs. This is a manifestation of a class discourse.

Keywords: city; urban life; ecosystemic discourse analysis; ecolinguistics; inequality.

1. Introdução

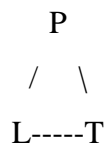
Antes de ser um assunto acadêmico e objeto de pesquisa, a desigualdade é uma questão social cotidiana, que diferencia os homens. Ela é bem vista quando gera a diversidade e, conseqüentemente, a diversidade cultural. Pensar uma igualdade cultural seria definir para os homens um único padrão de comportamento, como se a aquisição de conhecimento estabelecesse o mesmo nível de cultura a todos, o que limitaria o desenvolvimento humano. No entanto, se pensarmos a desigualdade como a distância dos indivíduos de seus direitos básicos, criamos a segregação e a exclusão. No espaço urbano, no uso e ocupação do solo, esta segregação é amplamente perceptível, uma vez que os cidadãos com menores rendas são empurrados para locais mais distantes das áreas urbanas consolidadas e dos centros urbanos, e até de seus empregos. Os documentos governamentais relativos à diminuição do déficit de moradia instituem um discurso que incorpora uma designação da desigualdade social, Habitação de Interesse Social. A moradia é direito de qualquer pessoa, para trabalho e descanso, portanto, é um interesse social. Há também uma diferenciação estética na produção destas moradias, que por serem para pessoas com renda de até três salários mínimos, tem uma limitação nos gastos de projetos, por ser considerado alto o seu custo social. Esta denominação caracteriza uma arquitetura da pobreza na questão social, pela localização urbana e pela estética e barateamento da construção. Com isto podemos pensar o discurso oficial – instituído – como gerador de segregação social e de definição de arquitetura e de urbanidades e, provavelmente, como criador da relação entre linguagem, meio e indivíduo – o discurso como criador de espacialidades, como na epistemologia da Análise do Discurso Ecológica.

2. O espaço na ecolinguística

Na ecolinguística, que é o estudo das relações entre língua e meio ambiente, o espaço tem um papel muito importante. Com efeito, a língua só existe se há um povo que a use. Esse povo, por seu turno, só será povo e terá uma língua se seus membros conviverem em determinado lugar. Esse lugar, que junto com a população constitui o meio ambiente da língua, é o que se tem chamado de território. O meio ambiente da língua pode ser de três naturezas, ou seja, natural, mental ou social (COUTO; COUTO; BORGES, 2015). No momento, vamos nos concentrar no meio ambiente natural da língua. Mas, quando o

território é urbano, faz-se necessário distinguir entre meio ambiente natural propriamente dito e meio ambiente construído.

Como meio ambiente construído, urbanismo, a cidade é uma expressão proxêmica da sociedade que a forma e habita. Se é expressão, comunica algo. Se comunica algo é linguagem. A cidade é de natureza semiótica, cada aspecto dela representa algo para seus habitantes. Considerando-a como uma comunidade de fala, no sentido ecolinguístico, o seu espaço é o lado T (território) dessa comunidade. E aqui temos uma grande novidade para a linguística ecossistêmica e até para o signo de Peirce. O conhecido tripé ecolinguístico reproduzido abaixo, não admite uma relação direta entre L (linguagem) e T, fato representado pela linha segmentada entre eles. Mas, o meio ambiente construído, que é o T da cidade, parece ser uma exceção a isso. Vale dizer, a cidade como linguagem mostra que há uma relação direta entre T (meio ambiente construído) e linguagem porque, se é construído é, como acabamos de ver, de natureza semiótica, é linguagem (L).



Ecossistema linguístico

Comunidade linguística: comunidade de língua/comunidade de fala

Quem construiu cada detalhe desse T queria dizer algo aos demais habitantes: “isso é meu” (minha casa), “isso é para uso da prefeitura” (prédio da prefeitura), “isso é para se dar aula” (escola) etc. Cada detalhe urbano representa algo e, como dissera Peirce, para alguém, parte do lado P do tripé. Trocado em miúdos, o T da comunidade urbana é uma exceção à regra de que não há relação direta entre L e T porque esse T é linguagem.

É no meio ambiente construído que se encontra a questão da arquitetura e do urbanismo. As cidades têm um traçado, que constitui uma malha, uma rede de ruas e avenidas, uma rede de canalização de água, outra de esgoto, outra de fiação elétrica e muitas outras. Alguns autores têm dito que o traçado das cidades tem tudo a ver com a mentalidade de seus habitantes, que a reflete. Outros dizem que esse traçado é que direciona o comportamento dos habitantes.

É bem provável que as duas posições estejam parcialmente certas. Há cidades que surgiram espontaneamente, com ruas tortuosas, que terminam inopinadamente, com outra que começa logo ao lado, também terminando de modo inesperado. Há muitos becos sem

saída, as ruas são às vezes demasiadamente estreitas e assim por diante. Enfim, para alguns observadores, trata-se de um traçado caótico. Tudo isso pode ocorrer com cidades inteiras, mas pode se dar também no surgimento de bairros.

É nos bairros que vamos nos concentrar aqui. Todas as cidades brasileiras têm bairros que surgiram por “invasão”. Um grupo de pessoas pobres de repente chega com papelões, tábuas, todos os seus pertences e, de um dia para a noite (ou da noite para o dia), montam um bairro inteiro. Como cada um “constrói” sua casa como e onde quer (e pode), sem o mínimo planejamento, além de açodadamente antes que a polícia chegue, acaba surgindo um bairro como acaba de ser descrito. Em Brasília, estimulados por um político populista, isso aconteceu em grande quantidade, como o bairro da Estrutural e Itapuã. É claro que isso ocorre devido à exclusão que essas pessoas sofrem, ao lado da opulência de políticos corruptos do Plano Piloto, do Lago Sul e do Lago Norte.

Para aplacar um pouco a pequena consciência que esses políticos têm, projetam bairros populares, relativamente planejados. As ruas são bem traçadas, as casas são construídas todas em alvenaria. No entanto, são todas iguais, as firmas contratadas para erguê-las geralmente superfaturam, usam material de segunda, enfim, fazem tudo para economizar o máximo que puderem. Com isso, logo começam a aparecer rachaduras, infiltrações, vazamentos, as paredes começam a descascar, o reboco começa a cair e assim vai, numa interminável ladainha de irregularidades.

Diante desse quadro, podemos perceber que, mesmo quando as autoridades querem “resolver” o problema da moradia para os marginalizados das benesses do poder político-econômico, o descalabro das condições de vida deles se deve à incúria dos donos do poder e à corrupção. Não se pode dizer que os pobres da favela são culpados pela violência que em geral existe nela. As drogas que lá são traficadas são consumidas por bem nutridos filhos das classes média e alta. Portanto, há efetivamente uma relação entre o traçado urbanístico e o comportamento das pessoas, no modo de elas se comunicarem. Isso já havia sido dito pelos membros da Escola de Sociologia Ecológica de Chicago, cujos líderes eram Ernest Burgess e Rober Park. Já na década de 20 do século passado, eles dividiam a cidade em zonas concêntricas, que incluía o distrito comercial central, zonas de transição, próximas às quais ficavam as elites e a extrema periferia, habitada pelos pobres que dependiam de transporte coletivo para ir trabalhar no centro e voltar para casa. Essa escola associou pela primeira vez determinados grupos sociais com determinadas regiões da cidade. Tudo isso comunica algo, é linguagem.

3. A diversidade na ecolinguística

Em ecologia, o conceito de diversidade é um dos mais importantes para a sobrevivência dos ecossistemas. Quanto mais diversidade de espécies houver em qualquer um deles, mais vitalidade ele terá, pois, se desaparecer uma espécie, outras podem assumir seu papel na cadeia da vida. Quanto mais pobre, mais frágil ele será. Por exemplo, em um ecossistema com apenas três espécies, desaparecendo uma delas as outras duas logo desaparecerão, pois uma devorará a outra, e ficará sem alimento.

O mesmo vale para a cultura e a língua, que dela faz parte. Na cultura, quanto mais manifestações houver, quanto mais tipos de folclore e outros, mais forte ela será. A Índia e o Brasil têm uma cultura riquíssima, o que parece não ser o caso nos países escandinavos. Na língua é a mesma coisa. Quanto mais multilíngue e multidialetal for determinada língua, mais rica ela será, contrariamente aos donos do poder, que sempre sonham com um monolinguismo e um monodialetalismo. Frequentemente se diz que é impossível contar uma piada em dinamarquês, pois no país que essa língua é falada há uma homogeneização geral, cultural e linguística. Obviamente, há exceções. O Japão é um país etnicamente bastante homogêneo. No entanto, tem uma rica cultura. Enfim, os países com língua e cultura bastante diversificadas têm mais do que falar, seus discursos são mais ricos.

4. Diversidade e desigualdade

O mundo contemporâneo é o mundo do discurso, pleno de pensamentos lógicos e discursivos que pretendem construir uma visão hegemônica deste mundo que se tem para viver. As sociedades, ou ao menos, os dirigentes e ideólogos do Poder pretendem um mundo fácil de ser entendido e dirigido, daí pensarem a sociedade com previsibilidade dos fatos, construindo um discurso, cujo percurso atinja seu objetivo com facilidade. Os possíveis desvios deste percurso, pretende-se que sejam também previsíveis. No entanto, é preciso compreender o significado deste discurso que é imposto à sociedade; mesmo que seja dissimulado na forma de uma fala de igualdade, as diferenças sociais localizam os cidadãos em seus lugares, determinando os que estão mais próximos ou distantes das possibilidades de decisões; os que podem e os que não podem; os que têm direito e os que não têm direito algum, como os excluídos.

Compreender este discurso que há séculos estrutura a nossa sociedade é, primeiramente, compreender que há uma diferença que diz quem é o homem, ou melhor o indivíduo social, e qual o papel dele na construção desta sociedade; que não é, necessariamente, a sociedade pensada pelo cidadão, pelo homem comum. Sem a necessidade de grandes estudos, percebe-se logo que o discurso do Poder – do Poder instituído -, que pretende mostrar as verdades políticas como vetores de construção de igualdades, é, antes, um construtor de desigualdade e de exclusões. A desigualdade é uma questão social cotidiana, que diferencia os homens em seu direito básico, o direito de igualdade e paridade com seus semelhantes. Se se pensar a desigualdade enquanto uma possibilidade de investigação para a ampliação do conhecimento, a desigualdade carregará um sentido positivo, porque construirá novas possibilidades de ação e novos conhecimentos, mostrando as diferenças para se chegar a um consenso, sendo um princípio heterogêneo da construção das crenças e dos saberes de uma sociedade; mas, no sentido contrário, aquele que demonstra as diferenças socioeconômicas e que se atém a isto, tem-se os princípios da exclusão e das divisões de classes, e, conseqüentemente, define quem pode e quem não pode propor os caminhos do mundo, gerando grandes conflitos sociais; separando a sociedade em grupos homogêneos, coagulados socialmente – consolidando a desigualdade.

Se o discurso é uma produção social carregado de ideologia, e a forma de se apresentar a visão de mundo de um determinado grupo social, ou da sociedade como um todo, pode-se dizer, que na sua amplitude conceitual, a cidade é também a construção de discursos que se sobrepõem – como um palimpsesto -, dependendo dos momentos sociais, históricos e políticos que definem a sua ideologia; ou melhor, que apresentam, em momentos determinados a crença de uma sociedade e sua visão de mundo. As narrativas e os relatos de cidades é que de fato dão a concretude e a realidade das cidades, muito mais do que os seus projetos urbanísticos e seus planejamentos. É na história contada pelos moradores, nas suas experiências cotidianas que o espaço urbano se estrutura. E que faz com que a cidade se transforme em uma rede simbólica, que permite a leitura ampliada de seu(s) significado(s).

Michel de Certeau (1994) analisa a cidade a partir da vontade do homem de representá-la na sua totalidade, com um olhar definidor que possibilitasse uma apreensão total do território, dessa “pulsão escópica” que permitiu ao homem medieval pintar a cidade vista do alto, mesmo antes da perspectiva renascentista e da própria possibilidade concreta de

se ver a cidade de cima, do alto; vista por um olho que “jamais existira até então” (idem, 170), apresentando a texturologia como um simulacro teórico que desconhece as práticas do dia-a-dia. Opõe-se a este olhar do alto, a experiência do baixo, onde vivem os “praticantes ordinários” da cidade, que escrevem “texto” urbano, sem poder lê-lo; um texto cotidiano e sempre diferente, um texto vivo, como é viva a cidade contemporânea, na sua grande capacidade de inovação e de transformação; no seu estranhamento diário, que urbaniza a linguagem do Poder - “a cidade se entrega a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (CERTEAU, 174, 1994).

É assim, que a “enunciação pedestre” (ainda Certeau), surgida da trajetória urbana dos cidadãos apresenta “três características que de saída a distinguem do sistema espacial: o presente, o descontínuo, o ‘fático’” (idem, 177, 1994). Considerando a última característica, a fática, pode-se dizer que a trajetória dos transeuntes cria elementos que permitem uma “comunicação” entre lugares, possibilitando a construção de um diálogo entre estes lugares – “*topoi* fáticos” -, como diz Certeau. Numa ampliação trazida por José Carlos de Paula Carvalho (1995) ao conceito de fático dado por Malinowski – na forma de uma comunhão social -, e Jakobson – enquanto função da linguagem -, é possível perceber uma dimensão simbólica, naquilo que é a capacidade de o fator fático revelar uma dimensão mítica da palavra. Neste grande texto que é a cidade é a atitude pervagante que coloca o indivíduo em contato com os “*topói*” fático, descrevendo e narrando a metrópole, como uma forma de entender o lugar em que se vive. Assim, o sentido “fático” da cidade é uma circulação simbólica que a desvenda, tornando-se o mediador entre o mundo sensível e o mundo perceptível - o “*logos*”. Paula Carvalho afirma que: “O ‘fático’ tem, portanto, a vizinhança e a corresponder com ‘logos’, mas em profundidade com ‘aletheia’ e com ‘moira’, com ‘verdade’ e ‘destino’...” (1995,7). Verdade e destino que constituem a cidade e o cidadão num processo de equivalência, no qual a cidade existe como criação e ordenação do homem que através da sua *práxis* pervagante torna-a significativa e se transforma em seu mensageiro por meio da enunciação. A cidade na sua dimensão fática é o campo das imagens e das metáforas e por isto, um espaço mítico, passível de uma análise mitocrítica; considerando que a cidade é um texto a ser lido, um discurso de poderes que se sobrepõem.

Compreendendo a cidade como uma grande narrativa, um discurso construído socialmente, e compreendendo que a dimensão fática permite a comunicação e a circulação simbólica entre os cidadãos e os espaços urbanos, desvelando uma concepção

de mundo que ora responde às determinações do poder, ora, as dos cidadãos, apontar-se-á, agora, a relação das figuras do urbanismo, a exemplo das da retórica, a partir do pensamento de Bernardo Secchi, arquiteto e urbanista italiano.

Sendo a cidade um grande texto, é possível pensar a sua estrutura e organização urbana como um discurso, no qual algumas figuras são reconhecidas para facilitar a sua compreensão e explicação, à semelhança das figuras de linguagem que servem para construir e organizar os nossos pensamentos; “por isso, utilizamos o mesmo termo de figura para indicar, também em um nível mais abstrato, formas de pensamento ou, no outro extremo e em um nível aparentemente menos abstrato, formas da cidade, de suas partes ou arquitetura” (2012, 22). As figuras funcionaram como uma metafísica influente, como elemento unificador e orientador de todo o pensamento de uma época, colocando em relação a percepção do real (Secchi, 2012).

Secchi destaca algumas figuras do urbanismo, que são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da cidade e de suas organizações espaciais, como: continuidade, considerada a principal para o modernismo, representa a coerência e a unificação do espaço urbano; concentração, que representa a angústia e o medo na cidade – multidão, congestionamento, etc -, bem como evidencia sua relação social de trabalho, que resultará em desigualdade, especulação, violência, luxo, pobreza, formando os coágulos urbanos; fragmentação, que remete à importância e à hierarquia dos lugares por meio da concepção topológica do espaço urbano e equilíbrio, que pensa em termos monetários a relação, interpretada por arquitetos e urbanismo em termos de forma e proporção. Assim, propõe Secchi (2012), a compreensão do urbanismo e a organização espacial da cidade contemporânea. Logicamente, não cabe aprofundar aqui as interpretações de Secchi, senão apenas apontá-las para mostrar a relação do urbanismo com o discurso, e para dizer que além dos textos de leis que demonstram a desigualdade na cidade e a exclusão eufemizada pelo bom sentido da Lei, pode-se e deve-se “ler” a cidade, e compreender seu texto ao rés do chão, como diz Certeau. Ser o narrador, o ouvinte e o analista desta narrativa urbana. Portanto, abrir-se-á mão, não totalmente, dos textos e olhar-se-á mais o espaço físico para entender como a segregação, a exclusão e a desigualdade se transformam em constantes nas cidades contemporâneas. Ainda é possível dizer que como parte da análise do discurso poderá ser feita uma mitocrítica da metrópole brasileira, procurando o seu mito reitor.

Os textos legais, como o Estatuto da Cidade – lei federal nº 10257, de 2001 -, no que se refere à questão social da moradia tem a preocupação de reverter a segregação socioespacial, problema marcante das cidades brasileiras e de outras cidades do mundo; segregação que se caracteriza pela falta de infraestruturas nos bairros periféricos e favelas – além de riscos de inundações, escorregamento de encostas, vulnerabilidade das edificações e degradação de –áreas de interesse ambiental -, oposto do que acontece nos bairros mais abastados, que têm boa infraestrutura, equipamentos urbanos modernos, área de lazer, etc. Esta diferença existe porque por anos os investimentos e os orçamentos foram empregados somente nas áreas que mais atraíam os planejadores.

A mudança deste quadro começa em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, que “recebeu a incumbência de apoiar estados e municípios na consolidação de novo modelo de desenvolvimento urbano que engloba habitação, saneamento e mobilidade urbana, por meio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, cuja principal tarefa é apoiar a implementação do Estatuto das Cidades” (CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

Independente da Lei que propõe uma proximidade entre a qualidade de moradia dos cidadãos, permitindo qualidade de vida, ainda assim, como diz Maricato

(...) o texto legal, embora fundamental, não é suficiente para resolver problemas estruturais de uma sociedade historicamente desigual na qual os direitos, como por exemplo o direito à cidade ou à moradia legal, não são assegurados para a maioria da população. Parte das grandes cidades brasileiras tem a maioria de sua população morando informalmente sem observação de qualquer lei ou plano urbanístico, sem concurso de arquitetos e engenheiros para construção de seus bairros ou casas, sem financiamento para as obras que compõem uma gigantesca produção doméstica de espaço urbano que evidentemente resulta precário. (CARVALHO; ROSSBACH, 2010: 5).

Maricato diz ainda que isso propicia moradias informais que geram uma produção doméstica de espaço urbano de forma precária; um amontoado de pessoas que vivem em não cidades, onde a falta de infraestrutura, de serviços urbanos e de equipamentos coletivos é uma constante. Esta Lei ganha força nos municípios, por meio do Plano Diretor Estratégico, que a regulará os conceitos de propriedade, uso e ocupação do solo, o planejamento, etc. A Lei “pretende definir como regular a propriedade urbana de modo que os negócios que a envolvem não constituam obstáculo ao direito à moradia para a maior parte da população, visando, com isso, combater a segregação, a exclusão territorial, a cidade desumana, desigual e ambientalmente predatória” (MARICATO, 7,

2010). Ante estas preocupações, o termo Habitação de Interesse Social, que já era utilizado anteriormente no Estatuto da Cidade, ganha força e passa a ser usado por várias instituições governamentais, e não governamentais, órgãos públicos, etc. O que se faz estranho é que toda moradia deve ser de interesse da sociedade, ou social, já que é o bem mais desejado de todo ser humano, ter onde morar...o sonho da casa própria. Quando a utilização do termo se refere apenas a uma determinada classe social, no caso a menos privilegiada, há um sentido de segregação, de exclusão e de desigualdade social; pois demonstra a distância do indivíduo de seu direito básico à moradia.

No Plano Diretor Estratégico, da cidade de São Paulo, artigo 18 (§, III) que trata da Macroárea da Redução da Vulnerabilidade e da Recuperação Ambiental, diz sobre:

(...) construção de Habitação de Interesse Social para reassentamento de populações moradoras de áreas de risco, de áreas de preservação permanente, quando não houver outra alternativa, e das que residem em assentamentos precários na Macrozona de Proteção Ambiental. (2014).

Encontra-se novamente, a preocupação do reassentamento de populações de área de risco e da necessidade de construção de habitação para esta população. Mais a frente, no artigo 23, a necessidade de ampliação de habitação de interesse social. No capítulo II, que se refere ao Regulamento, Uso e Ocupação do Solo e Da Paisagem Urbana (seção I, XXXIV0, cria incentivos urbanístico ao proprietário que fizer doação, ao município, de áreas para ampliação do sistema viário e de áreas verdes; mais a frente, na Seção IV – Da Zona Especial de interesse Social (ZEIS); na subseção I, no Artigo 45, que classifica as ZEIS em cinco categorias, tem-se,

I - ZEIS 1 são áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social (...)

O texto da lei diz que este tipo de ZEIS refere-se a locais de assentamentos habitacionais populares, de população de baixa renda, onde o interesse público deseja manter a população moradora, promovendo uma regularização fundiária e urbanística; o que

interessa é compreender a expressão “onde haja interesse público em manter a população”, o que dá a entender que a população de baixa renda fica à disposição do poder público, que a coloca onde achar melhor, tirando-lhe o poder de decisão. Por outro lado, a ZEIS 2, refere-se a lotes e glebas não utilizados, ou subutilizados, de interesse público para a urbanização; na ZEIS 3, o interesse volta-se para imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados que se encontram em áreas com infraestrutura urbana consolidada; a ZEIS IV trata de glebas ou lotes não edificadas e adequadas a urbanização e edificação situados em áreas que envolvem as questões ambientais; finalmente, a ZEIS 5, são lotes ou conjunto de lotes vazios ou subutilizados localizados em áreas urbanas consolidadas, despertando interesses privados para a produção de Habitação de Interesse Social. O que se pode perceber é o eufemismo empregado pela Lei que faz do cidadão em situação economicamente vulnerável um ser à disposição do paternalismo estatal, que define sua vida e seu local de moradia. Na subseção IX, do Capítulo III, que trata Dos Instrumentos De Política Urbana e De Gestão Ambiental, no Artigo 112, trata da dimensão da área construída computável, que em sendo superior a 20.000 m², uma porção referente a 10% deve ser destinada a Habitação de Interesse Social para a população com renda de 6 salários mínimos. Não necessariamente esta porcentagem deva ser no mesmo terreno e nem necessariamente ser construída, bastando depositar no FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano) o valor equivalente, mesmo que em se trata de proposições governamentais reste dúvidas quanto ao cumprimento da legislação.

Estas palavras de boas intenções mostram a preocupação de se ter um espaço urbano “qualificado” distante dos problemas que podem causar transtornos aos cidadãos da classe média e, principalmente, da classe alta, que têm o direito de viver uma vida diferenciada e em locais urbanizados e com infraestrutura, equipamentos urbanos, segurança, etc; enquanto a maior parte vive em condições preocupantes. Mesmo que a lei aponte para uma possibilidade de melhoria, o que se nota, no dia-a-dia da cidade é a dificuldade dos cidadãos menos privilegiados para se deslocarem até seus trabalhos, para retornarem a suas casas, enfrentando um problema visível das cidades contemporâneas, a mobilidade urbana; além da violência, e de outros perigos que os colocam como segregados, excluídos, aumentando o grau de desigualdade. O texto da Lei opõe-se ao texto e à narrativa urbana, dos “passos perdidos”, como diz Certeau (1994), que tenta

construir uma percepção de cidade mais equânime; sem as diferenças sociais, permitindo a todos o direito de ser cidadão e responsável pelo espaço que constrói no seu cotidiano. Percebe-se com a proposta de Lei que o vetor, ou melhor, as ordens, que organizam os grupos sociais e, neste caso, podemos estender para a organização social das cidades, são a Patrimonial (Quirinal) – também territorial -, que tem por característica a posse e o consumo, e ocupa lugar preponderante na sociedade moderna, e a Mercantil (Mercúrio) que faz do *homo faber* um *homo oeconomicus* – no que se refere ao desenvolvimento do comércio. (Durand, 1980). A posse e o comércio são atividades pertinentes aos aglomerados humanos, como a cidade. Estas atividades, numa organização espacial urbana, fazem da cidade um território dividido em áreas, que, fatalmente, causam segregações e desigualdades. Neste sentido percebe-se as divisões e dificuldades sociais que ocorrerão no território urbano, gerando a separação das classes e da sociedade das cidades. Daí se pensar a cidade dos ricos e a cidade dos pobres, como propõe Bernardo Secchi (2013), apontando alguns aspectos da riqueza e da pobreza, tais como o fato de que ser rico ou pobre também é apontado num capital cultural, vida social e profissional, que dependem, certamente, das condições de moradia e do tipo de serviços oferecidos pela cidade; ou seja, o tipos de equipamentos urbanos existentes nas diferentes regiões – os bairros ricos bem equipados e os bairros pobres com falta de equipamentos urbanos.

(...) dentro das sociedades democráticas modernas a classe rica é, em princípio, um conjunto aberto: todos podem ter a esperança de entrar, e todos devem saber que o risco de ser expulso é concreto, igualmente abertos é o conjunto dos pobres: o risco de ser empurrado está sempre presente, as possibilidades de sair são menores, mas não excluídas. (18, 2013).

Secchi deixa claro a mobilidade existente nas classes sociais contemporâneas, que definem e determinam o lugar dos cidadãos na sociedade e nas cidades, consequentemente; mostra a fragilidade do status da classe rica, e a possibilidade maior de estabilidade na classe pobres. De fato, percebe-se esta estabilidade localizada no eufemismo dado pela fala política para a Habitação de Interesse Social, como pode ser percebida nos textos citados acima. Esta distância econômica e social causa o estranhamento entre os cidadãos, deixando os pobres estigmatizados e especialmente segregados; mesmo quando as propostas políticas apontam áreas centrais para a construção de HIS (habitação de interesse social); esta distância social causa o medo dos

ricos pelos pobres estigmatizados – todo pobre é ladrão, sem-vergonha, etc. -; isto se transforma, por um efeito multiplicador, em medo generalizado, como uma retórica da segurança. Eis a desigualdade! Secchi (idem) diz que o medo revela a insegurança, rompe com a solidariedade desagregando a sociedade, substituindo a cidadania e a virtude civil – “a intolerância nega a proximidade e coloca à distância as atividades, edifícios, espaços públicos, seus habitantes e visitantes, A configuração da cidade e do território muda sempre, mudando o aspecto fundamental da estrutura econômica e social, modificando os sistemas de solidariedade e intolerância dentro da sociedade”. (SECHI, 2013: 22). Considerando as figuras do urbanismo, como exposto acima, a partir de Secchi (2012), percebe-se que as que estruturam este raciocínio da desigualdade são a concentração, que leva aos já mencionados “coágulos urbanos”, e à fragmentação, que define a hierarquia dos lugares.

Este distanciamento entre os cidadãos, causado pelas diferenças sociais e econômicas, é também um distanciamento da percepção estética, considerando-se que as moradias populares, para população de baixa renda, como as habitações de interesse social, por ter um custo social alto, e um custo de infraestrutura elevado, têm o seu aspecto e as suas resoluções estéticas, na concepção dos seus projetos, não levados em consideração. São construídas considerando-se o mínimo da função de morar, abrigar-se. Como se para os pobres o direito à estética fosse vedado. Pensando o conceito de “bonito” no senso comum, os bairros pobres são feios porque se distanciam deste sentido. Estas são as consequências do texto da Lei e da realidade construída das cidades, o esplendoroso cabe aos bairros nobres. Como forma de compensação desta desigualdade, nos bairros pobres é mais visível a beleza do relacionamento comunitário, o sentido de partilha que existe nos momentos de caos social ou mesmo nas consequências da falta de planejamento urbano, como enchentes, desmoronamentos, etc.

Pensando uma possível mitocrítica, pode-se considerar que há um mito da proteção e da comunidade, que remete a uma estrutura mística (DURAND, 1979, 1989); que para o texto de Lei tem uma potência positiva, no entanto, na constituição física do espaço urbano, adquire uma valência negativa, remetendo a um universo da angústia – já que as questões da habitação de interesse social nunca serão resolvidas a contento

5. Arquitetura, desigualdade e pobreza segundo a ADE

A análise do discurso ecológica (ADE) é parte do ramo da ecolinguística praticado no Brasil chamado linguística ecossistêmica. Isso significa que todas as categorias da LE são igualmente categorias da ADE, embora esta tenha as suas categorias específicas, que permitem adentrar as questões discursivas de modo radicalmente ecológico (COUTO; COUTO; BORGES, 2015, p. 51-107, 127-153). Os modelos de análise do discurso tradicionais enfatizam fortemente as questões ideológicas e as relações de poder, assunto muito complexo, para o qual não há espaço suficiente no presente ensaio, motivo pelo qual remetemos aos diversos capítulos do livro recém-mencionados.

A ADE enfatiza vivamente nos discursos sob análise a defesa da vida, sempre que cabível, e a luta contra o sofrimento, sempre que ele for evitável. Para mais pormenores, remetemos os interessados ao mesmo livro. O que interessa no presente momento é a leitura que a ADE faz dos fatos já mencionados e discutidos acima de outras perspectivas. Um dos pontos do tripé ecolinguístico – povo (P), língua (L) e território (T) – é o espaço, isto é, T que tem um lugar de base para todo o ecossistema da comunidade, como se pode ver em Couto (2016). Já vimos que o espaço físico atribuído às classes desprivilegiadas que “ganham” uma casa em um bairro popular geralmente se localiza na periferia. O que é pior, a parte “construída” desse espaço, a arquitetura, é da pior qualidade possível, como também já discutido acima.

Diante desse quadro, não é necessário muito raciocínio para se chegar à conclusão de que “o grande feito” dos administradores que se vangloriam de ter construído casas para centenas de pessoas frequentemente é um elefante branco que traz grande sofrimento às já sofridas pessoas que são alvo do processo. À alegria inicial de receber a chave de uma casa “novinha em folha” para morar segue-se uma grande decepção, uma desilusão devido aos motivos já comentados acima. Além do mais, o “bairro” que lhes foi atribuído fica muito longe do local de trabalho, às vezes até mesmo sem transporte público adequado.

Por ser influenciada pela Ecologia Profunda de Arne Naess, a ADE não assume apenas uma postura de denúncia do descalabro, que frequentemente está relacionada ao desvio de verbas, corrupção etc. Ela assume uma atitude interventiva no sentido de conscientizar a população alvo a exigir pacificamente o cumprimento das promessas. Para com os administradores ela sugere uma vigilância no sentido de que o que foi prometido e planejado seja executado sem desvios e sem corrupção. Sugere até mesmo punição para

os corruptos e ineficientes. Mas tudo à la Gandhi, sem violência, ou seja, uma ação e resistência pacífica.

Partindo desta postura da pacificação, a ADE pensa a possibilidade de transformação de bairros periféricos em lugares mais humanizados, lugares onde as pessoas possam viver suas Vidas, dentro de uma homeostase, considerando-se que o espaço é uma necessidade biológica, psicológica e social. Conseqüentemente, o estudo das construções deve permear os espaços naturais, mentais e sociais; levando em conta a vida, que é uma energia, o espaço urbano deve ser entendido como o lugar das relações harmoniosas entre localização do lote e seu tempo de deslocamento com relação aos serviços da cidade, dos empregos e da infraestrutura urbana. Se a vida é autopreservação e pulsões internas teria que se preservar diversidade de funções para que haja vida social entre os espaços com a presença das pessoas, ou seja, é preciso promover a vida urbana como uma vontade de preservação do modo de vida. Considerando pela ADE, dever-se-ia construir conjuntos habitacionais complexos que comportassem todas a multidimensionalidade da vida; neste momento, pode-se acrescentar o pensamento de Augustin Berque, e considerar esta complexidade, como sendo Ecumene - “ecumene, é o conjunto e a condição dos ambientes humanos, naquilo que eles têm de propriamente humano, mas não menos importante, o que têm de ecológico e de físico [...] ecumene é a relação: a relação ecológica, técnica e simbólica da humanidade na superfície terrestre [...] é a geografia da existência das coisas, por onde começa nossa existência” (BERQUE, 1987: 17).

Claro que a construção de complexos habitacionais deve aparecer sob a forma de uma ação conjunta, envolvendo local de moradia, urbanidade, conexão com a cidade e espaços associados à geração de renda, projetos, vontade e estratégias políticas com a perspectiva de melhor distribuição das benesses urbanas, preservando a diversidade de funções para que haja vida social, e promoção da vida urbana, preservando o modo de vida dos cidadãos que habitarão estes conjuntos habitacionais de interesse social, e fazendo da casa, juntamente com a paisagem, um estado de alma que se enraíza na Vida. Neste ponto pode-se recorrer a Hillman (1993), quando diz que

Uma cidade que negligencia o bem-estar da alma faz com que a alma busque seu bem-estar de forma degradante e concreto nas sombras desses mesmos reluzentes arranha-céus. Bem-estar, um fenômeno específico das cidades, não é apenas um problema econômico e social, mas predominantemente um problema psicológico. A alma que não for cuidada – quer seja na vida pessoal, quer na vida da comunidade – torna-se uma criança

raivosa. (1993, 42).

6. Considerações finais

A análise do discurso ecológica (ADE), parte do ramo da ecolinguística, forneceu o arcabouço geral para a pesquisa, aí incluídas questões como a do espaço vital (território), o respeito à diversidade (natural e cultural) e outras. A análise do discurso ecológica forneceu as bases para um afinamento da análise, com conceitos como o de ideologia da vida, que enfatiza a defesa da vida e uma luta constante contra tudo que possa trazer sofrimento físico, mental ou social, sempre que o sofrimento for evitável. Enfatiza também a procura pela autorrealização de todo e qualquer ser vivo. Tudo isso complementado por ideias defendidas por Certeau, Secchi e Durand.

Como vimos, há a boa e a má diversidade. A desigualdade é a má diversidade. Nesse caso, todos deveriam ter os mesmos direitos aos meios de consumo, à moradia, à saúde, à informação (educação) etc. Não no sentido do comunismo, que não queria saber de diferenças, diversidades de nenhuma natureza sobretudo de opinião. A aparente bondade das elites políticas erguendo impessoais conjuntos habitacionais na periferia das grandes cidades é apenas aparente. Na verdade, mesmo com eles, o sofrimento dos desprivilegiados continuam. E só mudará ou amenizará a qualidade de vida que esta desigualdade traz, quando a construção, ou melhor, transformação de bairros pobres em confortáveis, como os bairros ricos, surgir, ou melhor, for coordenado por ações populares; por uma vontade de preservação do modo de vida e, portanto, da base cultural que institui este agrupamento humano - o bairro periférico, pobre, etc -; se a vida é autopreservação e pulsões internas; a cultura é o veículo destas manifestações, ou o veículo transformador das condições socioculturais. Sendo assim, o que deve ser levado em conta é a energia vital do grupo e a compreensão de que a harmonia que deve existir na organização cósmica pode ser uma harmonia dos opostos, e não necessariamente um estado consonante dos fatos. Esta tem sido a forma de muitos movimentos populares agirem, nas periferias de São Paulo, o que permite perceber a autonomia que as periferias adquiriram em relação ao centro consolidado da cidade; ao perceberem sua força cultural, estas periferias começaram a "cuidar de si" e entenderam que a preocupação com o outro era a manutenção do grupo e conseqüentemente uma força política - de uma política não partidária -, mas da *pólis*; assim começaram a transformação de seu meio ambiente e adquiriram equipamentos urbanos que faltavam na região, como UBS, Centros Culturais,

etc. certamente, estes bairros perceberam a sua força organizacional após um processo entrópico. Na sua reorganização compreenderam a pulsão de vida, o prazer pela vida, e optaram por Eros e se reorganizaram; mas aprenderam com a pulsão de morte, Tânatos. A necessidade interior de ter um lugar para chamar de “seu” fez com que a população se reorganizasse, e assim tomaram posse do lugar, independente da sua classificação socioeconômica.

Mas, pensar que os bairros ricos – por terem a infraestrutura necessária à vida urbana - são confortáveis, é ilusão. Quando não há o sentido de pertencimento nada é confortável. Este sentido existe muito mais nos bairros pobres, do que nos ricos, cujos moradores que ali moram, morariam em qualquer parte do mundo, considerando que muitos têm negócios fora do país. O churrasco na laje não acontece nestes bairros, quando muito, uma festa formal, que expulsa a espontaneidade. Os bairros ricos não têm facilidade de locomoção dos seus moradores. O comércio é sempre mais afastado das residências, que nos bairros pobres.

Quanto à tipologia das casas, é bom que sejam diferentes. As casas pobres cumprem a sua função de refúgio. Todos os moradores se encontram e compartilham de suas vidas num mesmo espaço comum. Conversam e falam de suas dificuldades. As casas pobres são mais "limpas" esteticamente. Não têm nada de rebuscado, mas acolhem seus moradores. As casas ricas, muitas vezes, no seu tamanho de área construída, dificulta o encontro das pessoas, que vivem em seus quartos, com suas televisões, celulares, etc. As salas de estar são imensas e vazias; e o gosto estético, na maioria das vezes, duvidoso. Há um rebuscamento de estilos, ornamentos, decorações, que transformam essas casas em algo de grotesco. Não são todas, lógico; mas as poucas, já bastam. Então, deste esvaziamento do sentido de comunhão, de isolamento, num rasgo de desvario, é possível pensar em uma pulsão de morte. Talvez, neste caso haja uma homeostase, na manutenção de uma estabilidade; enquanto no bairro pobre ocorre, na sua reorganização, um processo neg-entrópico, que nos sistemas bio-sociais são autopoieticos. Daí, a prescrição, para não ser do senso comum, deve ser uma culturálise de grupo (CARVALHO, 1990).

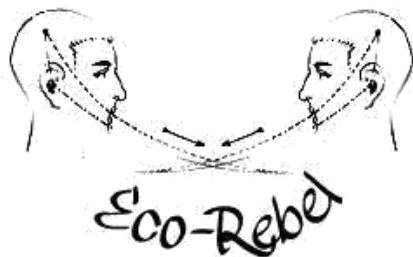
Referências

- BERQUE, Augustin. *Écoumène: introduction à l'étude des millieux humains*. Paris: Édition Belin, 1987.
- CARVALHO, Celso Iso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (org.). *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

- CARVALHO, José Carlos de Paula. *Antropologia das organizações e educação: um ensaio holonômico*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- CARVALHO, J. C. de P. *A Educação fática: construção, vieses e projetividade*. Cuiabá: Ver. De Educação Pública, v. 4, n. 6, jun./dez. 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COUTO, H. H. A comunidade de fala Fazenda do Zé Artino. Disponível em: <http://meioambientealinguagem.blogspot.com.br>, 2016 (acesso: 20/02/2016).
- COUTO, H. H.; COUTO, E. K.; BORGES, L. O. *Análise do discurso ecológica*. Campinas: Pontes, 2015.
- DURAND, Gilbert. La cité et les divisions du royaume. In: BRILL, E. J. – *L'Une et le divers*. Leiden: Editeur Adolf Portmann et Rudolf Ritsema, 1980.
- DURAND, Gilbert. *Figures mythiques et visages de l'oeuvres: de la mythocritique à la mythanalyse*. Paris: Berg International, 1979.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- HILLMAN, James. *Cidade & alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- MARICATO, Ermínia. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Iso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (org.). *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 2010.
- SÃO PAULO (Município). Plano diretor Estratégico. *Diário oficial da cidade de São Paulo*, ano 59, nº 140, 01 de agosto de 2014.
- SECCHI, Bernardo. *La città dei ricchi e la città dei poveri*. Bari, Itália: Editori Laterza, 2013.

Recebido: 25/03/2018.

Aceito: 10/07/2018.



MEIO AMBIENTE ESPIRITUAL

Genis Frederico Schmaltz Neto

*A religião é a mais audaz tentativa de conceber o universo inteiro como algo humanamente significativo (Berger, *The Sacred Canopy*).*

Resumo: Este estudo discute a existência de um meio ambiente espiritual – possível categorização designada para estudos ecossistêmicos cujo enfoque envolva uma comunidade religiosa – e suas especificações. Para isso, propõe definições perpassadas pela Visão Ecológica de Mundo para os termos “religião” e “espiritualidade”, além de fazer uma breve análise da comunidade religiosa Vale do Amanhecer, embasadas nos estudos de Piazza (1976), Capra (1991), Couto (2007) e Schmaltz Neto (2017). Assim como a tríade ecolinguística pressupõe a existência de três meios ambientes, o aspecto religioso do ecossistema pressupõe um simulacro cujo enfoque possibilita o vislumbre das características próprias das inter-relações espirituais como mitos, ritos e as transições entre dimensões realizadas por falantes.

Palavras-chave: Ecossistema/meio ambiente espiritual; religião; visão ecológica de mundo; Vale do Amanhecer.

Abstract: The objective of this paper is to show that there is a spiritual environment – in order to create an ecosystemic framework for the study of a religious community – in its main manifestations. Concepts related to the ecological view of the world, such as “religion” and “spirituality”, are discussed and applied to the analysis of the community of Vale do Amanhecer (Valley of the Dawn). The theoretical support comprises Piazza (1976), Capra (1991), Couto (2007) and Schamaltz Neto (2017). Whereas the ecolinguistic triad presupposes three environments, the religious aspect presupposes a simulacrum that enhances the understanding of the spiritual inter-relations among myths, rites and the transitions to the real world of the people.

Keywords: Spiritual ecosysteme/environment; religion; ecological view of the world; Valley of the Dawn.

1. Inquietações

A visão ecológica de mundo e a perspectiva da linguística ecossistêmica que evidencia a relação entre língua, povo e território tornam mais fáceis a compreensão de que o ser humano, em sua busca pelo pertencer, não constrói sua interação apenas a partir da

experiência com o Outro, mas também consigo mesmo e com o ambiente que o rodeia. Ora, toda sorte de vivências humanas funciona como um gatilho para que se estabeleça uma rede de inter-relações plausível dentro de um ecossistema. No entanto, nem toda experiência humana tem seu gatilho facilmente reconhecido nessa rede de inter-relações. Aliás, muitas das vezes, as vivências podem até mesmo parecer racionalmente inassimiláveis – o universo dos sonhos¹, por exemplo.

Outro exemplo são as interações que acontecem em situações interacionais em comunidades religiosas cujos enfoques envolvem dialogar com o que não se vê. Um falante, através de uma série de protocolos míticos, torna-se um novo falante ao ser assumido por um espírito – assume também um novo idioleto e comportamento não verbal. Não é possível considerar aquele falante ainda como o mesmo falante. O corpo biológico, apesar de ser o mesmo, não segue as mesmas regras interacionais de outrora. Isto é, existe ali uma espécie de transposição F1>F2 que configura uma interação “espiritual” entre o falante assumido por um espírito e seus ouvintes (O). No entanto, esse tipo de acontecimento não é visualizável em qualquer tipo de território. Tampouco sociedade. Na ecolinguística também não há uma categorização clara para isso.

A proposta deste estudo, diante desse panorama, é a de compreender a interação espiritual ou religiosa – seja ela qual for – de uma perspectiva ecolinguística que não a reduza simplesmente a um traço do meio ambiente social ou um devaneio causado pelos padrões imaginários do meio ambiente mental. A proposta é pensar na possibilidade de um lugar nos estudos ecossistêmicos para um **meio ambiente espiritual**, quiçá uma metodologia própria para estudos da religião com enfoque ecossistêmico.

Por isso, feitas estas considerações, contextualizo a discussão sobre o lugar da espiritualidade e da religião na ciência e na ecolinguística no tópico dois e três deste texto. Já no tópico quatro, faço uma breve explanação a respeito da religião brasileira Vale do Amanhecer a fim de estabelecer didaticamente caminhos para a discussão apresentada. No tópico cinco, esboço orientações metodológicas de análise para, por fim, traçar as considerações finais deste estudo, no tópico seis.

2. A interação com o desconhecido, a experiência e a religião

¹ Cf. TYOR, Edward Burnett. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom*. Murray: Londres, 1871.

Para falar sobre o nascer e o pôr do sol os gregos atribuíam à figura de um deus, Helios, a função de trazer luz e calor aos homens percorrendo o céu num carro de fogo puxado por cavalos brancos. Todas as manhãs, Helios saía do Oriente e descia para o Ocidente². A relação com o distante mecanismo do universo levava a explicações construídas e embasadas em algo que não se podia literalmente descrever. Era preciso crer no mistério. Tratava-se de uma tentativa³ de materializar, por meio da linguagem, o que assimilavam em sua experiência íntima com o desconhecido.

Essa associação não costuma ser diferente do que tem feito as ciências em geral: na frenética tentativa de justificar as experiências que os seres humanos têm entre si e com seu derredor, criam, por meio de categorizações diversas, narrativas teóricas que permitem vislumbrar e provocar a sensação de que é possível confirmar nossa condição de humanos e os pensamentos reflexivos que nos assaltam. As ciências em geral sempre buscam o *como*⁴. E, apesar das infinitas respostas para qualquer tipo de como, não é costume também tentar encontrar um *porquê*. Há um vácuo. É melhor dizer que se trata de um campo subjetivo. Tudo é “contexto”. Pronto.

Dessa forma, desmascara-se facilmente o mito grego: o sol é uma estrela. Há um movimento rotacional. A estrela chamada sol é quente. O calor atravessa a estratosfera e encontra nossa pele. Ótimo. Mas por que aquele povo optou pela imagem de um deus, em específico um deus que puxa uma carroça flamejante, para trazer a luz solar à terra? As ciências antropológicas poderiam explicar todo esse processo de nomeação do desconhecido por meio de categorizações culturais. Afinal, são fenômenos da natureza que existem desde sempre. Mas a inter-relação entre o povo que nomeia o fenômeno e o fenômeno da natureza em si não costuma ser destrinchada.

É justamente a sensação de inacessibilidade, a mesma vivida pelos antigos ao se referir ao sol ou ao tentar explicar raios, trovões e chuva, a responsável por levar a experiência individual a um status sagrado – sagrado porque é raro, porque está distante, porque não pode ser acessado simplesmente pelo querer. É por isso que a experiência com o sagrado não significa necessariamente a crença em deuses ou espíritos, mas na existência de algo abstrato que de alguma forma pôde se tornar concreto (MARCHI, 2002, p. 44).

² Cf. DAVIDSON, Hilda. *Gods and Myths of Northern Europe*. Penguin Books, 1990.

³ O termo é *tentativa* porque Emile Durkheim (1858-1917) julgava ser o totemismo a primeira tentativa de assimilação com o desconhecido – que poderia culminar em uma religião, fato conclamado por J. F. Mac Lennan, em 1969, cuja afirmação principal é de que o totemismo constitui a primeira forma religiosa.

⁴ BACHELARD, Gastón. *O novo espírito científico*. Trad. A. Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1996.

Não é necessário crer na existência de Hélios para vislumbrar o funcionamento da natureza em relação ao sol – e tudo que nela existe. O fato é que se trata de uma inter-relação provada e comprovada pelo calor, mas jamais suficiente próxima para afirmar individualmente que, de fato, o sol é uma estrela – e por acaso são redondas as estrelas? Cada povo encontrou sua explicação para a inter-relação com o sol e o desconhecido. Para os hindus, Brahma. Para os astecas, Quetzalcoalt. Na maçonaria, Sol-om-on. O que se tem, desde sempre, é uma inter-relação com o mistério⁵. Embora possam soar subjetivos, esses termos “desconhecido” e “mistério” são justamente os termos que traduzem a exata sensação de interagir com o que não se vê. Assim como os cristãos costumam cantar que “os céus proclamam a glória de Deus” mesmo sabendo que os céus não passam de astros perambulando pelo espaço, críticos da arte admiram Pietà de Michelangelo e tecem considerações estéticas profundas mesmo sabendo que a obra não passa de um bloco de mármore (PIAZZA, 1976, p. 71).

Cada pessoa poderá substantivar a experiência de céu e de Pietà à sua maneira, mas a experiência só permanecerá viva porque pode ser padronizável⁶, isto é, assim como o artista molda o mármore dentro de um movimento estético, a experiência religiosa – apesar de individual – pulveriza-se no coletivo. Mais do que isso, a experiência religiosa, quando iniciada, cria instintivamente um padrão a ser seguido para que ela volte a se repetir. Da interação entre Emanuel e Yhwh, por exemplo, estabelece-se o cristianismo. Neiva, com Seta Branca, o Vale do Amanhecer. Maomé, com Alá, o islamismo.

É partindo dessas reflexões que passo a entender a necessidade de três conceitos para continuar este estudo: experiência, experiência religiosa e religião. Toda interação humana que envolva o Outro e seu derredor⁷ deve ser chamada de **experiência**⁸. Quando

⁵ De acordo com o Dicionário Aulete, mistério é “tudo que não se pode explicar ou compreender; desconhecido da qual nada se sabe e que desperta curiosidade e/ou receio”. Acesso em 02.04.2017.

⁶ Cf. LIMA, Alceu. A vida sobrenatural e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

⁷ Cf. DILHEy, Wilhelm. *Poetry and experience*. Selected Works. V. Princeton, 1989.

⁸ O termo “experiência” não está sendo empregado segundo sua perspectiva dicionarizada – toda percepção simples de uma impressão externa – mas por seu uso corrente em alemão, *erlebnis*, a “experiência por vivência” (PIAZZA, 1976, p. 56). *Erlebnis* significa ainda “estar ainda presente na vida quando algo acontece”. Em outras palavras, trata-se da essência que não se apreende ao observar uma inter-relação com o desconhecido. Também **não é sinônimo de comunhão**. Este foi proposto pelo antropólogo Bronislaw Malinowski em 1923 e, depois, retomado por Roman Jakobson no contexto de suas seis funções da linguagem, em 1969. Mais tarde, nos anos setenta, o francês Henri Gobard o retomou, mas foi Couto, em 2003, quem o inseriu no contexto dos estudos ecolinguísticos. Para a linguística ecossistêmica, comunhão é um pré-requisito para que os atos de interação comunicativa sejam eficazes. Todo e qualquer um desses atos tem que ser

a experiência se estabelece com o desconhecido, recebe o nome de **experiência religiosa**⁹ (ER); já quando há uma tentativa de reconstituir a experiência individual por meio de sistematizações em meio ao coletivo, tem-se a **religião**.

Não é por acaso que o termo religião sempre aparece como tradução do latim *re-ligare*, isto é, a possibilidade de o homem ser ligado novamente à primeira experiência. É certo que não há povo sem religião¹⁰ porque não há povo sem qualquer tipo de experiência com o desconhecido – seja essa experiência considerada em menor ou maior grau de credibilidade. Levar em conta o desconhecido ao analisar o ecossistema integral da língua e a interação dos falantes entre si e com seu redor é, portanto, necessário, mas não quer dizer fundamental. É disso que se trata o próximo tópico.

3. A proposta de um meio ambiente

Se o ecossistema é conceito basilar da ecolinguística porque é a exata expressão da inter-relação entre um povo (P) que vive em um território (T) e interage verbalmente mediante sua própria língua (L) (COUTO, 2015, p. 54), em qual raiz dessa tríade o *desconhecido* pode encontrar seu lugar? Algum ecolinguista poderia dizer que basta considerar o sagrado sob a perspectiva do Povo, observando a maneira como se articulam as relações de poder e os protocolos místicos nas linguagens por eles utilizadas. No entanto, falar sobre a materialização do desconhecido nos protocolos ainda não é falar sobre o desconhecido em si. Outros poderiam argumentar que tudo existe pela linguagem e trabalhar as nomeações sagradas seria um modo de abordar o desconhecido. Entretanto, de que maneira seria possível considerar as transposições de falantes em novos falantes porque foram assumidos por supostos espíritos, ao observar apenas a maneira como se constrói sua linguagem e vocabulário?

Sob a ótica ecolinguística, necessariamente, uma análise do ecossistema precisa atravessar seus três meios ambientes – natural, mental e social – mesmo que seja apenas

precedido de um relativo estado de comunhão. Nesse sentido, o termo designa uma predisposição para a interação (SCHMALTZ NETO, 2017, p. 82).

⁹ Há o costume de se usar o termo espiritualidade, porém ela não costuma ser palatável aos estudos da religião por ser facilmente associado ao cristianismo ou por ser formulado em termos teológicos, provocando exatamente o que as ciências da religião querem evitar em suas descrições. Cf. DROOGERS, André. *Espiritualidade: o problema da definição*. In: Estudos teológicos. V. 23, n. 2, 1983..

¹⁰ MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Coimbra: Edições 70, 1948.

para descrição. Todavia, aquilo que parece não se encaixar em nenhum dos três pode soar abstrato, reduzível apenas ao meio ambiente mental – e, portanto, inacessível. Caso associemos a tríade ecolinguística à noção de *experiência*, perceberemos que uma religião poderia ser vislumbrada como ecossistema à medida que possui um povo que a experimenta; uma língua/linguagem usada nas inter-relações; e um território fixo onde as experiências acontecem.

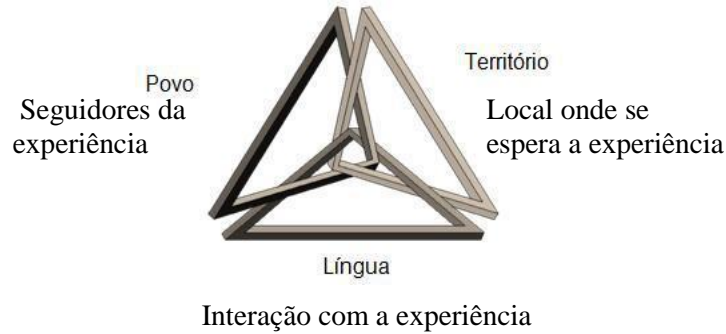


Figura 1. Representação do ecossistema linguístico de uma religião

A tríade ecolinguística poderia funcionar, portanto, como simulacro para compreensão da experiência religiosa ou a experiência religiosa poderia ser percebida como inerente à tríade ecolinguística. A necessidade da experiência permeia os meios ambientes mental, social e natural, mas reconhecer que é possível interagir com o desconhecido constrói as experiências. Em outras palavras, o meio ambiente espiritual seria um quarto elemento observável na tríade, não isoladamente, mas que perpassa todos eles.

O Povo, além de pertencer a uma sociedade e ter um território fixo, também interage com o desconhecido – e a maneira como sucedem essas interações é determinante para compreender sua visão de mundo, linguagem e comportamento. Apesar da relação com o sagrado ser vasta e diversificada, é possível defender que a interação com o desconhecido implicaria em um Falante (F integrante do P) e um Ouvinte (O integrante do desconhecido). Esse ouvinte que só é possível acessar por meio de uma experiência religiosa pode variar de representações humanas a dimensões personificadas.

Nas teorias da religião, o nome que se dá às materializações do desconhecido é chamado de Fato Religioso (FR). Os FRs independem de contexto cultural, mas são fundamentais para distinguir uma religião de outra. No geral, tratam-se de seres espirituais, seres sobrehumanos (deuses), poderes superiores (cura, graça, fogo) e dimensões sobrenaturais que independem de quem interage com eles, mas só se manifestam a partir de uma interação (PIAZZA, 1976, p. 34).

O catolicismo romano, por exemplo, permite a interação santos – estes já mortos, porém acessíveis por meio de preces – enquanto o catolicismo renovado condena a interação com mortos, apesar de enaltecer a interação com Maria – considerada viva e habitante dos céus. O protestantismo permite apenas a interação com Yhwh, mas cede às interações com poderes de previsão do futuro e línguas estranhas. Todos esses fatos configuram uma materialização concreta do que se obter ao inter-relacionar com o desconhecido.

Para acessar os FRs é necessária uma ação, uma atitude religiosa (AR) por parte do falante. Não basta ter o desejo de se inter-relacionar. As ARs, portanto, envolvem práticas que os seguidores da experiência realizam para entrar em contato com os fatos religiosos. Os mais comuns, dentro das religiões que se conhece, são preces, sacrifícios, confissões, meditação, adoração e peregrinação, além de ritos e danças (PIAZZA, 1976, p. 34).

Numa simples representação, esta seria a configuração básica da interação entre o Povo e o desconhecido, isto é, o vislumbre de uma experiência religiosa:

F ----- (O) FR

Figura 2. Funcionamento da experiência religiosa

F: seguidor de uma experiência
---- : atos religiosos
O: ouvinte
FR: fatos religiosos

Tanto os FRs quanto os ARs, apesar de ganharem materialidade pela linguagem do povo num território específico, só são acessíveis porque foram provenientes da experiência inicial (EI) ou primeira experiência de alguém. Este desbravador/a do desconhecido pode até ser realocado como FR, mas sua experiência única o torna elo entre ARs e FRs. Jesus, por exemplo, é fato religioso do cristianismo porque ao seguidor da experiência cristã é permitido interagir com ele, no entanto, esse mesmo Jesus constituiu as configurações cristãs. Interagir com ele, portanto, não significa interagir com a primeira experiência dele há dois mil e tantos anos atrás. Há dois Jesus no cristianismo: o histórico – que morreu e ressuscitou, mas já não está mais na terra – e o espiritual, deus – aquele dos FRs.

No meio ambiente espiritual, a Língua (L) se manifesta por meio de atos religiosos (AR), em um Povo (P) que experiencia a interação fixa em um Território (T). Esse território, no entanto, é coordenado pelos limites estabelecidos pela primeira experiência – aquela

estabelecida pelo sacerdote, pelo humano sortudo – funcionando como uma espécie de moral. Logo, as interações nesse ecossistema são tentativas de retomar essas experiências. O nome meio ambiente espiritual, portanto, é o ambiente ecossistêmico em que se estudam as interações com o desconhecido. Os fatos religiosos (FR) despertam a necessidade da experiência religiosa individual, mas ela só é possível através da experiência inicial (EI). Uma vez que não haverá modo de ter acesso à mesma experiência inicial (EI), pratica-se os atos religiosos (AR), numa tentativa de manter uma inter-relação com a experiência criadora. O meio ambiente espiritual seria um *zoom* dado na inter-relação do Povo que vive no Território e fala uma Língua: trata-se de um olhar afunilado sobre a organização de seu ecossistema.

Claro, se nos concentrássemos apenas sobre as ARs, por exemplo, poderíamos nos apegar ao meio ambiente social, mas apenas trabalhar com as ARs, não levaria em conta a existência do todo que pode ser uma religião ou um meio ambiente espiritual. Como exemplo da aplicação desses conceitos, falaremos no tópico seguinte sobre a religião brasileira sincrética Vale do Amanhecer.

4. Um exemplo

Vistas todas as configurações do meio ambiente espiritual, observemos a religião Vale do Amanhecer. Em 1958, a caminhoneira nordestina Neiva Chaves passou, repentinamente, a ver “seres deformados, sombras, outros bonitos” (CHAVES, 1992, p. 10) enquanto trabalhava. Independente do lugar ou da hora, três espíritos que se auto intitulavam Pai João de Enoque, Mãe Yara e Mãe Tildes conversavam com Neiva e a orientavam a respeito da vida, de outros espíritos, dos problemas dos seres humanos e do futuro da Terra – todos sob o comando de um espírito maior, denominado Seta Branca.

Toda religião se sustenta através da verossimilhança de seus fatos religiosos, cujo cerne deve se justificar a partir de, no mínimo, um mito etiológico, isto é, a explicação misteriosa para a existência do homem, o outro e seu derredor (PIAZZA, 1976, p. 34). Seta Branca, no entanto, é aquele que fecha o mito do Amanhecer, e não seu começo, no Planeta Capela (CAVALCANTE, 2000, p. 50).

A história que se conta é: há 320 séculos uma frota de naves com capelinos desceu à Terra a fim de prepará-la para futuras civilizações e então retornar. No entanto, ao conhecer a fauna e flora, se recusaram a fazer a viagem de retorno e preferiram visitar os planetas

vizinhos da via láctea. Dessa forma, uma nave chamada Estrela Candente foi enviada para matá-los, conduzida por um espírito poderoso, Seta Branca (ZELAYA, 2009, p. 08).

Os capelinos rebeldes, a fim de se esquivar da punição maior, transmutaram-se em outros corpos e possibilidades espirituais, recebendo nomes diversos segundo suas habilidades e territórios: tumuchys, orixás e equitumans. Depois de mortos, reencarnaram em grupos de ciganos medievais ou como gregos, astecas, maias e egípcios – inclusive, as construções de pirâmides são de autoria deles (CAVALCANTE, 2000, p. 52).

Apesar de reviverem em outros corpos, as consequências geradas pela rebelião da primeira visita do povo capelino permaneceram através dos séculos, gerando os males pelos quais passa a Terra e assolam seus moradores, como doenças, fome, conflitos, problemas mentais, vícios e sofrimento, de acordo com Neiva. O Vale do Amanhecer, diante disso tudo, foi fundado para funcionar como um hospital para que os espíritos que não conseguiram retornar à Capela assumam os corpos dos seguidores de Seta Branca, sejam ouvidos, compreendidos e curados (SCHMALTZ, 2017, p. 48).

Dessa maneira, há uma ponte entre os rituais de Tia Neiva e uma Rodoviária Espacial Intergaláctica onde os espíritos podem fazer a transição do mal para o bem, da Terra para Capela e da Capela de volta para o Vale a fim de ajudar os demais espíritos que estão passando por processo espirituais específicos. Os seguidores de Neiva, servos de Seta Branca, são chamados de jaguares e ninfas. Os jaguares e ninfas que são assumidos pelos capelinos rebeldes são chamados de aparás, enquanto os seguidores treinados para dialogar com os espíritos assumidos, doutrinadores. Quando alguém visita a religião em busca de ajuda, recebe o nome cliente (GALINKIN, 2008, p. 36).

O Vale do Amanhecer foi constituído por Neiva em um bairro de Planaltina e hoje tem filiais por todo o mundo. É um exemplo clássico de ecossistema espiritual porque Neiva é a detentora da primeira experiência religiosa, cujos esforços de espalhá-la entre as pessoas fazem com que haja um desejo de retorno à Capela – à primeiríssima experiência. Apesar de poder apreender-se os elementos da tríade ecolinguística, a experienciação em si não se enquadra em nenhum dos meio ambientes de maneira isolada, mas está presente em todos. Ao trazer à tona a noção de meio ambiente espiritual, tornam-se mais palatáveis as análises que podem surgir por meio da observação de seu funcionamento religioso.

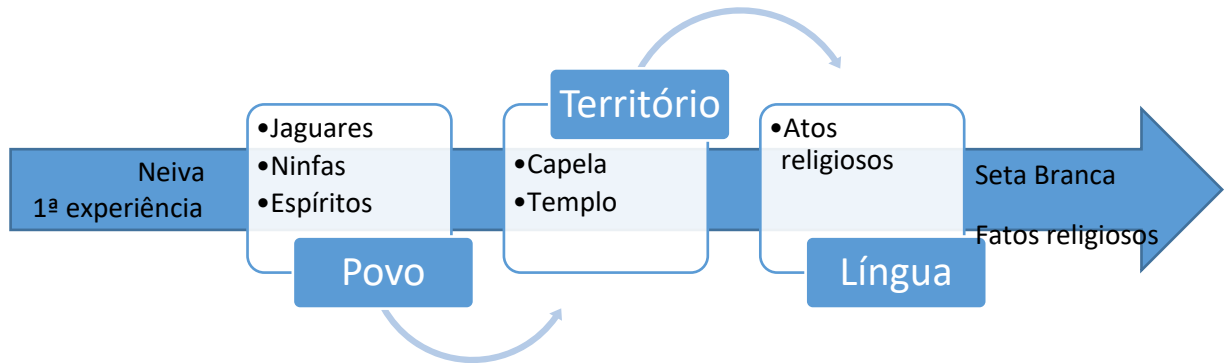


Figura 3. Panorama do ecossistema espiritual Vale do Amanhecer

Portanto, no Vale do Amanhecer, temos jaguares e ninfas operando a Rodoviária Intergaláctica (FR), a partir da experiência inicial de Neiva (EI), responsável pela existência desses jaguares e ninfas, cujos esforços residem em ter uma experiência semelhante e, por isso, seguem atitudes religiosas (AR) semelhantes e ditadas por ela num território delimitado por Seta Branca e considerado sagrado. Eis o meio ambiente espiritual. O falante observado, ao interagir com outro falante que foi assumido por um espírito, passa a ser encarado como um falante que interage com um fato religioso.

5. Orientações

Considerando tudo que foi discutido até aqui, é pertinente estabelecer critérios ou sequências metodológicas para pensar em um meio ambiente espiritual e constatá-lo ou vê-lo emergir diante de uma comunidade religiosa.

O primeiro passo, como prima a Linguística ecossistêmica, é delimitar o ecossistema a ser estudado. A partir dessa escolha, é preciso perceber os elementos da tríade ecossistêmica na comunidade ou no grupo de falantes elegidos para análise. Uma vez que a análise ecossistêmica é holística, facilmente o pesquisador se deparará com elementos que podem ser tanto de cunho mental quanto social e vice-versa, mas o posicionamento inicial é apenas o de identificação da tríade. Fatos e elementos externos àquele ecossistema não devem ser considerados nem descartados. Reserve-os.

O segundo passo é delimitar o território físico da comunidade. Trata-se de uma exaustiva e minuciosa descrição – trata-se de elencar detalhes arquitetônicos, cartográficos e naturais. Em pleno século XXI é possível acessar o sítio *google maps* e ter acesso a fotografias via satélite de qualquer terreno. Lançar mão dos conceitos de sagrado e

profano¹¹ para delimitar os espaços dedicados à espiritualidade e aqueles que não são dedicados a nenhum tipo de inter-relação cósmica, pode ser um caminho prático para se chegar aos limites territoriais. Afinal, nas religiões ocidentais e (boa parte das) orientais, não há experiência com o desconhecido se o território não for conhecido. Esta etapa deixa evidente que não há como pensar os elementos triádicos de modo isolado. O elemento T só terá valor num ecossistema religioso se houver um P que use uma L nele.

O terceiro passo se trata de quantificar as interações que acontecem nos espaços sagrados determinados no território. O mito etiológico da religião determinará que um determinado espaço deve ser usado de uma forma, mas nas inter-relações cotidianas, o pesquisador verificará que o mito – muitas das vezes – é ignorado. Por isso, informações ideológicas da religião como seu mito fundador e influências políticas devem ser “reservadas”. Observar a intensidade de uso daquele espaço do território e quem o usa são primordiais nessa etapa. Estudos da linguística proxêmica¹² são interessantes para verificar o funcionamento interligado dos elementos P e L da tríade ecossistêmica.

Aliás, é durante a observação das interações entre os falantes da comunidade que será possível verificar a Ecologia da Comunicação Interativa (ECI). Nesse ponto, é interessante verificar como as regras de interação (RI) são postas em prática e em que medida algumas delas sofrem modificações e transitam para regras específicas (RE). Detalhes gestuais e fonológicos podem ser fundamentais ou não – a depender da comunidade religiosa estudada. É nesse ponto também que pode ser promissor questionar se as regras específicas não se sobrepõem às padronizadas formando assim uma provável comunidade de fala (CF) ou comunidade de fala artificial (CFA)¹³.

Feitos todos esses procedimentos, o pesquisador terá um vasto panorama de registros e observações com os quais poderá trabalhar. O recorte, independente de qual seja, terá emergido de um conjunto horizontal de apontamentos ecossistêmicos que cooperará para a compreensão do então meio ambiente espiritual. Percebidos os padrões constantes da EIC, começa-se a transpor do meio ambiente natural da língua para o meio ambiente espiritual os detalhes exclusivamente ligados à experiência religiosa.

Se há um Povo, há um Povo que segue a mesma experiência, se há um Território, há mais micro ou macro territórios onde a experiência deve acontecer. Se há uma Língua, há uma

¹¹ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹² KNAPP, Mark; HALL, Judith. *Comunicação não verbal na interação humana*. São Paulo: JSN, 1999.

¹³ SCHMALTZ NETO, Genis Frederico. Sobre o conceito de comunidade de fala: teorias, desdobramentos e reflexões. In: COUTO, Elza K. N. N et. al. *10 anos de ecolinguística no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2017.

linguagem própria causada e provocada pela experiência comum entre os seguidores. Além disso, se há uma experiência comum a todos, há um ser humano que experimentou primeiro o desconhecido e passou a ditar padronizações a partir do que vivenciou: seus padrões – escritos ou oralizados – ajudarão a compor o mosaico a respeito da religião ou da manifestação espiritual que se observa.

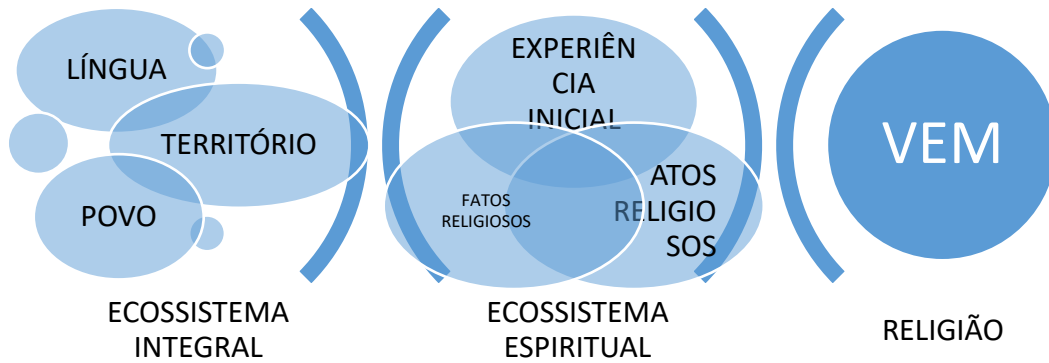


Figura 4. Panorama metodológico para aplicação do meio ambiente espiritual

O trunfo de uma análise ecossistêmica de uma religião, no entanto, está sobre a consistência das observações efetivas dos fatos religiosos (FR) e atos religiosos (AR) do meio ambiente espiritual em questão. É necessário triangulá-los junto à experiência inicial do criador/a e/ou mentor/a daquela sistematização espiritual. É o vislumbre da cumeeira que torna clara a necessidade de valorizar a experiência com o desconhecido. Observá-la apenas de uma janela categórica é ignorá-la e, certamente, afastar-se das constatações necessárias àquele ecossistema.

6. Palavras finais sobre o que se conhece

Há diversos estudos religiosos comparados, místicos e psicanalíticos que lançam mão das religiões como objeto de estudo a fim de melhor compreender seus funcionamentos. O propósito deste também é compreender a religião, mas pela perspectiva da visão ecológica de mundo e sob o respaldo da linguística ecossistêmica, uma vez que – seguindo a metodologia correta – qualquer religião pode ser considerada um ecossistema.

O que se propôs foi uma visão um pouco mais aguçada sobre o ecossistema religioso, levando em conta que se trata de um ecossistema que possui características próprias e possibilita observar elementos não convencionais em outras análises de ecossistemas da

nossa sociedade. Dessa forma, assim como a tríade ecolinguística pressupõe a existência de três meios ambientes, o aspecto religioso pressuporia um meio ambiente dedicado a ele para que o todo seja levado em consideração.

O meio ambiente espiritual é a soma de fatos religiosos e atos religiosos de um Povo que busca experienciar o desconhecido, a fim de repetir a experiência inicial de alguém que já conseguira este feito. No ambiente espiritual, a Língua (L) se manifesta por meio de rituais e atos religiosos, em um Povo (P) que experiencia a interação fixa em um Território (T) com o desconhecido, governado por uma moral. Logo, nesse meio ambiente, a interação seria vista de maneira microscópica, ou seja, como a comunicação ou a rede de interações se atravessa e deixa atravessar as experiências de pertencer. Enquanto a espiritualidade é a experiência do ser humano com o mistério materializado na linguagem, a religião é a dimensão intelectual da espiritualidade.

Não foi meu objetivo abrir uma lacuna no conceito de meio ambiente para justificar a criação descontrolada de meio ambientes todas as vezes que um ecolinguista sentir necessidade de falar sobre um elemento que parece atravessar a tríade. Aliás, meu objetivo foi o inverso: fazer perceber que a tríade ecolinguística está mais interligada e perpassada pelas experiências de interação humanas consigo mesmo e com o derredor que nós imaginamos.

A demonstração rápida dos conceitos discutidos aplicados no Vale do Amanhecer deu-se para fins práticos – para que o pesquisador ecolinguista desejoso de estudar um ecossistema religioso sem engessar os fenômenos espirituais consiga perceber que, de fato, a tríade ecossistêmica não dá conta de tudo, mas serve muito bem à compreensão do todo. No final de tudo, percebe-se que o desconhecido, da inter-relação com o desconhecido, é mais conhecido do que parece. O abstrato, concreto. A interação, sempre interação.

6. Referências

- CAPRA, Fritjof. *Pertencendo ao universo*. São Paulo: Cultrix/Amana, 1991.
- CAVALCANTE, Carmen. *Xamanismo no Vale do Amanhecer: o Caso Tia Neiva*. São Paulo: Annablume. 2000.
- CHAVES, Neiva Zelaya. *Tia Neiva: autobiografia missionária*. Neiva Publicações, Brasília. 1992.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. 2015.

GALINKIN, Ana Lúcia. *A cura no Vale do Amanhecer*. Brasília: TechnoPolitik, 2008.
MARCHI, Euclides. *O sagrado e as religiosidades: vivências e mutualidades*. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 43, p. 33-53, 2005.

PIAZZA, Waldomiro. *Introdução à Fenomenologia religiosa*. Vozes, Petrópolis 1976.

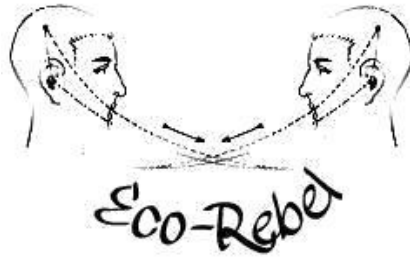
SCHMALTZ NETO, Genis Frederico. *Vale do Amanhecer como comunidade de fala: uma visão ecolinguística*. 2017. 165 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ZELAYA, Carmem Lúcia. *Os símbolos na doutrina Vale do Amanhecer: sob os olhos da clarividente*. Neiva Publicações, Brasília. 2009.

Recebido: 10/06/2018.

Aceito: 05/07/2018.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 4, n. 2, 2018.



RESENHA

FILL, Alwin & PENZ, Hermine (orgs.). *The handbook of ecolinguistics*. Nova York/Londres: Routledge, 2018, 457p.

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/ CNPq)

1. Introdução

Este *Handbook* é a maior coletânea ecolinguística jamais publicada. Ele consta de 29 ensaios, em que praticamente todas as diversas tendências da disciplina estão representadas. Os organizadores devem ter tido um trabalho ingente para juntar todo este rico material e por ter tentado mostrar como os diversos ensaios se articulam, fato que eles mostram na "Introduction" (p. 1-7) escrita por Fill e, até certo ponto, no posfácio, "Ecolinguistics in the 21st century: New orientations and future directions", assinado por Fill e Penz. Trata-se de uma obra monumental, que contém ainda uma "Dedication" (p.

xi) inicial assinada por Francisco Gomes de Matos, entrevistado neste número de ECO-REBEL. Antes da "Introduction" e dos ensaios propriamente ditos, temos uma pequena apresentação ("Contributors", p. xii-xviii) de todos os autores.

Gostaria de começar esta resenha reproduzindo parte do que se lê na primeira página do livro, sob o mesmo título da própria coletânea.

The Routledge handbook of ecolinguistics é a primeira apresentação abrangente do campo da ecolinguística, também conhecida como ecologia linguística. Dividido em três seções que tratam das diferentes áreas da ecolinguística, o *Handbook* começa com capítulos sobre diversidade linguística, minorias linguísticas e línguas ameaçadas, em que os autores discutem as ligações entre perda de língua e de espécies. Ele continua com uma visão geral do papel da língua e do discurso na descrição e invisibilização dos problemas ambientais, ajudando na sua solução. Com discussões sobre novas orientações e tópicos para avançar a exploração do campo, os capítulos da seção seguinte mostram a ecolinguística como ponto de partida para uma nova era científica. Este *Handbook* é um excelente recurso para estudantes e pesquisadores interessados em língua e meio ambiente, contato de línguas e muito mais.

A "Introduction", assinada por Alwin Fill, começa por um breve histórico, partindo do próprio conceito de "ecologia" de Haeckel (1866), seguindo-se um breve apanhado geral da história da ecolinguística, mostrando que o primeiro registro escrito da palavra foi em 1975, com o sociolinguista francês Jean-Baptiste Marcellesi. O autor considera "ecolinguística" um termo guarda-chuva, que alberga diversas orientações. Uma das

orientações é "ecologia das línguas", iniciada por Voegelin & Voegelin e por Haugen. Fala também da "linguística ecológica", que lembraria a linguística ambiental (COUTO, 2017), área que teria começado com a famosa conferência de Halliday no congresso da AILA em 1990. Trata-se de uma visão construcionista da língua (a língua cria o mundo). Uma outra orientação é de cunho mais filosófico, mostrando as interdependências entre língua e meio ambiente e que a ecolinguística pode ser vista como uma baliza para a transdisciplinaridade. O autor conclui mostrando que já existe uma comunidade ecolinguística mundial, em que se sobressaem países como Áustria, Alemanha, Dinamarca, Brasil e, ultimamente, China. A seguir, temos os ensaios teóricos propriamente ditos. A enumeração é um tanto enfadonha, devido a sua extensão, o que infelizmente é inevitável.

2. Os capítulos

A Parte I (**Languages in their Social and Individual Environment**) está subdividida em duas. A primeira (I.A) se intitula *Linguistic and biological diversity: Minority languages and majority languages, endangerment and revival*. Ela compreende 6 capítulos. O cap. 1, "Biological diversity and language diversity: parallels and differences", assinado por T. Skutnabb-Kangas & D. Harmon, trata de um assunto que é uma das áreas preferidas de Harmon, enquanto que Skutnabb-Kangas é muito conhecida como especialista em direitos linguísticos, que estão intimamente ligados à diversidade linguística que, por seu turno, está muito associada à diversidade biológica, tema tratado neste artigo.

O cap. 2, "The ecology of language contact: Minority and majority languages", de A. Bastardas, trata de um dos assuntos iniciais da ecolinguística (contato de línguas), exemplificando basicamente com o contato entre o catalão e o castelhano. Como acontece também com o basco e o galego, há uma relação desigual, pois essas línguas estão perdendo terreno para o castelhano em seus próprios territórios. O cap. 3, "Language endangerment and language death: The future of language diversity", S. Romaine, também trata de línguas minoritárias, mas da perspectiva de sua obsolescência e morte, o que leva à perda de diversidade linguística. A autora apresenta tantas estatísticas que tornam a leitura bastante pesada. O cap. 4 é assinado por um dos organizadores da coletânea, A. Fill, e porta o título de "The economy of language ecology: economic aspects of minority languages". Também ele trata de línguas minoritárias, mas do ponto de vista econômico. Fill começa lembrando que o Reino Unido ganha mais de 10 bilhões de euros dos demais países europeus simplesmente por: 1) "Venda de livros e outros bens relacionados com o inglês; 2) a tradução de livros etc. para o inglês; 3) aproximadamente 700 mil pessoas vão à Grã-Bretanha todo ano para aprender ou aperfeiçoar o seu inglês;

4) muitos britânicos têm empregos fora do país devido a seu conhecimento nativo do inglês, empregos que incluem o ensino de inglês; 5) a não necessidade de ensinar línguas estrangeiras nas escolas britânicas fá-las economizar dinheiro" (p. 56). O autor continua detalhando estatísticas sobre custo e benefício de se manterem línguas minoritárias.

O cap. 5, "Language evolution from an ecological perspective", de S. Mufwene, revela a conhecida posição do autor sobre o assunto. Ele defende a tese de que a língua é equiparável à espécie, não ao organismo. Assim, a dinâmica das populações é um dos seus pontos de partida para explicar a evolução: toda evolução tem a ver com algum tipo de contato (entre línguas, entre dialetos, entre idioletos etc.). Ao lado dessa "ecology of language", ele reconhece também uma "ecologia interna" na língua (81). No cap. 6, Kaplan fala de "Linguistic aspects of language planning", em que o pai da ecolinguística, E. Haugen, era especialista.

A seção I.B da Parte I (*Language Contact -- Bilingualism and Multilingualism -- and Contact Languages*) consta de cinco capítulos. O primeiro, "Individual and societal bilingualism and multilingualism", de S. Ehrhart, trata de dois tipos de bi-/multilinguismo que frequentemente não são distinguidos, ou seja, o individual e o comunitário. A autora aconselha a verificarmos em que (variedade de) língua interagimos nas diversas situações da vida. O texto seguinte, "Linguistic imperialism and the consequences of language ecology", assinado de novo por Skutnabb-Kangas e por Robert Philipson, retoma a questão da interação desigual entre as línguas, com os impositores de línguas dominantes tentando enganar os povos autóctones de que o melhor para eles é abandonar as próprias línguas para "subir na vida".

Em seguida vem o texto de P. Mühlhäusler, "What creolistics can learn from ecolinguistics". O texto se baseia em ideias do autor já divulgadas anteriormente: ele é especialista e pioneiro nas duas. Após defini-las, ele afirma que a ecolinguística pode ser útil à crioulística no que tange à sua ontologia, à variação linguística, à questão da adaptação a novos ambientes e ao conteúdo dos crioulos. Ele critica a crioulística tradicional por superenfatizar as questões estruturais em detrimento de suas propriedades substanciais e peculiaridades lexicais. Na verdade, o que está no título do capítulo não é ecológico porque o que deve haver é o que uma das áreas pode oferecer à outra e vice-versa. De um modo geral, e infelizmente, crioulistas e ecolinguistas têm ignorado um ao outro. O último texto de IB, "Ecosystemic linguistics" de Hildo Couto, trata do assunto central de ECO-REBEL, portanto, não é necessário falar dele aqui.

A Parte II, **The Role of Language Concerning the Environment (Biological and Ecological Sense)**, também está dividida em duas. A primeira, II.A *The Role of Language in Creating, Aggravating and Solving Environmental Problems*, consta de 4 capítulos. O primeiro é "Positive discourse analysis: rethinking human ecological relationships", de Arran Stibbe, que parte da análise do discurso positiva (ADP), proposta por James Martin como um complemento positivo à visão negativa da análise do discurso crítica (ADC) e praticamente todas as demais. Stibbe já vinha fazendo isso desde os seus primeiros ensaios, defendendo a vida dos animais não humanos. O autor acha que simplesmente usar um discurso ecologicamente correto não resolve a questão. Por isso, a 'análise do discurso positiva ecolinguística' -- Martin não falara nesses termos -- prefere alinhar-se com a ecologia profunda de Arne Naess. Nisso, a tese de Stibbe e da ADP coincide em grande parte com a análise do discurso ecossistêmica/ecológica (ADE).

Em seguida vem o texto de Anders Hansen, "Using visual images to show environmental problems". O autor não cita nenhum ecolinguista, mas o próprio título de sua contribuição contém o termo "environmental" (ambiental). Afinal, uma imagem vale mais que mil palavras. Em seguida vem "Investigating texts about environmental degradation using critical discourse analysis and corpus linguistic techniques", de Richard Alexander, pertencente ao grupo austríaco de ecolinguistas. Como muitas outras contribuições na antologia, também esta usa a ADC faircloughiana para tentar desmascarar discursos de empresas poluidoras que querem passar-se por "ambientalmente corretas". O último texto desta seção, "The pragmatics of metaphor: an ecological view", é do conhecido pragmaticista Jacob Mey. Em um estilo bastante "metafórico", ele mostra que as metáforas precisam ser contextualizadas, entendidas ecologicamente, pois seu valor depende dessa perspectiva. No volume 2, número 2, 2016 de ECO-REBEL há um artigo do autor, que pode facilmente ser consultado, dada a dificuldade de encontrar a antologia ora resenhada.

A seção II.B (*How Environmental Topics Appear in Texts and in the Media: Ecological and Unecological Discourse*) começa pelo texto "Lexicogrammar and ecolinguistics", de

Andrew Goatly. Contrariamente a muitos capítulos anteriores e posteriores que são ecológicos apenas pelo objeto, o texto de Goatly é claramente ecolinguístico, pelo menos no sentido do que se pratica no eixo Alemanha-Áustria. Seguindo a teoria linguística de Halliday, Goatly argumenta no sentido de que a "lexicogramática" da língua afeta o modo de os falantes perceberem o mundo bem como o modo de agirem sobre ele, embora sem negar que pode haver influência do mundo na linguagem também, e até uma relação dialética entre ambos. Mai Kuha apresenta um apanhado geral de "The treatment of environmental topics in the language of politics". O capítulo "Eco-advertising: the linguistics and semiotics of green(-whashed) persuasion", de Hartmut Stöckl e Sonja Molnar, está bem descrito no próprio título: as propagandas enganadoras e os recursos linguísticos e semióticos em geral de que lançam mão. Em seguida vem o texto da coorganizadora da antologia, Hermine Penz, "'Global warming' or 'Climate change'"? Entre outras coisas, ela mostra que "aquecimento global" não é a mesma coisa que "mudança climática". Reportando-se ao ex-presidente americano Al Gore, mostra que a segunda expressão pode ter mais impacto entre os leigos. Como sempre, ressalta o papel da mídia na (des)conscientização do público sobre o assunto. Penz é da mesma universidade que Fill e tem colaborado com ele há muito tempo, como na organização de eventos e publicação de coletâneas de cunho ecolinguístico. O último texto desta seção é "Media reports about natural disasters: an ecolinguistic perspective", do ecolinguista alemão Martin Döring. Além de mostrar a perspectiva ecolinguística sobre o assunto, Döring apresenta uma nova ramificação para a análise do discurso crítica (ADC), que é a análise do discurso ecocrítica (ADEC), ou ECDA pela sigla em inglês. O ensaio é bem interessante do ponto de vista teórico-metodológico.

A seção II.C (*How do Language and Discourse Transport Ecological and Unecological ideas?*) se inicia pelo texto de Guy Cook e Alison Sealy intitulado "The discursive representation of animals", uma linha de investigação que tem sido relativamente bem explorada por ecolinguistas como Arran Stibbe e o jovem ecolinguista argentino Diego Forte. De um modo geral, o tratamento e o discurso sobre animais é amplamente antropocêntrico, frequentemente antropomorfizando os animais. A posição dos autores é muito próxima da da ecologia profunda de Arne Naess (1912-2009). Em seguida vem "Euphemism for killing animals and for other forms of their use", de Wilhelm Trampe, que teve uma fazenda ecológica por alguns tempos na Alemanha. O autor mostra que além de eufemizar a matança de animais usando palavras como "abate" ou "processamento", eles são tratados como coisas (objetos), não como seres vivos (sujeitos). Trampe é autor do primeiro livro autoral de ecolinguística (*Ökologische Linguistik*, 1990) antes da introdução à ecolinguística de Alwin Fill, mencionada mais abaixo. O texto seguinte é "Overcoming anthropocentrism with anthropomorphic and physiocentric uses of language", de Reinhard Heuberger. Como os dois textos anteriores, o de Heuberger também trata de como a natureza e, sobretudo, os animais são tratados na língua. De um modo geral, o que predomina no nosso modo de ver os animais é o antropocentrismo, de acordo com o qual todos os animais são julgados segundo sua utilidade, perniciosidade e periculosidade para nós. A propósito, vale a pena consultar o texto em português de Matthias Jung em *ECO-REBEL* v. 4, n. 1, 2018. O último texto desta seção é "Ecolinguistics and place-names: interaction between humans and nature", de Joshua Nash. Apesar do título já mostrar que ele também tem a ver com a relação entre os humanos e a natureza, o presente texto trata de um assunto inteiramente diferente, a toponímia, em que o autor fez seus estudos de pós-graduação e publicou um livro (*Insular Toponymies Place-naming on Norfolk Island, South Pacific and Dudley Peninsula, Kangaroo Island*. Amsterdam: Benjamins, 2013). Ele mostra a utilidade da abordagem

ecolinguística aos estudos toponímicos devido a sua abordagem holística. Infelizmente, o autor acha que é pioneiro nessa abordagem, ignorando que Couto (2007: 250-259) já havia incluído a toponímia nos estudos ecolinguísticos, mostrando as similaridades e diferenças que há entre esse processo e o dar nome a plantas, animais e pessoas, enfim, como tudo isso lança luz sobre o processo da referência, um das faces da linguagem (a outra é a comunicação).

A Parte III (**Philosophical and Transdisciplinary Ecolinguistics**) contém 5 capítulos. O primeiro é "The ethics of scientific language about the environment", de Brendon M. H. Larson. Iniciando com os conceitos de holoceno (a época geológica presente) e antropoceno (época do início do impacto da atividade humana na geologia da terra e nos ecossistemas), Larson discute o papel da ética no discurso científico sobre nossa relação com o mundo. O segundo texto, "Ecolinguistics and education", de George M. Jacobs, fala da educação ambiental na época do antropoceno, salientando a posição da UNESCO sobre o assunto em 1976, que é necessário praticar-se uma pedagogia crítica, dialógica no contexto de um pensamento crítico. Ele mostra o papel da agricultura na educação ambiental, fala dos custos de uma agricultura de larga escala. Neste mesmo volume da revista há um artigo de Jacobs. Em seguida, vem o capítulo "The microecological grounding of language: how linguistic symbolism extends and transforms the human ecology", de Sune Vork Steffensen. Steffensen pertence à chamada Escola Ecolinguística de Odense (Dinamarca), cujos iniciadores são Jørgen Døør e Jørgen Christian Bang, que não estão presentes nesta antologia. Contestando tanto aqueles que criticam a separação cartesiana corpo-mente quanto os que veem a linguagem/o discurso como desligados do mundo, ele apresenta uma proposta compatível com a da linguística ecossistêmica, que vê a língua como pertencendo ao domínio do social, do mental e do natural. Do ponto de vista teórico, é um dos capítulos mais interessantes. O capítulo "Transdisciplinary linguistics: ecolinguistics as a pacemaker into a New Scientific Age" é de Peter Finke, um dos autores em que a linguística ecossistêmica se baseia e que é citado por Steffensen. Finke fala de uma "era transdisciplinar", em que a ecolinguística tem grande chances de representar um papel decisivo, contanto que não fique apenas discutindo nosso uso da linguagem. Nos comentários retomarei este autor. O último capítulo desta parte, e da antologia, é "Religion, language and ecology", de Todd LeVasseur. Pode-se ver no próprio título que o autor discute as "interfaces" entre religião-natureza/ecologia para o que a ecolinguística pode ser um instrumento bem adequado.

A Parte IV (**New Orientations and Future Directions in Ecolinguistics**) na verdade não é uma nova Parte, dividida em capítulos como as demais, pois consta apenas de uma retomada do apanhado geral do livro pelos organizadores, Alwin Fill e Hermine Penz, sob o título de "Ecolinguistics in the 21st century: new orientations and future directions". Este posfácio dos organizadores da coletânea complementa a Introduction assinada apenas por Fill. No posfácio eles apontam para diversas áreas de pesquisa a que a ecolinguística já vem se dedicando, mas, sobretudo, aquelas a que ela poderia e poderá se dedicar. Lá para o final do texto, os autores afirmam que "a ecolinguística é vista como uma visão de mundo unificada", o que é um dos postulados centrais da linguística ecossistêmica de que ECO-REBEL é o porta-voz.

3. Comentários

Como já dito, a seção anterior desta resenha foi minuciosa e até certo ponto enfadonha, alinhando todos os textos que compõem o livro. No entanto, isso se fez necessário devido à orientação que ECO-REBEL imprime em suas resenhas: apresentar uma visão de conjunto da obra, e não meramente uma avaliação crítica dela. Esse aspecto será

considerado na presente seção. Mas, antes de passar aos comentários, gostaria de acrescentar, ao que já foi dito, que cada capítulo termina não apenas com as tradicionais Referências; ele contém também uma pequena lista de "Further Readings" (Leituras complementares).

Aqui eu vou comentar apenas a organização do livro; não vou entrar no conteúdo específico dos capítulos, o que já foi parcialmente feito na seção anterior. De qualquer forma, é bom lembrar que logo no início do posfácio "Ecolinguistics in the 21st century: new orientations and future directions", Fill e Penz afirmam que "em 2017, ela [a ecolinguística] comemora seu 45^o aniversário -- se considerarmos o artigo de Haugen de 1972 como seu começo" (p. 437). Ao dizer isso, Fill está se mostrando bastante modesto, pois, se é verdade que Haugen é o pioneiro e o "pai" da ecolinguística, o verdadeiro iniciador do movimento ecolinguístico mundial é o próprio Alwin Fill, com seu *Ökologlinguistik: Eine Einführung* (Tübingen: Gunter Narr, 1993), ou seja, *Ecolinguística: uma introdução*, além de obras preparatórias anteriores e posteriores bem como os diversos eventos e publicações coletivas de que foi o principal participante.

A esmagadora maioria dos textos incluídos na antologia trata de questões ambientais. Doze entre eles o fazem diretamente, são análises de textos-discursos ambientais, de uma forma ou de outra. Uns três o fazem indiretamente, de modo que são uns 15 falando do assunto, entre os 28 da coletânea, ou seja, mais da metade. Nenhuma outra área se vê tão bem representada como essa. Alguns desses textos enfatizam "discursos/narrativas sobre questões ambientais", outros mostram como isso está embutido no próprio "sistema da língua", ou melhor, na "lexogramática", de acordo com a terminologia de Halliday. Vale dizer, alguns procuram pelo que há de meio ambiente na língua, outros vão na direção contrária, ou seja, até que ponto nossa língua direcionaria nosso modo de vê-lo. Uns seis textos falam de aspectos teóricos da ecolinguística, como os de número 5, 9, 10, 14, 26 e 27. Sobre diversidade bi-/multilinguismo, há uns cinco textos.

A distribuição dos autores por países, em termos de quantidade, mostra que ela está mais bem representada nos países germânicos. Os não germânicos da coletânea só aparecem com um autor por país.

- Áustria 6
- Inglaterra 6
- EUA 5
- Dinamarca 4
- Alemanha 3
- Austrália 2
- Brasil, Canadá, Cingapura, Espanha, Luxemburgo --> 1 autor em cada um deles.

Em alguns desses países há ecolinguistas que não estão na antologia, entre eles, Mark Garner (Inglaterra), Pere Comellas, Carmen Junyent, Teresa Moure (Espanha), Rui Ramos e Adelaide Ferreira (Portugal), além de outros na Indonésia, no Irã, na Nigéria, na China etc. Na China a ecolinguística está despontando tardiamente, mas com muito vigor. Sabemos que é extremamente difícil classificar por áreas uma quantidade tão grande de textos. De qualquer forma, eu veria outras possibilidades de distribuição de alguns deles. Por exemplo, o capítulo número 10 (sobre linguística ecossistêmica) deveria vir na mesma seção que o de número 27 (que também parte do conceito de ecossistema). Outros ensaios poderiam ser juntados em uma seção sobre teoria, como é o caso dos de número 5 (evolução), 9 (comparação de ecolinguística com crioula), 14 (o uso de metáforas), 26 (parte da biologia, da psicologia e a teoria de Maturana) etc. No entanto, isso não desvaloriza a coletânea, que é uma obra de suma importância para a divulgação da ecolinguística em nível mundial.

É bem verdade que outras coletâneas ecolinguísticas já foram publicadas: no eixo Alemanha-Áustria saíram pelo menos umas sete; na Inglaterra foram umas três; no Brasil, quatro. A quarta coletânea brasileira é Couto, Couto, Araújo & Albuquerque (2016), resenhada em ECO-REBEL v. 2, n. 2, 2016, por Cecília Mollica e Daillane Avelar. O fato é que a antologia aqui resenhada, *The Routledge handbook of ecolinguistics*, é a maior já publicada em todos os tempos e em todos os lugares. É uma obra monumental, que pode ser usada, só ela, para um curso de ecolinguística de vários anos. Estão de parabéns os organizadores, os autores e a editora por porem à disposição dos leitores uma obra de tal envergadura.

Referências

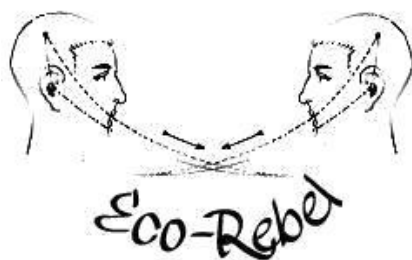
COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. *Linguística ambiental*, 2017. Disponível em:

<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2017/03/linguistica-ambiental.html>
(acesso: 07/02/2017).

_____; COUTO, Elza; ARAÚJO, Gilberto; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: EDUFG, 2016.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 4, n. 2, 2018.



MINIRRESENHAS

Os Organizadores

Pere Comellas-Casanova. *Contra l'imperialisme lingüístic: a favor de la linguodiversitat*. Barcelona: La Campana, 2006, 186.

Embora o título não o especifique, trata-se de um livro inteiramente ecolinguístico, publicado um ano antes de aparecer o primeiro livro de ecolinguística no Brasil. Ele fala da diminuição da linguodiversidade como sendo algo ruim, uma vez que a língua é um bem cultural sem o qual sequer poderíamos fazer ciência. A diversidade linguística representa também mais possibilidades de se pensar o mundo e de se pensar em geral. Compara língua e espécies vivas, como faz Salikoko Mufwene, salientando que não há línguas sem falantes, como postulado pela linguística ecossistêmica. Nos capítulos finais, discute a questão do "custo" que representa a valorização da linguodiversidade (multilinguismo). Como se sabe, os estados gostariam que seu domínio fosse monolíngue, apenas com a língua estatal. Ele não discute a questão do catalão na Espanha como faz seu colega na Universitat de Barcelona, Albert Bastardas Boada, em seu livro *Ecologia de les llengües* (Barcelona: Proa, 1996), mas, indiretamente, tudo que ele diz se aplica a essa situação. O livro de Comellas está escrito em catalão, o que poderia dificultar a leitura para os brasileiros, mas com um pouco de esforço é possível lê-lo. Eis o nome das 9 seções (cada uma com vários capítulos) em que o livro se divide:

1. La creixent disminució de la diversitat lingüística
2. Les llengües, un bé cultural
3. Les llengües i la ciència
4. La diversitat lingüística, garantia de la diversitat del pensament: llengües i visió del món
5. Les llengües també són poesia
6. Llengües i espècies: l'ecologisme lingüístic
7. Diferents llengües, diferents identitats
8. El mal de llengua
9. Són cares de mantenir, les llengües?
10. Conclusions

É um livro que vale a pena ser lido pelos ecolinguistas.

* * * * *

Mario Luís Monachesi Gaio. *Etnicidade linguística em movimento: Os processos de transculturalidade revelados nos brasileirítalos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora*. Berlim: Peter Lang, 2018.

Esse livro é uma reprodução *ipsis litteris* da tese homônima defendida na Universidade Federal Fluminense em 2017. Registramos o aparecimento do livro porque ele foi

publicado por uma grande editora alemã. A tese está resenhada por Elza Kioko N. N. do Couto em *ECO-REBEL* v. 3, n. 2, 2017, p. 89-94. Disponível em:
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/26594/18839>

* * * * *

Minirresenhas de e-books ecolinguísticos disponíveis no site

Linguística Ecolinguística:

Hildo Honório do Couto. *Contato interlinguístico: da interação à gramática*. Detalhadamente resenhado em *ECO-REBEL* v. 4, n. 01, p. 159-169, 2018, por Mario L. M. Gaio. Disponível em:
<http://www.ecoling.unb.br/images/e-book-Forma.pdf>

* * * * *

Zilda Dourado. *Ecosistema cultural: as inter-relações entre língua, corpo e cultura na roda de capoeira*. Brasília: PPGL, 2018 (<http://www.ecoling.unb.br/images/2---Zilda.pdf>).

O sumário deste livro já dá uma ideia do que ele trata. Ei-lo:

Sumário

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

1. ECOLINGUÍSTICA: O ESTUDO DAS INTERAÇÕES ENTRE LÍNGUA, POVO E TERRITÓRIO

1.1. Breve histórico da Ecolinguística

1.2. Principais conceitos da Ecolinguística: ecossistema linguístico, comunidade e ecologia da interação comunicativa

2. O ECOSSISTEMA CULTURAL: AS INTERAÇÕES ENTRE LÍNGUA, CORPO E CULTURA

2.1. A proposta do Ecosistema Cultural

2.2. Princípios metodológicos do Ecosistema Cultural

3. O ECOSSISTEMA CULTURAL APLICADO À RODA DE CAPOEIRA

3.1. O trajeto histórico da formação dos grupos de capoeira no Brasil

3.1.1 Sobre o cenário

3.1.2 Sobre o fluxo interlocucional da roda de capoeira

3.1.3 Sobre as regras interacionais

3.1.4 Sobre as regras sistêmicas e os gêneros

3.1.5 Sobre a comunhão

3.2 O corpo e a corporeidade da roda de capoeira angola

3.3 O meio ambiente social do ecossistema cultural

3.4 O meio ambiente natural do ecossistema cultural

3.5 O meio ambiente mental do ecossistema cultural

3.6 A simbologia da roda de capoeira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

* * * * *

Davi Borges de Albuquerque. *Ensaio de ecolinguística teórica e aplicada*. Brasília: PPGL, 2018 (<http://www.ecoling.unb.br/images/3---Davi-.pdf>).

Resultante de uma coletânea de artigos publicados anteriormente, o livro começa tratando de aspectos teóricos e metodológicos da ecolinguística, inclusive da análise do discurso ecossistêmica (ADE), anteriormente chamada de 'análise do discurso ecológica'. Apresenta em seguida uma descrição dos três ecossistemas linguísticos de Timor-Leste, bem como uma série de passos sobre como se deve analisar o impacto de uma língua estrangeira e das tecnologias sobre uma ecologia autóctone. Trata também dos atos de interação comunicativa (AIC), como ponto de partida para tudo na linguística ecossistêmica. Há uma proposta para uma análise ecolinguística do contato de línguas e aplicação dessa proposta no estudo ecossistema de Timor-Leste. Um capítulo inteiro é dedicado ao conceito de 'dinâmica e línguas', conceito utilizado principalmente no funcionalismo, e sua contribuição para a linguística ecossistêmica. Em seguida mostra o lugar da língua portuguesa neste ecossistema, incluindo-se um breve apanhado dos reflexos de tudo isso na literatura leste-timorense. A sistema linguístico, ou seja, uma síntese a gramática da língua tétum, é apresentado e relacionado ao ecossistema a que pertence; de certa forma um acaba por influenciar o outro, como sugerem os exemplos apresentados. O livro termina com uma avaliação da "Ecologia da mudança lexical do português de Timor-Leste" e como as mudanças nesses níveis podem ser explicadas por meio do ecossistema mental da língua e dos conceitos de adaptação e evolução linguísticas. Os capítulos não foram meras reproduções de artigos já publicados; eles foram modificados para evitar repetições, criar um nexos entre os capítulos e atualizar algumas referências, porém, sem alterar a natureza dos resultados iniciais neles apresentados.

* * * * *

Elza do Couto; Davi Albuquerque; Gilberto Araújo (orgs.). *Da fonologia à ecolinguística*: Ensaio em homenagem a Hildo Honório do Couto. Brasília: PPGL, 2018. Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/4---Hildo.pdf>

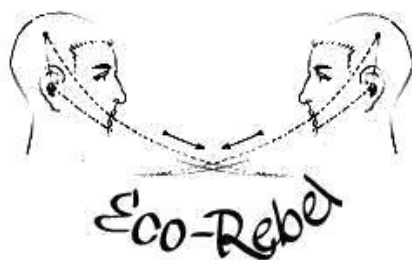
A primeira edição desse livro fora publicada em Brasília, por Thesaurus Editora, 2013. Ele consta de ensaios escritos por pesquisadores do Brasil e do exterior nas áreas em que o homenageado atuou durante sua carreira acadêmica. São elas: Fonologia (com três ensaios), Línguas Crioulas e Contato de Línguas (cinco ensaios) e Ecolinguística (oito ensaios), além de uma seção inicial com três depoimentos sobre ele e uma seção final de resenhas de alguns de seus livros mais relevantes (seis resenhas). Eis as contribuições na área da Ecolinguística:

1. Ecologia do contato linguísticos em Manbae, Timor-Leste, de Davi B. Albuquerque;
2. Ecolinguistics: the history of a green idea for the study of language, de Alwin Fill;
3. The ecology of language: some evolutionary perspectives, de Salikoko Mufwene;
4. The dialectics of ecological experiences: an essay in eco-linguistics with deixis analysis of a newspaper text commenting the Rio '92-Summit on the human environment, de Jørgen Døør & Jørgen Chr. Bang;
5. Da gramática pragmo-ecológica à ecolinguística, de Adam Makkai;

ECO-REBEL

6. O papel do ambiente no 'Roteiro para a Ciência' presidencial em Portugal: imagem e poder, de Rui Ramos;
7. A semântica lexical vista pela ecolinguística, de Elza Kioko N. N. do Couto & Gilberto P. de Araújo;
8. La contribución de la etnozoología para la ecolinguística, de Eraldo M. Costa Neto & Dídac Santos Fita.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 4, n. 2, 2018.



ENTREVISTA COM ECOLINGUISTAS

Alwin Frank Fill

(Karl-Franzens-Universität Graz)

Brief Presentation

Alwin Frank Fill is Professor Emeritus of English at Graz University (Austria). He studied English and Latin at the University of Innsbruck and undertook further studies at Queen's College (University of Oxford, UK) and at the University of Michigan (Ann Arbor, USA). His main research interests are ecolinguistics, language and suspense, the impact of language and linguistics for kids. He has published books on all these topics, most recently *The language impact: evolution, system, discourse* (2010) and *Kinder- und Jugendlinguistik* (2014). His books on ecolinguistics include *The ecolinguistics reader* (ed. with P. Mühlhäusler, 2001) and *Sustaining language: Essays in Applied Ecolinguistics* (ed. with Hermine Penz, 2007). Einar Haugen is justly considered the "father" of ecolinguistics, but he who kicked off its spread all over the world was Alwin Fill. In regard to Brazilian Ecolinguistics, he sent some Introductory Words to be read at the I EBE (1st Brazilian Meeting on Ecolinguistics, University of Brasília, 2012), which were published with a selection of the papers presented in *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 13, n. 1, 2013, available in paper and at <http://periodicos.unb.br/index.php/les/issue/view/833> His second collaboration was the Preface he wrote for the book containing the papers presented during the meeting "10 Years of Ecolinguistics in Brazil" (Campinas: Pontes, 2017). He has papers in at least three other Brazilian publications. Finally, he attended the IV EBE (4th Brazilian Meeting on Ecolinguistics, held at the Federal University of Fortaleza, Brazil, in June 25-27, 2018, as a key-note speaker. He had a very active participation in this event.

Breve Apresentação

Allwin Frank Fill é Professor Emérito de Inglês na Universidade de Graz (Áustria). Ele estudou Inglês e Latim na Universidade de Innsbruck e fez os demais estudos no Queen's College (Universidade de Oxford, RU) e na Universidade de Michigan (Ann Arbor, EUA). Suas principais áreas de interesse são ecolinguística, língua e suspense, o impacto da língua e linguística para crianças. Ele publicou livros sobre todos esses tópicos, sendo o mais recente *The language impact: evolution, system, discourse* (2010) e *Kinder- und Jugendlinguistik* (2014) (Linguística para as crianças e para a juventude). Seus livros sobre ecolinguística incluem *The ecolinguistics reader* (org. com P. Mühlhäusler, 2001) and *Sustaining language: Essays in Applied Ecolinguistics* (org. com Hermine Penz, 2007). Se Einar Haugen é com justiça considerado o "pai" da ecolinguística, quem deu o pontapé inicial na propagação da disciplina em todo o mundo foi Alwin Fill. No que tange à ecolinguística brasileira, ele enviou umas Introductory Words (Palavras Iniciais) que foram lidas durante o I EBE, na UnB, em 2012. Elas foram publicadas com uma seleção das comunicações em *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, 2012, disponíveis em papel e em <http://periodicos.unb.br/index.php/les/issue/view/833> Sua segunda

ECO-REBEL

colaboração foi o Prefácio que escreveu para o livro comemorativo dos "10 Anos de Ecolinguística no Brasil" (Campinas: Pontes, 2017). Fill tem ensaios em pelo menos mais umas três publicações brasileiras. Finalmente, ele participou do IV EBE (UFC, Fortaleza, 25-27 de junho de 2018) com a palestra de abertura. Fill teve uma participação bastante ativa no evento.

Interview

- **ECO-REBEL:** Professor Fill, how did you come to Ecolinguistics? Does it have to do with your previous activity in Applied Linguistics?

Alwin Fill: Yes, but not just that. I read Benjamin Lee Whorf's book *Language, Thought and Reality* (ed. J. B. Carroll) in the late 1960's, when I was about 28 years of age and began to realize the power of language. I had already finished my doctoral dissertation, which was about William Somerset Maugham, in other words, about a literary topic. My experience in the Austrian Alps dates back to the early 1960's, when I was making ski tours in the Tyrolean mountains. In the late sixties, several ski tours became uninteresting, because lifts were being built up the mountains ("the mountains were developed/opened up", in German "erschlossen"). In 1971 I founded the Tyrolean Alpine Protection Club, of which I was president as long as I was in Innsbruck. When I went to Graz (1980), someone else took over the presidency. The Alpine Protection Club had some successes; it still exists. I became angry about the felling of trees to make ski runs and to build lifts up the mountains, which was euphemized by calling it 'mountain development'. Thus, I began to think about the role of language in the destruction of nature, and I even founded an 'Alpine protection Club'. I began to give talks about this and to write about it in Austrian journals. It was probably Norman Denison (then professor of linguistics at the University of Graz), who suggested to me writing about this topic by using the term 'ecological linguistics'.

- EC: How would you define Ecolinguistics? Is the definition given in Fill (1993: p. 4) still valid? Would you add anything to it?

- AF: On the whole, I still agree with this definition. Perhaps I would add that ecolinguistics does not just study interaction, but that language itself is interaction (do Couto, 2017: 149).

- EC: In Fill (1987: *Wörter zu Pflugscharen*) you said that the study of language structure (which you called "morphological") was relatively well done already and that from then (1987) on Linguistics should look at language from an ecological view. What did you mean with "ecological view" (*ökologische Betrachtungsweise*)?

AF: When writing that book (1987: p. 11), I saw an ecological view of language as investigating linguistic aspects of peace and conflict as well as the role of language in the relation between humans and nature. Today, I would add all topics connected with the interrelation between languages and the mutual impact they have on each other.

ECO-REBEL

- EC: The physicist-turned-ecologist Fritjof Capra also talks about an "ecological view of the world". Does his view have any affinity with yours? What you said in *Wörter zu Pflugscharen* seems to imply the exclusion of "morphological" questions.

AF: To have an "ecological view of the world" is one of my aims, which I have not yet fully attained. By excluding "morphological" questions, I meant questions of language structure and the question of "correct" or "incorrect" use of language, which I do not consider to be ecological. I totally agree with Fritjof Capra when he suggests teaching young people "ecoliteracy", i.e. awareness of ecological problems and the role language plays in creating this awareness.

- EC: If Ecolinguistics were to follow the ideas put forward by Edward Sapir (1884-1939) in his famous essay "Language and environment" (1911) would it have to investigate only the relationships between language and the world (reference, description etc.)?

AF: I do not think so, because Sapir in his essay discusses a great number of native American languages (e.g. Kwakiutl, Nootka, Salish, Tsimshian etc.) and shows how differently these languages express, say, activities taking place on the beach from our 'SAE' languages. He also mentions some differences between these 'Aboriginal American' languages. Thus Sapir also expresses thoughts concerning language interaction which could later be found in the Voegelins' and Haugen's publications of the 1960's and 1970's.

- EC: Would Claude Hagège's (1985: 328) proposal go in the same direction?

AF: Claude Hagège wrote about the monocultural linguistic policies of the French Revolution, which wanted to do away with dialects, which were considered barriers to free commerce. Hagège (1985: 203) calls Charles Nodier, who in 1834 criticized this linguistic centralization, the first ecologist of language (cf. do Couto, 2017: 150). This is in keeping with modern Ecolinguistics, although in later sections of his book, Hagège has a different conception of Ecolinguistics from our modern one. As far as I remember, for him Ecolinguistics should investigate how geographical particularities, human accommodation/housing and elements of the cosmos are integrated into language (German edition, p. 256). This does not sound like modern Ecolinguistics.

- EC: What about Einar Haugen's (1972) agenda for a future and then not-yet-named Ecolinguistics?

AF: In Haugen's 10 "ecological questions" (at the end of his paper), he mentions a great number of topics which a future Ecology of language could deal with. Among these are the 'classification' of a language in relation to other languages; the 'domains of use' of a language, its 'internal varieties', 'concurrent languages', 'written tradition' etc. It is a little surprising to me that he asks these questions "for any given language", and only the last question (10) is really ecological since it asks "where the language stands and where it is going in comparison with the other languages [!] of the world."

-EC: What do you think about Peter Finke's position? As far as I know, he looks at language phenomena from a holistic perspective, and from an ecosystemic perspective.

ECO-REBEL

AF: Peter Finke no longer sees Ecolinguistics as a discipline of linguistics, but (on the meta-level) he asks the question “What is the impact of Ecolinguistics on the human mind and consequently on human action concerning Nature and Culture?” For him, the “disciplinary age is ending”, and Ecolinguistics may well lead to “abandoning the ivory tower of isolated disciplines” (Finke, 2017: 408) and be a pacemaker towards a transdisciplinary future. Finke takes an ecosystemic perspective in so far as he writes that “ecological systems not only exist in the natural environment, but also in cultural, social and psychic environments” (ibid.). He also deplores the use of (American) English as the *lingua franca* of science and thus agrees with Phillipson’s critique of ‘language imperialism’.

-EC: In other words, do you still think that Ecolinguistics should restrict itself to questions of environmentalism, minorities, growthism, anthropocentrism and similar subjects?

AF: I no longer think so: following Finke, Ecolinguistics will more and more move on to the meta-level, where also Gregory Bateson’s “ecology of mind” will be one of its topics, which says that “evolution did not stop with the development of physical ecological structures”, but is also taking place in the psychic dimension of the world (Finke, 2017: 409).

-EC: If the answer to the previous question is affirmative, don't you think that those subjects could just as well be dealt with by sociologists, philosophers (deep ecology), journalists, literary critics and so on?

AF: Not really, because they would deal with them from their disciplinary perspectives, whereas Ecolinguistics brings in the transdisciplinary dimension concerning all these topics.

-EC: For example, someone who uses Norman Fairclough's theory (or a similar model) to analyse texts-discourses that have to do with environmentalism – or the the other questions pointed out above – is he doing Ecolinguistics? Could Ecolinguistics be defined only by the object of study?

AF: Personally, I do not think that Norman Fairclough’s model of Critical Discourse Analysis could deal with environmental texts in any way ecologically. Among the questions he asks concerning the lexical level, the level of grammar and the textual level, there may be one or two which could be applied to environmental texts (e.g. “Are there euphemistic expressions?”), but nearly all the others are only meant to show how texts and their authors exert power over us. Ecolinguistics cannot be defined only by the object of study, but rather by the systemic world-view behind it, viz. interaction in an ecosystem and maintaining diversity.

-EC: If a specialist in any social science can do the job, wouldn't Ecolinguistics be unnecessary, as Joshua Nash once asked?

AF: The transdisciplinary dimension that Ecolinguistics brings in is something that no social scientist could equalize. To my mind, Ecolinguistics will never be unnecessary, but will become more and more important, since it tries to answer the question “Do linguistic

ECO-REBEL

patterns affect the survival and wellbeing of the human species as well as of other species on Earth?"

-EC: In the Brazilian version of Ecolinguistics (Ecosystemic Linguistics), ecological terms are not used as mere metaphors; they are taken literally, beginning with "linguistic/language ecosystem", which contains all the ingredients of biological ecosystem, as can be seen in Couto's contribution to the monumental *The Routledge Handbook of Ecolinguistics* you edited with Hermine Penz. We do Linguistic Ecology (*Sprachökologie, Ökologie der Sprache*), not only Ecological Linguistics (*ökologische Linguistik*). Do you think this is too far-fetched, too "biological"?

AF: Ecosystemic Linguistics does not seem to me to be too "biological". On the contrary, it comprises practically all topics dealt with by other ecolinguistic approaches. It makes a distinction between Exoecology and Endoecology of Language. While Exoecology of Language studies the topics dealt with by other ecolinguists (including myself), Endoecology of Language opens up a new field by studying syntax, morphology, semantics, phonology and lexicology from an ecological point-of-view. Ecosystemic Linguistics sees all these areas as "organic networks of relationships" (do Couto, 2017: p. 158). I see Ecosystemic Linguistics as one of the "future horizons" of Ecolinguistics.

-EC: Or should we use only ecological-philosophical concepts, for instance, the ones of deep ecology?

AF: I do not think so. I am not an adherent of deep ecology. Using only eco-philosophical concepts would make ecolinguistics an area of philosophy and would take away its relation to problems of the real world.

-EC: What future do you see for Ecolinguistics in the years to come?

AF: Ecolinguistics will deal with new topics such as text-image combinations, films and TV programs, but its most important future will be (1) to investigate the ecological relation between Ecolinguistics itself and its effect on human thought and action, which could be said to form a new 'ecosystem', and (2) its influence on political and economic decisions. Ecolinguistics could thus become a science which creates peace through language – in the sense of Francisco Gomes de Matos.

-EC: What about countries like Brazil, China, Indonesia and Iran, where Ecolinguistics is emerging with great strength?

AF: Brazil is already in the front row of ecolinguistics, and China is developing its own 'school' of Ecolinguistics, which takes in ideas of Daoism. China (with its many languages and its environmental problems) is a country in which Ecolinguistics should (and will) play a particularly important role. I have not yet followed the development of Ecolinguistics in Indonesia and Iran, but I am sure these and other countries will also one day be part of the "ecolinguistic community".

-EC: Since you took part in the IV EBE (4th Brazilian Meeting on Ecolinguistics) in June/2018, what is your opinion about Ecosystemic Linguistics?

AF: Modern Ecosystemic Linguistics was founded and will be further developed by a Brazilian scholar (do Couto) and will play a more and more important role. However, I did not have the impression that all Brazilian ecolinguists taking part in the IV EBE were ecosystemic linguists. The topics dealt with by them showed a very wide spectrum, although it would perhaps be possible to bring them together in Ecosystemic Linguistics.

-EC: Further, what is your opinion about what is being done by Brazilian ecolinguists in general?

AF: Their topics are manifold, and their fascination by Ecolinguistics impressed me very much. Considering that Ecolinguistics has been studied in Brazil for now eleven years, the achievement of the founders of Brazilian Ecolinguistics is astonishing. I am really looking forward to future developments there. Brazil may become the country with the largest number of ecolinguists in the world.

-EC: Would you like to add anything that was not contemplated in the previous questions? Please, feel free to add questions that were not asked above.

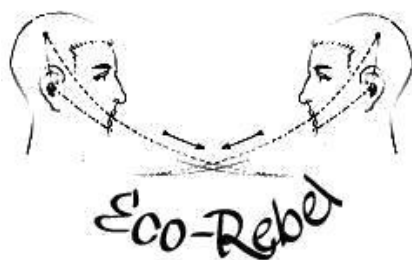
AF: The questions were very comprehensive, but there is an additional question that I sometimes ask myself. Who were the real initiators of ecological thinking before the 20th century? Were the Humboldt brothers the first to have ecological ideas (concerning language), or were there thinkers in Antiquity, e.g. in Greek and Roman philosophy, who already thought in terms of interrelation and interaction in what was later called an Ecosystem? Zenon (writes about *oikeiosis!*), Socrates (in the Platonic dialogues) and perhaps Seneca are the ones that come to mind. However, I have not yet found an answer to this question.

- EC: Thank you very much, professor Fill, for your kind contribution.

References

- COUTO, Hildo Honório do. Ecosystemic linguistics. In: Fill, Alwin & Hermine Penz (eds). In: Fill, Alwin & Hermine Penz (eds.). *The Routledge handbook of ecolinguistics*. New York: Routledge, p. 149-161, 2018.
- FILL, Alwin. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- FINKE, Peter. Transdisciplinary linguistics: Ecolinguistics as a pacemaker into a new scientific age. In: FILL, Alwin; PENZ, Hermine (eds.), *The Routledge handbook of ecolinguistics*. New York: Routledge, p. 406-419, p. 2018.
- HAGÈGE, Claude. *L'homme de paroles*. Paris: Fayard, 1985.
- HAUGEN, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press: 325-339, 1972.

Recebido: 17/072018.



OBITUÁRIO

Suani de Almeida Vasconcelos
(22/12/1967 - 04/04/2018)

Por
Gemicrê do Nascimento Silva (UEFS)
Hildo Honório do Couto (UnB)

A despeito de ainda ser muito jovem no Brasil, a Ecolinguística acaba de perder Suani de Almeida Vasconcelos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (Feira de Santana BA), no dia 04 de abril de 2018. Ela era Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1997); Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2005) com enfoque em Análise de Discurso (francesa); Doutora em Letras e Linguística, na área de Descrição e Análise Linguística com enfoque em Semiótica Textual (greimasiana) pela Universidade Federal da Bahia (2011). Era ainda Pesquisadora Associada do Projeto CEDOHS – Corpus Eletrônico de Documento Histórico do Sertão FAPESB; do Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (PB) – CNPq com subprojeto de pesquisa, na qualidade de coordenadora, intitulado “Vozes do Sertão: estudo linguístico-discursivo e Ecolinguístico na manifestação do português popular do semiárido baiano”; era Professora Pesquisadora do NELIM – Núcleo de Estudo de Ecolinguística e Imaginário, sediado na UFG (Goinia); Pesquisadora do Grupo de pesquisa GEDI – Grupo de Estudo da Imagem com a linha de pesquisa – Corpos e Visualidade: estudo da construção do corpo político sob orientação da semiótica visual; Coordenadora do Grupo de Estudo em Linguística e Interfaces Discursivas GELID – UEFS.

Na UEFS, Suani atuava como Professora permanente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS / UEFS); como Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenho, Cultura e Interatividade – UEFS, no ensino da disciplina Introdução à Semiótica; como Professora permanente do Curso de Especialização em Linguística e o Ensino de Língua Portuguesa – UEFS. Desenvolveu diversos projetos de pesquisa e coordenou grupos de pesquisa. Um grupo que Suani estava formando era justamente na área de Ecolinguística.

Suani participou do III ENCONTRO BRASILEIRO DE ECOLINGUÍSTICA – III EBE – (UnB, 22 a 24 de agosto de 2016), como membro da Comissão Científica e como apresentadora da comunicação “Identidade no corpo: contribuições da Ecolinguística na leitura semioimagética da dança tribal”, como se pode ver em <http://www.ecoling.unb.br/images/Caderno-de-Resumos-III-EBE.pdf> (acesso: 32/05/2018).

Ela ilustrou sua apresentação com uma amostra de dança, juntamente com a filha Mariane Vasconcelos.

Apesar da doença que já a debilitava, ajudou Eraldo Medeiros Costa Neto a organizar o III ENCONTRO BRASILEIRO DE IMAGINÁRIO E ECOLINGUÍSTICA (III EBIME),

na Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, de 05 a 06 de setembro de 2017. Ela constava como membro da Equipe Organizadora e da Comissão Científica. Em coautoria com Maurício de Oliveira Santos, Suani apresentou a comunicação “A representação da corporalidade masculina do personagem Super Man na perspectiva do ethos discursivo nas HQs da Liga da Justiça”. Em coautoria com Tâmara Andreucci Dias de Oliveira e Carla Luzia Carneiro Borges, apresentou ainda a comunicação “O discurso do agressor de mulheres em Feira de Santana: uma análise sob a perspectiva de Michel Foucault”. Ver Caderno de Resumos:

<http://www.ecoling.unb.br/images//Caderno-de-Resumos-III-EBIME.pdf> (acesso: 04/06/2018).

Durante todo o evento Suani de Almeida Vasconcelos teve uma participação bastante ativa, coordenando sessões de comunicação e ajudando na organização dos trabalhos. Participou alegremente de um passeio coordenado por Gemicrê do Nascimento Silva (UEFS) à cidade histórica de Rio de Contas e a uma comunidade de ex-quilombo.

Entre as publicações mais recentes de Suani Vasconcelos temos “Análise de um discurso político (aspectos retóricos), *A cor das letras* (UEFS), v. 5, p. 41, 2017; “A retórica do Corpo: semiose e narratividade na Dança Tribal, *Redisco* - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 8, p. 80-87, 2016; Reconstrução do corpo político na verbalização da imagem, *O corpo é discurso*, v. 01, p. 01-23, 2014. Publicou ainda diversos capítulos de livros e o livro *Sete Faces* (Feira de Santana: Editora da UEFS, 1996. v. 01. 50p.).

Suani era uma grande docente e líder de grupos de pesquisa, sendo estimuladora de estudantes, levando-os a se interessarem pela pesquisa. Do ponto de vista da Ecolinguística, uma das atividades mais interessantes de Suani foi o grupo de interessados que ela estava começando a formar na Universidade Estadual de Feira de Santana. Com toda certeza, Suani de Almeida Vasconcelos ainda iria se firmar como um nome de referência para os estudos ecolinguísticos em Feira de Santana em especial e na Bahia em geral, estado em que a Ecolinguística está crescendo a olhos vistos. Trata-se de uma perda irreparável.

Adendo

Aliás, a Ecolinguística já havia sofrido uma outra perda, também na Bahia. Trata-se de Manoel Soares Sarmiento, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* Jequié, que faleceu em 2010. Ele havia proposto uma nova área de estudo no âmbito da Ecolinguística, a Ecolexicologia e a Ecolexicografia, como se pode ver em:

1) Ecolexicography: ecological and non-ecological words and expressions. *Langscape*, n. 20, p. 37-44, 2001 (Boletim da ONG Terralingua), disponível em:

<http://www.terralinguaubuntu.org/Langscape/langscape-archive>

2) Ecolexicography – ecological and unecological words and expressions. In: FILL, Alwin, Hermine Penz & Wilhelm TRAMPE (orgs.). *Colourful green ideas*. Berna: Peter Lang, 2002, p. 487-492.

3) “Por uma ecolexicografia”, reproduzido no *blog* Meio Ambiente e Linguagem, 2012:

<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2012/02/por-uma-ecolexicografia.html>

Recebido: 20/06/2018.